



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROSÁLIA APARECIDA SIMÕES SANTANA DA COSTA

O CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

(1989 a 1998)

Recife

2014

ROSÁLIA APARECIDA SIMÕES SANTANA DA COSTA

O CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

(1989 a 1998)

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Teoria e História da Educação

Orientador: Prof^o Dr. Edilson Fernandes de Souza

Co-orientador: Prof^o Dr. José Luís Simões

Recife

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréia Alcântara, CRB-4/1460

C749c Costa, Rosália Aparecida Simões Santana da Costa.
O campo da educação inclusiva em São José dos Campos - SP /
Rosália Aparecida Simões Santana da Costa. – Recife: O autor, 2014.
131 f. ; 30 cm.

Orientador: José Luís Simões.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE.
Programa de Pós-graduação em Educação, 2014.
Inclui Referências e Apêndices.

1. Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Educação - História.
4. UFPE – Pós-graduação. I. Simões, José Luís . II. Título.

371.9 CDD (22. ed.) UFPE (CE2014-49)

ROSÁLIA APARECIDA SIMÕES SANTANA DA COSTA

O CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

(1989 a 1998)

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco
como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em
Educação.

Aprovado em 30/05/2014 **BANCA EXAMINADORA**

Profº Dr. Edilson Fernandes de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Henrique Gerson Kohl (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Dr. José Luís Simões (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Dr. Vilde Gomes de Menezes (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Dr. Haroldo Mores de Figueiredo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico o presente projeto de pesquisa a todos os meus familiares, pessoas brilhantes e muito especiais, que tiveram muita paciência e me compreenderam nos momentos de minha ausência, em especial à minha mãe, Terezinha Aparecida Simões (constantemente, agradeço a Deus pelas lições de vida e carinho demonstradas a mim); ao meu irmão José Luís Simões e sua esposa Izabel Adriana Gomes de Sena Simões que sempre me apoiaram e incentivaram e que me auxiliaram nesse projeto; ao irmão caçula Jeferson Moisés de Assis Paiva, pelo incentivo demonstrado a mim; à minha irmã Rosana Maria Simões e esposo Mauro Antônio de Moraes, que sempre me deram forças por meio de suas orações; ao meu esposo, José Antônio Santana da Costa a quem agradeço imensamente pela atenção e pelo carinho demonstrando, pois entendi que nem a distância separa um grande amor. Agradeço também ao meu filho Thales Simões Santana da Costa pela paciência, sendo difícil ficar distante de seu pai, mas tem conseguido ficar em minha companhia sendo amável e carinhoso; ao meu sobrinho Gustavo Simões com quem tivemos uma experiência histórica de conviver durante um tempo, quando foi muito atencioso nos momentos em que precisei de orientações técnicas de informática; à minha afilhada e sobrinha Maria Clara Simões Moraes, que traz alegria à minha vida e à mais nova sobrinha, a Ana Lara que, mesmo sendo pequena, já chamava por nós.

AGRADECIMENTOS

Em destaque, ao criador do Universo pela permissão concedida em saúde, determinação e vontade de estar neste momento único e histórico buscando estudar com o objetivo de concretização e realização da presente pesquisa.

Aos respeitáveis e ilustres doutores da Universidade Federal de Pernambuco, no qual tive a honra de cursar as disciplinas obrigatórias e eletivas no decorrer do processo do mestrado e aos membros que constituem todo o corpo técnico da Universidade.

Ao Prof^o Dr. Edilson Fernandes de Souza pela oportunidade de tê-lo como orientador, pois suas contribuições foram fundamentais durante todo o processo, desde a construção subjetiva da pesquisa, estando sempre atento com seu olhar experiente, sensível e apurado e que muito me auxiliou na construção desta dissertação.

Ao Prof^o Dr. Joaquim Sérgio de Lima Neto que me honrou quando aceitou o convite para fazer parte da banca da qualificação e contribuiu com suas reflexões e colocações frente ao projeto e, graça às suas colocações, eu pude conduzir com mais direcionamento esse trabalho.

Aos membros da banca, o avaliador interno, Prof^o Dr. Henrique Gerson Kohl e ao o avaliador externo Prof^o Dr. José Luís Simões, ao Prof^o Dr. Vilde Gomes de Menezes e ao Prof^o Dr. Haroldo Moraes de Figueiredo, que aceitaram contribuir com suas experiências no campo da pesquisa.

Aos colegas de mestrado turmas 30 (A e B), em especial às amigas Vanira Lins Laranjeiras que muito contribuiu com suas orientações ao projeto, que ainda estava sendo construído e Roseane Souza Silva que foi uma excelente confidente e conselheira em todos os momentos que precisei.

No campo da pesquisa, em especial, à Secretaria Adjunta do Município de São José dos Campos, que se colocaram à disposição em todos os momentos que a pesquisa exigiu e, também, para a equipe de Educação Especial que foi atenciosa e muito colaborou para esse primeiro momento. Às professoras pioneiras que gentilmente cederam um momento de

entrevista para que, mais adiante e ao longo do trabalho, pudéssemos trabalhar com as transcrições das entrevistas, sendo um instrumento precioso para nós.

Aos meus alunos e ex-alunos que são pessoas mais que especiais, fonte de inspiração para a concretização e busca para o caminho de uma sociedade inclusiva.

A todas as amigas que diretamente e indiretamente torceram para que o projeto chegasse até aqui. Só lhes peço que continuem na torcida por mim!

À amiga Cristina Rodrigues e sua família, agradeço o apoio e auxílio nos momentos mais difíceis que vivenciei em 2012 junto com meu filho. Vocês foram um presente de Deus em nossas vidas!

A todos os funcionários do Arquivo Público Municipal, em especial à diretora Cecília Pitta que muito se empenhou para encontrarmos os materiais necessários, sendo estes, preciosa fonte de pesquisa.

Agradeço também, imensamente, aos funcionários do arquivo público do município de São José dos Campos, Edna Martelo, Felipe de Brito, Gabriele Rosa, Jucilene Dantas, Márcio de Andrade, Marcos Alberto, Nádia Koyo, Natália Abreu, Paulo César e Tainá Santos que foram muito solícitos e procuraram me auxiliar durante todo o tempo que passei realizando a pesquisa nos jornais impressos do período de janeiro de 1988 até dezembro de 1998.

À Fernanda Dertinati pelo profissionalismo, dedicação e criteriosa revisão das normas da Língua Portuguesa e da ABNT.

DEFICIÊNCIAS

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão, pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

"Miseráveis" são todos que não conseguem falar com Deus.

"A amizade é um amor que nunca morre."

Mário Quintana

RESUMO

Este estudo vinculado ao campo da história da educação teve a intenção de desenvolver uma leitura da realidade da Educação Especial no município de São José dos Campos, no final da década de 80 e início da década de 90. Leitura baseada pelas histórias trazidas pelas professoras que foram batizadas por nós como o grupo das professoras pioneiras em Educação Especial entre diferentes contextos, cada uma em sua realidade educacional, onde buscamos estabelecer relações entre a história trazida pelas pioneiras, atrizes da pesquisa, assim como os estudos de alguns teóricos escolhidos por nós. Trabalhamos com a hipótese de que, com o nascimento da educação especial pelo viés segregacionista e com a transição do viés integracionista emergiu um novo discurso. Delimitamos o seguinte problema de pesquisa: Como surgiu a Educação Especial na Rede de Educação do município de São José dos Campos-SP? Como iniciou e qual foi o período marcado para o debate inclusivo, embora tivemos o cuidado de não adentrarmos no viés da inclusão, pois houve uma certa delimitação pelo nosso recorte temporal. O objetivo da pesquisa foi contribuir com o estudo sobre o processo histórico da educação especial no âmbito do ensino regular no município de São José dos Campos, analisando essa trajetória histórica, compreendendo o campo inclusivo do contexto educacional na época. Tivemos como objetivos específicos: a) Conceituar a Educação Especial, suas vertentes epistemológicas; b) Contextualizar o município de São José dos Campos no período de 1989 a 1998 e c) Identificar as escolas e professoras pioneiras que contribuíram com a Educação Especial no final das décadas de 80 e 90. Adotamos a metodologia da análise do discurso das professoras pioneiras sob a luz de Bardin (1977). A guisa de conclusão tem-se uma dissertação com relevância educacional cuja ideia essencial foi compreender como surgiu a Educação Especial na Rede Municipal joseense, através da história oral do grupo representativo de professoras pioneiras, no qual evidenciou-se a concepção segregacionista que justamente deu início a Educação Especial em São José dos Campos. Procuramos também compreender como o debate sobre a Educação Especial tornou-se algo tão importante, destacando também os elementos envolvidos; professoras e demais pessoas que contribuíram diretamente ou indiretamente no campo da educação, sob a luz e explicação da teoria de Bourdieu (1989) no sentido da representação do poder simbólico das professoras pioneiras frente aos desafios que encontraram ao longo de seu trabalho no contexto educacional da Educação Especial. Acreditamos também que o debate sobre a história da Educação Especial no município joseense iniciou-se com a questão do acesso da pessoa com deficiência no campo educacional na Rede Municipal, tornando-se uma luta efetiva dos familiares que tinham alguém na família que estava sendo impedido de alguma forma de ter o acesso ao contexto educacional. Portanto, um período histórico marcante de lutas e de grande relevância que procura evidenciar a valorização de nosso bem maior que é o patrimônio cultural e social, riqueza essa que o tempo não poderá apagar!

Palavras chaves: Educação Especial- São José dos Campos- Processo histórico- Professoras pioneiras- Rede de Educação Municipal.

ABSTRACT

This study reported in the field of history of education intended to develop an understanding of the reality of special education in the municipality of São José dos Campos, in the late 80s and early 90s. Based Reading the stories brought by teachers who were baptized by us as " the group of pioneer teachers in special education " between different context , each in its educational reality , where we seek to establish relationships between the story brought by the pioneering actresses of research, as well as some theoretical studies chosen by nodes . We hypothesized that with the birth of the segregated special education and transition bias of the integrationist bias emerged a new discourse. We defined the following research problem: How Special Education emerged in São José dos Campos - SP? As started and what was the period marked for inclusive debate, although we were careful not we enter in the inclusion bias, because there was a certain delimitation our period. The research objective was to contribute to the study of the historical process of special education within the regular education in São José dos Campos, analyzing the trajectory, reflecting this historical process comprising the field of inclusive education context at the time. We had specific objectives: a) Conceptualize Special Education, its epistemological aspects; b) contextualize the municipality of São José dos Campos from 1989 through 1998 and c) identify schools and teachers pioneers who contributed to the Special Education at the end of the 80s and 90s. We adopted the methodology of discourse analysis of the pioneer teachers in the light of Bardin (1977). In conclusion, there is a dissertation with educational relevance whose basic idea was to understand how the Special Education joseense Municipal Network came through oral history of representative group of pioneering teachers, which showed up in the segregationist design that just gave top Special Education in São José dos Campos. We also seek to understand how the debate on Special Education has become something so important, also highlighting the elements involved; teachers and others who contributed directly or indirectly in the field of education, under the light and Explanation of Bourdieu (1989) in the sense of representing the symbolic power of the pioneer teachers meet the challenges they encountered along their educational work in the context of Special Education. We also believe that the debate about the history of Special Education in joseense municipality began with the issue of access for people with disabilities in the educational field in Municipal, making it an effective struggle of families who had someone in the family who was being prevented somehow have access to the educational context. Therefore, a remarkable historical period of struggle and of great importance that seeks to highlight the value of our greatest asset is the cultural and social, heritage wealth that this time cannot erase!

Key words: Special Education -São José dos Campos - Historical process-Pioneering teachers - Municipal Education Network.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: cenário mundial e nacional.....	24
1.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA: o município de São José dos Campos.....	28
1.2 SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL....	36
1.2.1 Implantação da Educação Especial na escola pioneira EMEF."PROF ^a Leonor Pereira Nunes Galvão em São José dos Campos (1989).....	37
1.2.2 EMEF ãProf ^a Elza Regina Ferreira Bevilacquaõ (1990).....	39
1.2.3 EMEI ãProf ^o Domingos de Macedo Custódioõ (1991).....	39
1.2.4 EMEIãProf ^a Olga Franco Cústódioõ(1993)	40
1.2.5 EMEITorataroTakitaniõ(1992).....	40
1.2.4 Implantação do projeto Laboratório de Aprendizagem em São José dos Campos.	41
1.3 O DISCURSO DA ÉPOCA: integração x segregação.....	41
2 QUESTÃO METODOLÓGICA.....	45
2.1 O CAMPO INCLUSIVO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	46
2.2 A HISTÓRIA DAS PROFESSORAS(GRUPODEPIONEIRAS)	49
2.3 A HISTÓRIA DA MARIA DO CARMO	51
3 ANÁLISE DO DISCURSO.....	54
3.1 AS REPRESENTAÇÕES E AS HISTÓRIAS DE VIDA DAS PROFESSORAS PIONEIRA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	54
3.1.2 Expectativas e concepções das Professoras pioneiras frente à Educação Especial.....	63
3.1.3 O nascimento da Educação Especial na Rede Municipal de Educação em São José dos Campos	75
3.1.4 O Contexto Educacional da Educação Especial no final da década de 80, início da década de 90	86
4 ANÁLISE DE FONTES HISTÓRICAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DE 1989 A 1998.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE A ó ROTEIRO DE ENTREVISTA	124
APENDICE B ó CONVITE PARA ENTREVISTA	126
APÊNDICE C ó TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	130

INTRODUÇÃO

A presente dissertação apresenta o tema **O campo da Educação Inclusiva no Município de São José dos Campos** (período de 1989 a 1998) é objeto de nosso estudo no que diz respeito ao discurso vigente da época. Para melhor explicação, buscamos no dicionário o significado da palavra **campo** e descobrimos que, no sentido do domínio intelectual, é aquilo que se oferece como perspectiva: o campo dos conhecimentos humanos.

Sob esse viés, a pesquisa está inserida no campo das reflexões, discussões, lutas e inquietações que vem sendo traçadas, destacando o contexto educacional do Brasil, e a **teoria da inclusão** de pessoas com deficiência no ensino regular. Vale ressaltar que, no âmbito social, pessoas com deficiência exercendo atividades laborais é cada dia mais comum no cotidiano da sociedade, mas ainda há necessidade de mais conscientização e respeito com essas pessoas que podem ter a origem de suas deficiências, sejam de características hereditárias, congênitas, genéticas ou acidentais (parto, trabalho ,trânsito e outros).

Parolin (2006) em seus estudos com crianças, na faixa etária de 7 a 9 anos, e que não tem deficiências, mas que apresentam dificuldades no processo de alfabetização, diz que essas crianças já correm o risco de estarem a mercê da exclusão. Segundo ela, o que dirá então, em relação as crianças que apresentam problemas de ordem biológica, sendo já rotulados, diante as dificuldades que apresentam. E diante a essa perspectiva, certamente essas crianças estão no alvo da exclusão. Neste viés compreendemos que:

A cada dia que passa fica mais difícil para o mundo aceitar as dificuldades de alguns. A ideia de globalização traz consigo a ilusão de que todos são iguais e, com isso, a diferença salta aos olhos e faz com que as dificuldades sejam pouco aceitas[...] (PAROLIN, 2006).

Para melhor compreendermos a situação que antecede a ideia de globalização, estudamos as análises de Bourdieu (1989a) dedicadas à sociologia da educação e da cultura. Segundo seus estudos, em meados dos anos 50 a exclusão era muito mais destacada; de um lado os estudantes que eram escolarizados e, de outro, os excluídos da escola.

Nos dias de hoje, a situação está bem simples, o que o sociólogo chama de **õsegregação interna** ao sistema educacionalö (BOURDIEU, 1989 b, p.13) visto que a organização desse sistema é justamente agrupar os alunos de acordo com o itinerário escolar, as opções de currículos, o tipo de estudo, a sala de aula... Etc.

Segundo Bourdieu (1989c) o sistema escolar continua conservando em seu interior os excluídos, visto que estão destinados a setores menos valorizados. Nesse viés compreendemos que a forma de exclusão dos alunos menos favorecidos continua, mas com outras estratégias quase despercebidas. Portanto, estudamos o discurso da teoria inclusiva que repercutiu mundialmente em todo o interior de nossa sociedade e continua assolando o interior das escolas.

A teoria da inclusão da pessoa com deficiência é um discurso que vem ganhando espaço no âmbito escolar desde a década de 90, decorrente da Conferência Mundial sobre Educação para Todos que ocorreu em Jomtien, Tailândia em 1990, resultando na Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

De acordo com a História da Educação Especial, 155 países comprometeram-se a proporcionar educação básica para todos e elaboraram também um Plano de Ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, como objetivo de reduzir o analfabetismo. Após quatro anos (1994), aconteceu a Declaração de Salamanca¹ na Espanha por intermédio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo um marco histórico no contexto educacional, no território internacional e nacional.

Por meio dessa Conferência, cujo foco central era o contexto educacional de toda a sociedade, traçou diretrizes e metas para que as escolas acolhessem todas as crianças, independente de suas condições culturais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, sociais, entre outras. Partindo desse princípio, nasceu o interesse em trazer essa teoria para a academia, com o objetivo de pesquisar como ocorreu o processo histórico da Educação Especial, compreendido entre o final das décadas de 80 e 90, no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

A questão da inclusão escolar é um assunto que faz parte da minha história, pois desde que conclui o magistério em 1994, no qual ingressei no trabalho na Educação Especial, tenho trabalhando com crianças que apresentam deficiências.

¹ Declaração de Salamanca- Conferência Mundial sobre necessidades Educacionais que teve mais de trezentos representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais, a fim de promover o objetivo da Educação para Todos ,examinando as mudanças fundamentais de política necessária para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais.

Durante dez anos, atuei em Escolas Especiais, sendo de 1994 a 1996 na Associação de Pais Amigos Excepcionais (APAE) do município de São José dos Campos; de 1997 a 2003 na Associação de Pais de Amigos Excepcionais (APAE) do município de Jacareí, também conhecida por Jacareí Ampara Menores (JAM) localizada no município de Jacareí, cidade vizinha de São José dos Campos (cerca de 18 km).

No período entre 2003 (concomitante ao trabalho na JAM) a 2006 fui trabalhar na Educação Infantil na Rede Municipal e de 2007 até aos dias atuais (2013) venho trabalhando como professora de Sala de Apoio Pedagógico, em Sala de Recursos, e observo que há constantes desafios e sou, muitas vezes colocada em ósua justaõ por alguns professores quando recebem alunos de inclusão, chamados como integrados; denominação utilizada quanto se trata de estudante portador de alguma deficiência e através desta terminologia o professor ao receber esse estudante precisa de apoio e respaldo técnico pedagógico para auxiliá-lo nas questões escolares. É o meu papel agir para que a integração seja õrevertida e voltadaõ para a inclusão e seus princípios. É uma tarefa árdua e muito desafiadora, mas que precisa ser trabalhada. Olhando para o passado da Educação Especial no Brasil observamos que também foi um trabalho exaustivo e de muitas lutas.

Definimos como objetivo geral para esta pesquisa, contribuir com o estudo sobre o processo de inclusão no âmbito escolar, no município de São José dos Campos, analisar a trajetória e refletindo o processo histórico no campo inclusivo, sob o contexto educacional. Nesse viés, acreditamos resgatar a História da Educação Especial, tornando-se um acervo patrimonial e cultural para a humanidade, compartilhando a origem no estudo da trajetória do passado, a partir dos finais das décadas de 80 e 90 na Rede Municipal de Educação, destacando a importância do período para a história da educação da sociedade joseense.

Nossos esforços foram mergulhados em conhecermos um pouco da história de como o debate sobre a Educação Especial tornou-se algo de tamanha relevância e, para isso, nos empenhamos e conseguimos a autorização junto a Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos, para que essa pesquisa fosse realizada nos diversos setores da Secretaria, assim como as escolas que tiveram as primeiras salas especiais. Infelizmente não fomos autorizados a divulgarmos as fotos antigas dos alunos na época da década de 80, que encontramos no arquivo central da Secretaria Municipal de Educação.

Tornar o debate sobre a história da Educação Especial no município joseense é algo de grande importância e que significa a valorização de nosso bem maior que é o patrimônio

cultural e social, riqueza essa que nem o tempo poderá apagar. Nesse sentido, acreditamos ser possível contribuir para a compreensão de parte de um conhecimento historicamente e socialmente acumulado.

Refletindo sobre os objetivos específicos, procuramos nos empenhar nos conceitos da Educação Especial, suas vertentes epistemológicas e o seu histórico em São José dos Campos-SP.

Para melhor explicarmos o campo de atuação desse estudo, procuramos contextualizar o município de São José dos Campos, fazendo um breve relato histórico desde o surgimento da cidade sem perder de vista o enfoque do contexto educacional. Assim, para cumprimos essa etapa, realizamos primeiro um trabalho de identificação sobre as escolas e professores pioneiros que contribuíram com a Educação Especial no final das décadas de 80 e 90.

Ressalta-se que a intenção dessa pesquisa foi justamente refletir e discutir como a teoria da inclusão para a pessoa com deficiência foi sendo planejada e construída, no âmbito da Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos (REM), de acordo com os olhares e vozes de algumas professoras especialistas, que trabalharam no projeto implantado no município, desde o final da década de 80 até o início da década de 90.

Nesse sentido, buscamos muito fôlego e determinação, sendo uma tarefa árdua, pois encontramos obstáculos no decorrer da pesquisa, mas com empenho e disciplina, pudemos concluir com muito suor e orgulho, pois trata-se de um trabalho pioneiro na linha de teoria e história da educação no município de São José dos Campos, diante do assunto que estudamos.

Ao desenvolver o tema: **O campo inclusivo no município de São José dos Campos** acreditamos na possibilidade de contribuirmos com a história da Educação Especial através de várias pesquisas realizadas em fontes orais, documentais e acervos publicados nos principais jornais, desde os finais da década de 80 até no final da década de 90.

Contamos com o apoio e parcerias de dois arquivos do município: o central, localizado na Secretaria Municipal de Educação (SME) e o arquivo público, localizado no Parque Burle Marx (Parque da Cidade). A investigação esteve inserida em análise de documentos e publicações encontrados nos arquivos público e central da Secretaria Municipal de Educação e também na Coordenadoria de Educação Especial, como parceria. Também contamos com as contribuições do grupo de professoras pioneiras, através de entrevistas

semiestruturadas, que atuaram entre o período de 1989 a 1998 na Rede Educação Municipal (REM) e que estiveram à frente das questões acerca da pessoa com deficiência, encarando os desafios que fizeram parte da história da educação especial.

Tivemos como problema de pesquisa a localização do fio condutor que serviu de base para estudarmos a origem da Educação Especial e suas vertentes epistemológicas. Realizado esse início, ou melhor, superada essa etapa, conseguimos caminhar nossos estudos compreendendo como surgiu o debate da Educação Especial, sendo implantada a primeira Classe Especial ² em agosto de 1989 na (EMEF) Escola Municipal Ensino Fundamental Professora Leonor Pereira Galvão, localizada no bairro Vila Industrial, município de São José dos Campos, sendo esta primeira classe, segundo os documentos, fruto de muita pressão e criada pelo viés político.

Continuando nossos estudos, analisamos os documentos e observamos que os registros revelam que no transcorrer dos anos seguintes, 1990 e 1991 surgiram mais duas escolas que também foram objeto de nossa pesquisa, pois complementaram o cenário para o qual estudamos, apresentadas no decorrer da pesquisa.

Portanto, em 1990, foi implantada a segunda Classe Especial na EMEF.Prof^a Elza Regina Ferreira Bevilacqua, localizada no Jardim Estoril. No ano seguinte (1991), foi implantada a terceira Classe Especial na EMEI Domingos de Macedo Custódio, no bairro Vila Industrial.

De acordo com as informações da equipe de Educação Especial do município chegaram a ter 20 Classes Especiais em 2013, devido à lei que norteia a Educação Especial, restaram apenas três Classes Especiais. Ao entrevistarmos uma das professoras pioneiras que iniciou o trabalho em 1998, através de suas contribuições e acervo de materiais descobrimos que o município lançou um projeto inédito para crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, de caráter transitório, porém sem deficiências.

² Segundo Mazzotta (1997, p.48) diz respeito a uma classe instalada em escola comum, sendo caracterizada pelo agrupamento de alunos classificados como da mesma excepcionalidade, que estão sob a responsabilidade de um professor especializado.

O projeto Laboratório de Aprendizagem, conhecido como L.A., é realizado por professores especializados em Psicopedagogia e até hoje é mantido na Rede Municipal de Educação. A primeira escola a acolher o projeto, à época piloto, foi na EMEF Prof^a Vera Babo de Oliveira, localizada no bairro Altos de Santana e, nos anos seguintes, o projeto foi estendido para outras escolas. Hoje ele existe em todas as escolas da Rede Municipal de Educação.

Para melhor organizar este trabalho, após a pesquisa realizada na Coordenadoria de Educação Especial, fizemos um recorte temporal entre 1989 e 1998. Foi considerado como marco histórico o ano de 1989, pois ali teve início o debate sobre a Educação Especial no município, embasada na Constituição de 1988, sendo assinada na ocasião, pelo então Deputado Federal o Sr. Joaquim Bevilacqua, eleito Prefeito de São José dos Campos e que, após assumir o cargo em 1989 por meio de movimento de pais, fez surgir a Classe Especial que deu destaque ao município como o primeiro do Vale do Paraíba a começar a **integração** de crianças com deficiência no sistema educacional da Rede de Educação Municipal.

Nesse percurso, caminhamos com reflexões e pesquisas até chegarmos nove anos depois, quando o município implantou o Laboratório de Aprendizagem (L.A.) em 1998 para atender as crianças com dificuldades de aprendizagem em caráter transitório, ou seja, não decorrentes de deficiência.

Iniciando nosso olhar a partir do ano de 1989, período em que foi iniciado o debate sobre a integração dos portadores de deficiência nas escolas da rede municipal, nas chamadas Classes Especiais, procuramos compreendê-la sobre a definição de Mazzotta (1997) que diz ser uma classe instalada em escolas comuns, ou seja, no ensino regular, mas os alunos que compõem essas classes são agrupados e classificados como da mesma categoria de excepcionalidade³ sendo trabalhado com um professor especializado.

Segundo o documento resgatado pela Coordenadoria de Educação Especial em 2013, a História da Educação Especial de São José dos Campos teve início por meio de pressões do movimento de pais de crianças com deficiência física que não tinham acesso a nenhuma escola, principalmente às escolas estaduais.

³ Excepcionalidade ó O termo é usado para descrever os alunos cujos padrões de necessidades educacionais sejam muito diferentes das maiorias das crianças e jovens (MAZOTTA, 1997, p7).

De acordo com as informações desse resgate histórico, a Rede Estadual mantinha classes especiais para alunos com deficiência auditiva, mental e visual. Os alunos que apresentassem deficiência física não tinham acesso à educação. Segundo análise do documento, os envolvidos na elaboração dos registros, levantam a hipótese de que as escolas estaduais, no final da década 80, não permitiam o acesso para a integração dos deficientes físicos no seu interior, porque pela própria dimensão estrutural arquitetônica dos prédios escolares que tinham piso superior, tornava impossível o acesso e a locomoção das crianças com deficiência física a todo o ambiente escolar⁴.

Na caminhada desta pesquisa acreditamos que foi possível discutir e refletir sobre o processo histórico educacional, desde a sua origem e raiz, começando a compreender a própria história local do município de São José dos Campos. Diante disso, como pesquisadora foi preciso me distanciar dos olhares e experiências como professora da rede e, sob indicação do professor orientador deste trabalho, conheci o livro *Envolvimento e Distanciamento* de Elias (1998 a), que foi uma das obras que trouxe fonte de inspiração e que, de certa forma, foi a âncora que serviu como instrumento reflexivo no decorrer de todo o processo de pesquisa. Para exemplificar, compartilho uma passagem muito significativa, em que identifiquei muito com a situação em que Elias (1998 b) conta a respeito de uma episódio do conto do poeta Poe, com a obra intitulada *Uma descida no Maelstromö*. O conto trata de uma história de três irmãos pescadores que foram arrastados para dentro do mar, no abismo criado por um turbilhão de águas profundas. O mais novo havia morrido afogado e os dois irmãos mais velhos tentaram sobreviver e, nessa tentativa, passado alguns segundos, um dos irmãos consegue libertar-se do medo e a observar a situação com mais calma, enquanto que o mais velho, com muito medo, fica paralisado e não escuta qualquer alternativa de fuga dita pelo irmão que teve a ideia de prender-se a um barril, salvando-se da situação. O irmão mais velho, assim como o caçula, foi também engolido pelas águas. Esse conto do pescador é fantástico e para torná-lo mais interessante, citamos um trecho da narrativa:

4 Segundo o documento elaborado pela Coordenadoria de Educação Especial levanta-se essa hipótese. Refletindo sobre as Escolas Estaduais do município de São José dos Campos nos deparamos com escolas que em sua maioria se encontra em *destaque* bem no alto (morro), com escadas já de início, dificultando o acesso do deficiente físico, impedindo sua entrada. Uma verdadeira barreira arquitetônica! Seria muito interessante se pudéssemos fazer em outro momento, uma pesquisa sobre esse viés, pois nesse momento atual, nosso enfoque e olhares não nos permite que saíamos do campo da Rede Municipal de Educação.

[...] o pescador viu-se envolvido, dito sinteticamente, num processo crítico, que de início subtrair-se por completo ao seu controle. É possível que, durante algum tempo se tivesse agarrado a quaisquer esperanças imaginárias. Fantasias de um milagre, de ajuda vinda de entidades invisíveis devem ter-lhe ocorrido. Passado um certo tempo, porém acalmou-se. Começou a pensar de modo mais frio. E ao distanciar-se, ao controlar o medo e, por assim dizer, ao observar-se a si próprio partir de uma distância maior, como um ser humano que formava com outros, com as forças indômitas da natureza uma determinada constelação, conseguiu desvairar seus pensamentos de si mesmo e orientá-los para a situação em que se encontrava cativo (POE apud ELIAS, 1998, p.76).

Ao refletirmos sobre esta obra observamos que, sendo pesquisadores tivemos que nos distanciarmos nossos olhares de professores que também não deixamos de ser. Segundo Elias (1998 c) o pescador salvo exerceu uma situação de autocontrole e controle ao mesmo tempo. Confesso em particular, que nos esforçamos bastante e que procuramos também exercer certo autocontrole, procurando nos distanciar como profissionais, tentando assumir uma nova postura e na busca de estarmos comprometidos com a academia, atuando com princípios éticos e de respeito a todos os envolvidos na pesquisa

A investigação esteve inserida em análise de documentos e publicações encontrados nos arquivos público e central da Secretaria Municipal de Educação e também na Coordenadoria de Educação Especial como parceria. Também contamos com as contribuições das entrevistas semiestruturadas do grupo de professoras pioneiras que atuaram entre o período de 1989 a 1998 na Rede Educação Municipal (REM) e que estiveram à frente das questões acerca da pessoa com deficiência, encarando os desafios que fizeram parte da história da educação especial. Através das entrevistas fizemos análise de conteúdos embasados na análise proposta por Bardin (1977).

Para melhor situarmos nosso trabalho, fizemos um breve percurso histórico desde o surgimento da cidade que, segundo Chuster (2011), foi em 1871 que o município de São José dos Campos recebeu essa denominação; antes, em 1767 o nome da cidade era São José do Paraíba. Apresentamos também, alguns aspectos importantes que marcaram a história do município, bem como algumas curiosidades para compreendermos o contexto da sociedade joseense.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010 o município tem 629.921 habitantes com 98% da população em zona urbana, sendo a sétima cidade mais populosa de São Paulo e a 32ª em todo o país; é a maior potência industrial da região e ocupa

o terceiro lugar no ranking das cidades que mais exportam, correspondendo a 20% de volume exportado para fora do país (IBGE, 2010).

São José dos Campos teve em 2010, o primeiro censo de Pessoas com Deficiência obtendo como resultado, um número elevado de deficientes físicos; calcula-se que são 50,8% ou um número estimado em torno de 35.335 pessoas. Dados do IBGE (2010) revelam que o número de deficientes aumentou na cidade e que 22% da população tem algum tipo de deficiência; o número passou de 62 mil para 140 mil pessoas.

Esse índice engloba as deficiências auditiva, física, mental, motora, visual além das deficiências múltiplas. Afinal, o objeto de pesquisa é um assunto que merece ser discutido por meio de sua história no contexto do município. De acordo com Chuster (2011) o município pode investir em infraestrutura, principalmente na área de saneamento básico e, mais adiante, foi importante para o crescimento e desenvolvimento da cidade, no sentido de atrair o desenvolvimento industrial.

Chuster (2011) em seus estudos diz que São José dos Campos, nos dias de hoje, é conhecida como polo industrial nacional, fruto esse de um trabalho político estratégico, devido a criação de uma lei municipal na década de 20, que concedia isenção de impostos por um período de 25 anos e terrenos gratuito para as indústrias. Com isto atraiu muitas indústrias nacionais e até multinacionais. O contexto político do município passou entre 1935 a 1959 a ser administrado por prefeitos sanitaristas nomeados pelo Governo Federal e, em 1958, ganhou autonomia política. Em 1967, perdeu, mas após dez anos, já em 1977, a recuperou.

Como vimos, após onze anos de autonomia política, de acordo com documentos encontrados na Coordenadoria de Educação Especial, o início do debate em São José dos Campos sobre integração do deficiente nas escolas municipais só começou por meio de viés político, sendo marcado pelo movimento de reivindicações de pais. Aprofundaremos o assunto ao longo de nosso debate.

Acreditamos que os professores pioneiros, os primeiros a trabalhar a favor de uma sociedade inclusiva, são pessoas sensibilizadas pelas questões que envolvem a deficiência. Nessa perspectiva,

[...] se você considerar a deficiência como uma desgraça, provavelmente vai sentir pena de uma pessoa com deficiência. Mas, você pode pensar diferente se considerar a deficiência como uma característica como outra qualquer e considerar que as dificuldades que ela enfrenta são os resultados do ambiente despreparado para recebê-la (GIL, 2005, p.5).

Sendo esse um grupo de professoras que já chamamos de pioneiras, acreditamos que tiveram muita ousadia e não se intimidaram com os desafios; procuraram estar disposto com o auxílio da tecnologia e, para isto, refletimos: õque a tecnologia moderna é uma prova de que isto é verdade. Uma pessoa com deficiência poderá ou não subir uma escada, mas, se houver um elevador ou uma rampa, ela vai estar em pé de igualdade com as outras pessoas ö(GIL, 2005, p.5).

Realizamos entrevistas semiestruturadas com sete professoras pioneiras, e também tivemos a representação do grupo de mães, sendo uma conversa muito interessante e produtiva com uma mãe que fez muita diferença na vida de sua filha, cujas histórias são muito interessantes o que deu ainda mais luz para nosso trabalho, e que veremos mais adiante.

As análises das entrevistas foram realizadas sob a luz de Bardin(1977), o qual buscamos discutir como o grupo de professoras especializadas e também a representante do grupo de mães, concebiam as questões frente à integração das crianças com deficiência física no sistema regular de ensino público municipal, assim como também suas histórias e memórias que tiveram da época do contexto educacional.

Rodrigues (2005a) explica que, para a educação ser inclusiva, deverá ser vista e pensada como sendo uma reforma educativa, ou seja, uma reforma que pretenda inovar práticas e modificar valores inerentes à escola pública tradicional. Também afirma que a educação inclusiva abrange todos os alunos que frequentam a escola, de forma a permitir que esta não fique em específico para atender as necessidades de um determinado aluno, mas que de fato, atenda a todos.

Nesse sentido, entendemos que Rodrigues (2005b) referiu-se não apenas a atender adequadamente as necessidades particulares de cada um, mas também acolher qualquer estudante que precise de apoio especializado. A Educação Especial vem traçando um marco histórico em nossa sociedade, tanto no Brasil como em outros países.

A presente pesquisa está dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro uma breve retrospectiva histórica, em que discutimos o período de início até o surgimento da teoria da inclusão em nosso país.

No segundo capítulo, partindo do princípio que a inclusão é um assunto que surgiu no seio da política educacional por meio de pressões e lutas de toda a sociedade organizada, fizemos a apresentação do município de São José dos Campos, abordando o panorama histórico sobre a cidade, contemplando os aspectos geográficos, culturais e sociais, com enfoque no campo educacional da rede pública municipal e a sua organização no processo histórico da política municipal de Educação, fazendo um recorte temporal, buscando conhecer e aprofundar nossos olhares diante aos aspectos históricos.

De acordo com os registros elaborados pela Coordenadoria de Educação Especial (2012), a Educação Especial teve uma trajetória histórica marcada por princípios centrados na questão e na ideia de reeducação dos alunos com deficiência física, sendo respaldada pela primeira professora que tinha experiência com formação pela Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), localizada na capital em São Paulo.

No terceiro capítulo apresentamos as seis entrevistadas, e também a análise do discurso. Iniciaremos contando quem foi a primeira das professoras pioneiras, a Ana Lee Hollwang, e ela nos contou sua trajetória e sua vinda a São José dos Campos, no ano de 1989. E, mais adiante, contamos com as outras cinco professoras que vieram no decorrer dos anos Cláudia Braz, Carmen Lúcia, Cláudia Valéria, Eliana Turquetto e Eliana Sodré.

Também contamos com a participação de uma mãe, a Maria do Carmo sendo representante na luta e direito pela integração de crianças com deficiências na escola. Realmente a fala da mãe da Flávia Fuga foi muito interessante, trouxeram lembranças ricas e interessantes que contribuíram ainda mais com a nossa pesquisa.

No quarto capítulo, e ao longo do estudo, ao escolhermos os instrumentos teóricos que iluminaram nossos caminhos e que contribuíram com as reflexões acerca da temática sobre o município que apresentamos onde passamos durante anos de trabalho para tentar interpretar os fatos que tornam esse campo tão significativo e precioso para nossas discussões, procuramos nos alimentar da fonte para a interpretação dos dados de acordo com a análise de campo sob a luz da Teoria dos Campos de Bourdieu (1989) que, através desta abordagem teórica, introduz o conceito que o denomina de *ô*habitus e de campo, sendo o *habitus* uma

disposição estável para atuar numa dada direção, um processo de conformação e orientação da ação, tendendo a assegurar a reprodução dessas relações que constroem.

Nesse sentido, ao estudarmos as ações para que ocorresse o debate inclusivo pudemos compreender qual era o papel do *õhabitusö* na sociedade em que estudamos, nas décadas de 80 e 90. Em relação ao *õcampoö*, vale ressaltar que o autor denomina como o espaço onde ocorrem relações de poder, dotado de formas de disputas, lutas e competições entre o novo, que tenta garantir o direito de participação e o dominante que tende a orientar-se por recusá-lo. O palco de nossa pesquisa foi o município sendo o campo central de nosso debate, que buscamos com esforço interpretar como os movimentos sociais da inclusão repercutiram na sociedade no seio do processo histórico de acordo com a proposta de Bourdieu(1989).

Dialogamos com alguns teóricos que trabalharam com a inclusão tendo como objetivo compreendermos e interpretarmos, dando mais significados à pesquisa. Para isso, acreditamos que, através dessa pesquisa possamos contribuir com a educação inclusiva do município joseense, visto que não se tem, até a presente data (2014), registro de pesquisa com o enfoque aqui proposto.

No quinto capítulo buscamos, ao longo da pesquisa, estudar o discurso da teoria inclusiva no campo educacional, interpretando através das fontes, tais com a análise de documentos que constituem o acervo histórico da educação especial do município, com enfoque no processo do percurso histórico da educação especial nas escolas da REM destacando a relevância do marco histórico para o campo inclusivo.

No último capítulo, trabalhamos diante da perspectiva reflexiva acerca das contribuições ao transcorrer de toda a nossa pesquisa no campo inclusivo estudado, fazendo nossas considerações.

1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: cenário mundial e nacional

A história da Educação Especial, de um modo geral, inicia-se com a pré-história apesar de não haver, segundo Rodrigues (2005c), registros de pessoas com deficiência nessa época, em que a luta pela sobrevivência era muito intensa, uma sociedade nômade que vivia da caça e da pesca para a sobrevivência.

Na Antiguidade as crianças que nasciam com deficiência eram abandonadas em praças públicas ou eliminadas, sendo arremessadas do alto dos rochedos. Já na Idade Média, com a ascensão do Cristianismo, as crianças com deficiência passaram a serem acolhidas, em conventos ou igrejas e a concepção de deficiência passou a ser vista como algo possível de cura ou milagre. Também nesse período, há registros que a Inquisição católica foi a responsável pelo sacrifício das pessoas que tinham deficiência ou apresentavam mal formação congênita, sendo levadas à fogueira pela crença de que tinham ligações demoníacas.

Conceitos de deficiência mental e doença mental passaram a ser distintos, a partir da primeira legislação, criada no período do século XVI pelo Rei Eduardo II, na Inglaterra. A pessoa com deficiência mental era vista como louco e, naturalmente, tinha seus bens preservados, recebia cuidados do rei, pois sua herança era uma forma de garantia dos cuidados exercidos pelo reinado. Já o doente mental, era visto como lunático, uma loucura de ordem psiquiátrica com caráter transitório; tinha direito de receber cuidados assistenciais, sem perda de seus bens.

Segundo Mazzotta (1995 a) os países que iniciaram os Primeiros Movimentos pelo atendimento aos deficientes, estavam na Europa e em seguida ampliando-se para os Estados Unidos, Canadá até chegar em outros países, assim como no Brasil.

De acordo com Mazzotta (1995 b) a educação de deficientes auditivos iniciou-se na França, com Jean Paul Bonet que em 1620 publica uma obra no qual tem como objetivo ensinar os mudos a falar. Já nos Estados Unidos, a primeira escola pública para surdos foi a *American Scholl*, fundada em 1817 pelo Reverendo Thomas H. Gallaudet e no Canadá, em 1948, na cidade de Montreal, destinado para meninos foi fundada, a *Institution Catholique des Sourds-Muets*.

Para os deficientes visuais Mazzotta (1995 c) vem destacar os trabalhos de Valentin Hauy sendo o responsável pelo instituto para cegos em Paris *Institute Nationale des Jeunes Aveugles* em 1784. Após 45 anos, em Paris, um jovem cego francês Louis Braille criou, em

1829, um código de escrita mais eficiente para pessoas cegas que, até hoje, é mundialmente conhecido e utilizado como importante meio de comunicação de leitura e escrita pelos deficientes visuais, o chamado sistema Braille.

Ainda nessa direção conforme os estudos de Mazzotta (1995 d) diz que nos Estados Unidos, em Massachusetts no ano de 1829 foi instalado o primeiro instituto para cegos *New England Asylum for the Blind* começando a funcionar com seis alunos em 1832. E mais adiante, seguindo os estudos em 1848 na mesma cidade também foi criado o primeiro internato público para deficientes mentais.

Para Mazzotta (1995 e) o século XIX foi, também, um período em que se iniciou o atendimento educacional aos débeis/ deficientes mentais, com o precursor o médico Jean Marc Itard em 1774 mostrando a possibilidade de educar um deficiente mental que na época era chamado por *idiotia*⁵ consistia em uma sistemática de treinamento que, mais tarde, teve com Seguin (1812) criando o primeiro internato público da França para crianças *retardadas mentais*, elaborando um currículo, acreditando-se na possibilidade da aprendizagem através da repetição e estimulação sensorial dos deficientes intelectuais, termo designado nos dias atuais.

Para os deficientes físicos, de acordo com Mazzotta (1995 f), em Munique, na Alemanha em 1832, constata-se que houve uma obra eficaz para sua educação com a fundação de uma instituição encarregada de educação aos *coxos*, aos *manetas* e aos *paralíticos*.

De acordo com Mazzotta (1995 g), no final do século XVIII e início do século XIX, inicia-se o período da institucionalização especializada de pessoas com deficiências, portanto podemos considerar o nascimento da Educação Especial que, nos primórdios acontecia nos campos fora das comunidades, pela crença de uma melhor qualidade de vida.

Segundo Mazzotta (1995 h) entre 1850 a 1920 nos Estados Unidos, houve um crescente aumento de escolas residências que era um modelo fortemente europeu; acredita-se que, devido às suas raízes trazidas da Europa e que mais tarde, na última década do século XIX, as escolas residenciais passaram a não serem mais consideradas instituições

⁵Segundo Seguin (1812), é referente a um ser que nada sabe, nada pode e nada quer.

apropriadas para o deficiente mental. A visão que se tinha dessas instituições era apenas a segregação, mantendo sua dependência, sem a mínima chance no que diz respeito à capacidade para o ato de aprender; conseqüentemente não trabalhava para uma possível autonomia do indivíduo portador de deficiência.

Mazzotta (1995 i), diz que a partir de um anúncio publicado no jornal *Times* de Nova York em 1940 pelo pai de uma criança com paralisia cerebral, levou a organização de pais de criança no sentido de fundarem a *New York State Cerebela Palsy Association*. Essa associação de pais levantava fundos para investir tanto nos tratamentos para as crianças que nasciam com deficiência envolvendo a descoberta até fatores que causavam determinadas deficiências. Neste sentido, Mazzotta (1995 j) diz que esse período foi muito importante para estimularem as organizações governamentais para uma nova legislação que proporcionasse recursos para pesquisas profissionais e tratamento.

Segundo Mazzotta (1997 a) foi por volta de 1950 que os pais de crianças com deficiência intelectual, abaixo da média, principalmente as chamadas na época de retardadas mentais treináveis eram excluídas da escola, em virtude da ausência de leis e decretos. E, após 40 anos, em meados de 1990, a história da Educação Especial começa a mobilizar a Nação a partir da 1ª Conferência Mundial sobre Educação para Todos, a partir do movimento das Organizações Nacionais Unidas (ONU) em Jomtien, na Tailândia, na qual aprovam o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, promovendo a Universalização do acesso à educação e, em 1994, quando ocorreu a 2ª Conferência de Educação Especial a Declaração de Salamanca que reafirma o compromisso com a Educação para Todos.

No Brasil, de acordo com Mazzotta (1997 b), a integração da pessoa com deficiência no contexto escolar, vem surgir, no final da década de 50, através de um Decreto Imperial concretizado por D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, criando o primeiro instituto para cegos (atual Instituto Benjamin Constant).

Após três anos, ou seja, em 1857, criou o primeiro Instituto de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Surdos- INES) nesta mesma cidade. A fundação desses dois Institutos foi um grande marco histórico de conquista e lutas que representou a preocupação assistencialista para com as pessoas com deficiência, iniciando o debate sobre a sua integração na sociedade.

O discurso inclusivo na política educacional em nosso país, segundo Mazzotta (1997 c) obteve êxito a partir de 1992 após a queda do então Presidente Fernando Collor de Mello, quando foi criada a Secretaria de Educação Especial (SEESP), sendo um órgão específico do ministério da Educação e do Desporto, que tornou-se um dos mais importantes documentos oficiais publicados em dezembro de 1993, estabelecendo a Política Nacional de Educação Especial (PNNE) traçando propostas e objetivos gerais e específicos de aspirações de necessidades e interesses voltados a atender as pessoas com deficiência, condutas típicas e de altas habilidades (superdotadas). Neste mesmo ano, foi adotado no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e aprovado pela Câmara dos Deputados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 que respectivamente, apontam o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, deixa claro que o ensino especial é uma modalidade e deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis, da escola básica ao ensino universitário. Mas, só em 1996 com a nova proposta da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96) todas as pessoas portadoras de necessidades especiais têm direito à matrícula, sem discriminação de turnos, nas escolas regulares, com o objetivo de integrar equipes de todos os níveis e graus de ensino com as equipes de educação especial, em todas as residências administrativas pedagógicas do sistema educativo e desenvolver ações integradoras nas áreas de ações: social, educacional, saúde e trabalho.

Esses direitos expressos em lei são frutos de processos históricos democráticos que indicam o reconhecimento da cidadania destas pessoas. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na Rede Regular de Ensino.

A Constituição de 1988 já apresentava no seu texto a preocupação com o atendimento dos portadores de necessidades e, através desse documento, observamos a questão em relação ao atendimento especial a essas pessoas. No artigo 205 da Constituição referente a educação, como direito de todos é dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, a partir deste artigo, começamos a observar a preocupação expressa em lei para com a pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Nossa grande inquietação é com relação ao preparo da educação para com a pessoa com deficiência, atualmente, acredita-se

que todos os alunos têm necessidades educativas especiais e, diante disso, no contexto educativo, os alunos que fazem parte da educação especial, são chamados de pessoas com deficiência..

Historicamente, a Educação Especial tem sido fragmentada e isolada, sendo um assunto discutido separadamente, desconsiderando a educação em sua totalidade, pois no início do debate sobre a educação para as crianças que apresentavam necessidades educativas especiais, a discussão era o surgimento de escolas especiais, criadas por iniciativas e movimentos de pais e familiares para atenderem as necessidades de seus entes queridos, como foi o caso da Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais (APAE).

Como vimos, a educação especial foi uma modalidade isolada da educação e continua até a atualidade. Acreditamos que é preciso haver muitas reflexões e discussões em relação à educação de uma forma mais ampla. É preciso envolver todos os professores nesse debate tão importante, instigando o que eles tem a dizer frente à educação especial.

A inclusão da pessoa com deficiência na escola é um assunto longo e complexo que lança desafios, pois envolve todos os elementos de uma comunidade sob o ponto de vista social. Entretanto, como afirma Mantoan (2006 a), esse desafio, quando devidamente enfrentado, provoca a melhoria da qualidade da educação, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação plenamente, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, visando atender às diferenças.

Esse aprimoramento é necessário, pois, se não, corre-se o risco dos alunos passarem pela escola sem tirar o proveito necessário. A transformação da escola, afirma Mantoan (2006 b), não é mera exigência de inclusão escolar de pessoas com deficiência ou dificuldades de aprendizagem e deve ser encarada como um compromisso das escolas que terá a inclusão como consequência.

De acordo com Mantoan (2006 c), as escolas que, de fato, reconhecem e valorizam as diferenças, têm projetos inclusivos de educação. O ensino ministrado nessas instituições difere porque procuram atender às especificidades dos alunos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até as dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural.

O pensamento de Mantoan (2006 d) contribuiu para o estudo da inclusão na educação e, apesar de ser um trabalho bem elaborado por ela, sentimos que ainda é necessário

buscar através de pesquisas outros teóricos como: Bourdieu (1989), Goffman (1990), Rodrigues (2005) e Staimback (1999) que julgamos necessário ao debate proposto durante nossas reflexões, visando luz na compreensão sobre a realidade vivenciada na sociedade joseense no campo da Educação Especial no período em estudo.

1.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA: o município de São José dos Campos

Segundo dados da Prefeitura do município, a área da cidade é de 1099,6 km² sendo que 353,9 km² constituem a zona urbana e os 745,7 km² restantes constituem a zona rural . Limita-se com Camanducaia e Sapucaí-Mirim, no estado de Minas Gerais, a norte; Jacareí e Jambeiro, a sul; Monteiro Lobato e Caçapava, a leste; e Igaratá, Joanópolis e Piracaia, a oeste. São José dos Campos está localizado no Vale do Paraíba estando cercada pela Serra da Mantiqueira e Litoral Norte do Estado de São Paulo próxima às margens da Rodovia Presidente Dutra, tendo várias estradas que a interligam à capital paulista (97 km) e ao Rio de Janeiro (330 km), assim também como aos aeroportos de Guarulhos e Viracopos, e aos portos de Santos e São Sebastião.



Figura 1: Imagem aérea da cidade
Fonte: Adenir Britto/PMSJC

A história do município de São José dos Campos é atribuída em boa parte, como fruto originário da organização urbana especulativa exercitada da aldeia, sob a liderança do padre jesuíta Manuel de Leão, cujo trabalho foi de administrar, estando em São Paulo desde o ano de 1663, constituindo o aldeamento joseense.

De acordo com Chuster (2011) São José dos Campos em 1767 foi elevada à categoria de Vila, denominada São José do Paraíba, pois antes de se tornar Vila era habitada por índios, sendo conhecida como Aldeia de São José. No dia 27 de julho do mesmo ano, foram eleitos os três primeiros vereadores de São José do Paraíba, que eram índios, dando início à sua autonomia administrativa.

Em 1871, o município recebeu nova denominação que permanece até nossos dias e assim se fez a história de São José dos Campos. No século XIX a agricultura desenvolveu-se com o plantio de algodão durante a década de 1860, tendo como destaque o café, principalmente a partir do ano de 1886.

O município de São José dos Campos é composto por três distritos, São José dos Campos, Eugênio de Melo e São Francisco Xavier. Eugênio de Melo está localizado na Zona Leste da cidade em uma área com grande predomínio de indústrias. São Francisco Xavier está ao norte do território municipal, o destaque no lugar é a Área de Preservação Ambiental (APA), onde estão diversos atrativos naturais, como montanhas, rios, cachoeiras e a fauna e flora típicas da mata atlântica.

De acordo com a história do município, foi na segunda metade do século XX que a indústria ganhou força, descobrindo sua vocação para a área da tecnologia, destacando-se com importantes empresas, centros de ensino e pesquisas. Alavancando o processo de industrialização do município com a direção a partir da instalação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1950 e também com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1951, possibilitando assim uma ligação mais acessível entre Rio de Janeiro e São Paulo, pela primeira vez, em estrada asfaltada, e cortando a parte urbana, dando mais impulso para São José dos Campos.

Segundo a Secretaria de Planejamento Urbano, em 1961, com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o município ganhou um polo científico e tecnológico, formando mão de obra especializada, viabilizando a instalação de empresas nacionais de base tecnológica nas áreas aeroespacial, bélica, eletrônica, automobilística, farmacéutica e de telecomunicações.

O município teve um forte crescimento demográfico nas décadas de 70 a 80 que acelerou a urbanização, causando problemas com a ocupação irregular de áreas urbanas e rurais e, no final da década de 80, com a crise econômica do país, principalmente em relação ao mercado de trabalho, com a queda de arrecadação e diminuição dos investimentos público e privado. Só nos anos 90, com a estabilidade alcançada no país, a cidade voltou a receber investimentos privados e apresentar sinais de crescimento econômico.

Em 1964, houve a duplicação da Rodovia Presidente Dutra, concluída em 1967. Após dois anos, foi criada a Embraer, originada em um setor de desenvolvimento de aeronaves do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), colocando a cidade em uma nova era de desenvolvimento tecnológico, gerando muitos empregos e mão de obra especializada, fazendo o município tornar-se a Capital da Indústria Aeroespacial do Brasil⁶. O principal responsável pela mão-de-obra especializada é o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), localizado próximo ao DCTA.

Em 1977, a inauguração da Refinaria Henrique Lage (REVAP) trouxe mais empregos e tecnologia à cidade; em 1994 é inaugurado um novo acesso da cidade de São Paulo à região de São José dos Campos, a Rodovia Carvalho Pinto que é um prolongamento da Rodovia Ayrton Senna, inaugurada em 1982.

Segundo dados do Censo do IBGE (2010), a população de São José dos Campos era de 2 228 emigrantes que vieram de outras partes do estado de São Paulo e do Brasil. Os emigrantes foram estabelecidos no final do século XIX e início do século XX, com foco na política de incentivo à imigração de europeus para o Brasil que serviram como importante mão de obra para a agricultura e produção de alimentos na região, que estavam em constante desenvolvimento, abastecendo os mercados locais.

No município de São José dos Campos estabeleceram-se, principalmente, japoneses, italianos, alemães e portugueses, que muito colaboraram no crescimento das lavouras, principalmente de café. Com isto, pode-se dizer que a atual população joseense é miscigenada.

Em setembro de 2011, foi inaugurado o Centro de Reabilitação Lucy Montoro, sendo esta uma instituição voltada para o tratamento de pessoas com deficiência. Em dezembro

⁶ No ano de 2004 sob a lei nº 6.517, datada em 26 de fevereiro de autoria do legislativo, vem declarar o município de São José dos Campos como A Capital da Indústria Aeroespacial do Brasil

desse mesmo ano, foi aprovado pela Assémbliá Legislativa o projeto de lei que cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, visto que, São José dos Campos é um centro de referência no Vale do Paraíba, Sul de Minas, Sul Fluminense e Litoral de São Paulo sendo referência de São Paulo e em todo país, na área de estudos, medicina, trabalho e serviços diversos.

Em São José dos Campos, a indústria atualmente, é o setor mais relevante para a economia do município, 9 998 955 mil reais do PIB municipal é o valor adicionado bruto da indústria (setor secundário). O setor industrial é uma das principais características marcantes da cidade, sendo responsável por 70,52% do total da lucratividade econômica municipal. Empregando cerca de 50 mil pessoas em aproximadamente 720 indústrias, a cidade possui grande participação no comércio exterior, sendo o segundo município maior exportador de produtos industrializados do Brasil, atrás apenas da capital paulista, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústrias e Comércio.

As principais indústrias exportadoras da cidade são a Embraer (aviões, helicóptero, peças de avião), General Motors (veículos automotivos e autopeças) e a Ericsson (aparelhos de telefonia celular e produtos médicos) exportando principalmente, para a Alemanha, Argentina, China e Estados Unidos.

A Região Metropolitana faz parte do chamado Complexo Metropolitano Expandido que ultrapassa os 30 milhões de habitantes, mais de 75% da população do estado paulista inteiro. Há estudos que afirmam a existência de uma megalópe no eixo localizado entre as regiões metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro, interligadas especialmente pela Via Dutra, que abrange ainda a região do Vale do Paraíba, onde São José dos Campos está situada.

O município de São José dos Campos também conta com o setor cultural, sendo o responsável a Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), que tem como objetivo planejar e executar a política cultural do município por meio da elaboração de programas, projetos e atividades que visem ao desenvolvimento cultural. Também há a Secretaria de Esportes e Lazer, responsável por outras áreas da cultura joseense, tais como atividades de lazer e práticas desportivas, a cidade conta também com vários espaços dedicados à realização de eventos culturais das áreas teatrais e musicais.

O principal estádio de futebol da cidade é o Estádio Martins Pereira com capacidade para receber 16 500 pessoas. O Martins Pereira é palco de jogos dos times profissionais da cidade, além de abrigar alguns torneios amadores, assim como grandes eventos.

Circulando pelo município joseense, observamos vários parques entre eles; o Parque Burle Max, mais conhecido como Parque da Cidade com jardins planejados, com projeto arquitetônico sendo transformado em Parque Municipal em 1996 e ocupa atualmente uma área de 960.160,17m², localizado na zona norte, sendo que nesta área estava a antiga Fazenda da Tecelagem Parayba.

O Parque Santos Dumont está na região do centro da cidade, inaugurado em 23 de outubro de 1971 e conta ainda com espaços para prática de esportes. Também temos o Parque Vicentina Aranha (antigo sanatório) situa-se em meio ao perímetro urbano, sendo que é um patrimônio histórico, sendo tombado durante muitos anos e inaugurado em 27 de julho de 2007 e abriga em seu interior um extenso bosque com espécies vegetais nativas da mata atlântica.

De acordo com a publicação São José em dados (2012) o principal rio que abrange o município é o Rio Paraíba do Sul, estende-se por uma área de 55400 Km², abrangendo o nordeste do estado de São Paulo, fazendo divisa com as cidades de: Caçapava, Jacareí, Jambeiro, Joanópolis, Igaratá, Piracaia e Sul de Minas Gerais em duas cidades do Estado Camambucaia e Sapucaí-Mirim e a Leste do Rio de Janeiro, sendo um dos principais do Brasil.



Figura 2: Imagem aérea do Rio Paraíba do Sul

Fonte: Adenir Britto/PMSJC

O Rio Paraíba do Sul corta transversalmente o território do município, sendo que na margem esquerda há afluentes com maior volume de água tais como o Rio Jaguari e o Rio Buquira, enquanto que à esquerda estão os afluentes que abastecem a zona urbana municipal como os rios; Comprido, Pararangaba e Alambari.

Em 1910, surge a primeira ponte sobre o rio Paraíba, uma ponte metálica de 80 metros de comprimento, ligando a Região Central ao Bairro de Santana, Zona Norte do município ao Sul de Minas Gerais. Esta ponte foi elogiada como moderna, em 1917, no Primeiro Congresso Paulista de Estradas de Rodagem.

O primeiro sistema de abastecimento de água de São José dos Campos foi inaugurado em 1909, captando as águas do manancial da Boa Vista para a Região Central, porém as águas que eram extraídas foram avaliadas como impróprias para o consumo. Assim, no final da década de 30 e começo da década de 40, começaram a ser usadas as águas do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, sendo que até hoje (2013) estes são os rios que abastecem a zona urbana.

Atualmente, o serviço de abastecimento de água de toda a cidade é feito pela Campanha de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) sendo a responsável também pela coleta de esgoto, cujos detritos são levados para as seis estações de tratamento de esgoto (ETE) existentes, sendo que, após passar por ela as águas coletadas são encaminhadas ao Rio Paraíba do Sul.

São José dos Campos foi se expandindo na extensão urbana e dividido por áreas de preservação ambiental, rios, rodovias e área tecnológica aeroespacial, tornando necessário dispor de uma extensa malha de vias expressas para a integração das zonas e circulação de veículos pela cidade sem a utilização das vias intra-urbanas.

Entre os projetos, podemos citar o Anel Viário que localiza a Via Oeste interligando a Zona Central e a Via Norte interligando a Zona Central. Foi um grande avanço evitando assim, grandes congestionamentos nas principais vias de acesso pelo município.

O município de São José dos Campos, de acordo com Chuster (2011), foi uma das cidades mais procuradas no Brasil no início do século XX pelas pessoas que sofriam de tuberculose e ficou conhecida nacionalmente como a cidade dos tuberculosos. Segundo ele, os médicos especialistas da época diziam que a cidade tinha um clima favorável e adequado para a cura da doença, por isso a cidade foi recebendo muitas pessoas de vários lugares e, em

1924, foi inaugurado o sanatório Vicentina Aranha que, segundo registros da época, era o maior hospital do país.

Portanto, o município viveu intensamente duas décadas de fase senatorial mas, com a descoberta da penicilina, o tratamento da tuberculose, em 1940 passou a ser ambulatorial.



Figura 3: Vista aérea do Vicentina Aranha (antigo sanatório)

Fonte: Adenir Britto/PMSJC

Somente em 1935, quando o município foi transformado em Estância Climática e depois Estância Hidromineral, que São José passou a receber recursos oficiais que puderam ser aplicados na área sanatorial; por outro lado, São José passou a ter prefeitos nomeados, chamados de "prefeitos sanitaristas".

Através de lei estadual de 1977, São José pode voltar a eleger seus prefeitos, sendo que a primeira eleição para prefeito, se deu, então, em 15 de novembro de 1978. De acordo com a história do município foram sete os principais sanatórios: Vicentina Aranha, Vila Samaritana, Maria Imaculada, Sanatório Antoninho da Rocha Marmo, Ruy Dória, Sanatório Ademar de Barros e Sanatório São José.

Esses sanatórios foram, assim, um esforço coletivo de todas as comunhões religiosas, de particulares e estadistas idealistas. Muitos doentes que não conseguiam vagas nos sanatórios, ficavam em pensões, como revelam os registros da época.

1.2 SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

De acordo com nossa pesquisa no Arquivo Central, localizado na Secretaria Municipal, constatamos que em 21 de março de 1991, sob o nº 3.939, foi criada a Secretaria Municipal de Educação, que tem como objetivo coordenar e assessorar administrativa e pedagogicamente o sistema escolar de São José dos Campos.

São exemplos de programas coordenados pela Secretaria, com foco voltado à população, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino gratuito e voltado para adultos que não concluíram o ensino fundamental, e a Educação Especial em que alunos têm deficiência, sejam elas auditiva, física, intelectual e visual, conduzidos por professores especializados.

A Educação Especial, de acordo com a documentação da Secretaria Municipal no município de São José dos Campos, surgiu em 1989 por meio de reivindicações de pais, ou seja, o movimento de pais foi um marco educacional histórico que ocorreu no município, solicitando iniciativas do poder público para a escolarização dos seus filhos que estavam excluídos do contexto educacional, pois tinham deficiência física.

Nesse período, a Rede Estadual de Ensino já oferecia o atendimento educacional em classes especiais, sendo destinado aos alunos com deficiência intelectual, auditiva e visual, exceto física. O deficiente físico era impedido de frequentar o ensino regular nas escolas públicas estaduais, como vimos anteriormente.

Diante desse contexto, foi através da iniciativa da luta dos pais de crianças com deficiência física, reivindicando o acesso de seus filhos, fazendo valer o direito de acordo com a promulgação da Constituição de 1988, trazendo no artigo 208 o ãa integração da criança com deficiência na Escolasö. Para compreendermos o contexto do movimento de pais, Elias diz:

[...] se analisarmos em sua totalidade esses movimentos do passado , o que vemos é uma mudança em direção bem definida. Quanto mais profundamente penetrarmos nas riquezas de fatos particulares a fim de descobrir a estrutura e regularidades do passado mais solidamente emerge um contexto firme de processos dentro dos quais são reunidos os fatos dispersos. Da mesma forma, que no passado, quem observava a natureza, após seguir numerosas hipóteses que em nada deram, gradualmente começou a distinguir uma visão coerente dela tomando forma diante de seus olhos hoje os fragmentos do passado humano reunidos em nossa mente e em nossos livros pelo trabalho de muitas gerações, começam aos poucos a se encaixar num quadro consistente da história e do universo humano e geral (ELIAS,1994, p.263).

Elias (1994) observava o passado de uma forma bem instigante e, por meio de sua visão, tentamos também seguir nossos olhares.

Segundo o documento disponibilizado para nossa pesquisa constata-se que Educação Especial fundamentou nas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e na Constituição de 1988 no seu artigo 208, estabelece a integração escolar como preceito constitucional preconizando o atendimento com o indivíduo que apresenta deficiência preferencialmente em rede regular de ensino.

Diante disso, por meio de viés político, sob pressão do movimento de pais de crianças com deficiência física, o município de São José dos Campos, em 1989 começou a efetivar o encaminhamento de alunos por meio da Secretaria Municipal de Educação criando a primeira classe especial na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Profª Leonor Nunes Pereira Galvão, localizada na Vila Industrial, em agosto de 1989 conforme o discurso da imprensa local: "Sala para deficientes é a novidade na volta às aulas"⁷ e a nota chamativa, reforçando ainda mais: "sala de aula para deficientes físicos é a única em São José dos Campos".

De acordo com a nossa pesquisa, a Rede Municipal em 1989, tinha 19.614 alunos matriculados no ensino da pré-escola e 1º grau. Segundo a matéria publicada, o município, desde o início de 1989 tinha estudado a proposta da instalação, de acordo com a coordenação de Educação Especial da época vigente, sob a responsabilidade da professora Sônia Regina de Lima que, inicialmente, foi uma das professoras responsáveis para o Projeto de salas especiais criado na Secretaria da Educação Municipal em São José dos Campos.

Para o discurso deste momento inicial sobre a integração dos deficientes nas escolas, tivemos o endosso da fala de uma mãe, a Sra. Maria do Carmo que representou todas as outras mães do movimento que fizeram pressão para que o poder público cumprisse a Constituição.

Analisando o documento, vimos que no início da Educação Especial no município havia uma equipe multidisciplinar que subsidiava o trabalho nas escolas. A equipe era composta por profissionais de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia e psicopedagogo e o papel da equipe era fazer triagens e avaliações antes de encaminharem as crianças com deficiência às escolas de ensino regular da Rede Municipal de Ensino.

⁷ Valeparaibano 13/08/1989.

Segundo os registros que localizamos na Coordenadoria de Educação Especial de 1990 à 1993, nas quatro escolas municipais; na EMEF Prof^a Elza Regina Bevilacqua, na EMEI Prof^o Domingos Macedo Custódio, na EMEI Prof^a Olga Franco Custódio e na EMEI Prof^o Torataro Takitani, foram implantadas também salas especiais, para atenderem novos alunos que tinham deficiência física.

Analizamos os registros da época como as fichas cadastrais e constatamos que foram inicialmente mais ou menos 340 estudantes deficientes físicos, entre quatro e doze anos de idade, que compunham o quadro dos assistidos pela Educação Especial nas Salas Especiais, no município joseense.

1.2.1 Implantação da Educação Especial na escola Pioneira

EMEF Prof^a Leonor Pereira Nunes Galvão em São José dos Campos (1989)

No final da década de 80, foi implantada na escola EMEF Prof^a Leonor Pereira Nunes Galvão a primeira Sala Especial, posteriormente surgiu também a sala de Reeducação. Na época, de acordo com os trabalhos nessas salas, era preciso atender aos estudantes que já eram assistidos pelas Classes Especiais, reforçando ainda mais a ideia de que os alunos precisavam desenvolver habilidades e competências para que se assemelhassem ao máximo com os demais estudantes sem deficiência, para que, então, pudessem ter condições de frequentar uma classe comum.

De acordo com os registros dos documentos da Educação Especial, a Sala de Reeducação permaneceu de 1989 até 1996, passando por mudanças em sua filosofia, tornando acessível para todos, independente da deficiência ou nível de desenvolvimento.

Ao refletirmos sobre a Reeducação podemos assim dizer que seria uma forma de reabilitação no sentido de preparação do deficiente físico para superação de suas limitações, desenvolvendo habilidades para possivelmente conviver com outros alunos não deficientes.

Os registros confirmam que a partir de 1996, a Educação Especial passou a ter assessorias com alguns teóricos que ressignificaram o trabalho nas salas de

Reeducação, as quais passaram a ter uma nova denominação, Salas de Recursos e com atendimentos para alunos já integrados nas salas comuns. Até hoje em 2014 permanecem esse serviço que se expandiu, tanto em número na Rede Municipal de Ensino como em número de alunos atendidos.

A história da EMEF Prof^a Leonor Pereira Nunes Galvão, de acordo com os registros da época, vem de muito antes do que imaginamos. Consta que, em 1967, o Prédio da escola era cedido para o Estado, sendo ali escola EEPG Prof^a Ana Cândida de Barros Molina. Com o passar dos anos, a escola ampliou o atendimento para o 2º grau, necessitando mudar-se para um prédio mais espaçoso. Nesse antigo prédio, foi instalado em 1985, o setor de merenda escolar e o Programa de Alfabetização de Adultos (PROMAN) e, só em 1989, os dois setores mudaram, por decisão da Secretaria Municipal de Educação. O prédio passou por uma grande reforma que aconteceu em duas etapas, sendo a primeira para adaptação de uma sala de aula para deficientes físicos, inaugurada em 27 de julho de 1989 atendendo dez estudantes; a segunda etapa foram as dependências da escola, como cozinha, banheiros, vestiários para educação física, pátio coberto e a construção de mais duas salas de aula.

Segundo os documentos localizados no arquivo público central da Secretaria Municipal de Educação, a escola foi inaugurada em 22 de março de 1990 sendo denominada, EMEF õProf^a Leonor Pereira Nunes Galvãoö.

Em 2000, como comemoração pelos dez anos de criação da escola foram construídas mais duas salas com adaptações para a Educação Especial e todo o prédio passou por uma reforma.

De acordo com a biografia de Leonor Pereira Nunes Galvão foi nascida em 05 de dezembro de 1898, em Descalvado, Estado de São Paulo. Fez o 2º grau Escola Normal, em Campinas. Em 1910, seus familiares vieram para São José dos Campos e Leonor ficou morando com uma tia em Campinas. Em 1913 veio morar com seus pais em São José dos Campos. Em 1914 começou a trabalhar no Grupo Escolar õOlimpio Catãoö como professora substituta. Prestou concurso público estadual e seguiu carreira como efetiva nas escolas da Rede Estadual. Aposentou-se em 1956 e faleceu em 12 de maio de 1989, aos 91 anos de idade.

1.2.2 EMEF ãProfª Elza Regina Fereira Bevilacquaö(1990)

Segundo os documentos, a escola Profª Elza Regina foi criada em meados de 1990 com a denominação antes de EMPG do Jardim Estoril na gestão do então Prefeito Joaquim Bevilacqua que, oficialmente, a inaugurou em 08 de março de 1990 com o mesmo nome que tem hoje, atendendo o bairro Jardim Estoril e adjacências.

Consta que ao longo de sua história, a Unidade Escolar sofreu alterações de denominação e passou por processo de criação, reconhecimento de curso e autorização de funcionamento.

De acordo com a biografia de Elza Regina Campos Ferreira Bevilacqua, ela nasceu em 21 de abril de 1946 em São José dos Campos, fez Escola Normal, na época, no Instituto Educacional João Cursino e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José dos Campos. Atuou como professora na Escola Estadual de 1º e 2º Grau Olimpio Catão, foi professora titular do Grupo Escolar Tecelagem Parayba S/A em 1966, e professora municipal da Vila Terezinha em 1968.

Era irmã do político e ex prefeito de São José dos Campos, o Sr. Joaquim Vicente Ferreira Bevilacqua. Faleceu aos 36 anos de idade.

1.2.3 EMEI ãProfª Domingos de Macedo Custódioö (1991)

Segundo o depoimento de uma das professoras pioneiras, a escola municipal Profª Domingos de Macedo Custódio foi uma das primeiras escolas de educação infantil a implantar uma sala especial para alunos com deficiência no ano de 1990.

A escola foi inaugurada em 1989 recebendo o nome em homenagem ao Profª Domingos de Macedo Custódio que teve uma brilhante carreira profissional no município de São José dos Campos, tendo os principais trabalhos como professor na E.E.Profª João Cursino (durante 25 anos), primeiro secretário da Faculdade de Direito do município, diretor técnico do Observatório Astronômico Galileu Galilei (durante 20 anos), professor de Linguística e Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José dos Campos.

O Profª Custódio nasceu no dia 20 de maio de 1913 em Minas Gerais, na cidade de Conquista e faleceu em julho de 1987 em São José dos Campos.

1.2.4 EMEI. Profª Olga Franco Custódio (1993)

De acordo com os documentos pesquisados, a criação desta escola se deu com o término do Planedi na EMEPG Profº Waldemar Ramos, da Vista Verde, no ano de 1982. Os alunos passaram a ser atendidos no bairro Jardim Motorama, no prédio que funciona até hoje. Em 1984, a escola foi inaugurada recebendo o nome de EMEI Profª Olga Franco de Custódio e em 1992, foram construídas as salas de Educação Especial e Salas de Recursos, atendendo aos alunos a partir de 1993.

A Profª Olga nasceu em Santo André no dia 03 de agosto de 1912, casou-se com o Profº Domingos de Macedo Custódio e faleceu no ano de 1984.

1.2.5 EMEI Profº Torataro Takitani (1992)

A EMEI Profº Torataro Takitani foi inaugurada em 1991, recebendo o nome em homenagem a esse professor que tanto dedicou-se à educação em São José dos Campos.

De acordo com uma das pioneiras na EMEI Profº Torataro Takitani foi implantada uma das primeiras salas especiais, em 1992.

O professor Torataro Takitani foi membro fundador da cidade e da escola de Junqueirópolis, fundador da fábrica Kanebo, foi fundador da primeira escola de educação infantil do bairro Vale do Sol. Nasceu em 1907, em Wakajama no Japão e faleceu em 1980 em São Paulo.

1.2.6 Implantação do projeto Laboratório de Aprendizagem em São José dos Campos (1998)

De acordo com os documentos da Educação Especial e ao fazermos o levantamento no arquivo Central da SME vimos que em 1998, foi implantado o Laboratório de Aprendizagem. Este foi um projeto inédito na época, criado para atender alunos com

dificuldades de aprendizagem, porém sem deficiências. O projeto inicialmente foi piloto, sendo instalado na escola EMEF Prof^a Vera Babo de Oliveira, no bairro Altos de Santana, e nos anos seguintes, demais escolas foram aceitando a proposta. O trabalho é desenvolvido por professores com especialização em Psicopedagogia e continua até hoje 2014 em todas as escolas municipais. Segundo a biografia que encontramos no Arquivo Central da Secretaria Municipal de Educação a Prof^a Vera Babo de Oliveira nasceu em 20 de março de 1904, Parayba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, e estudou com professor particular (lente como eram chamados os professores que se dedicavam a ir às fazendas ensinar os filhos dos fazendeiros). Após a conclusão do 1º grau, conseguiu que seus pais a mandassem para a sede do município em que residia com o objetivo de preparar-se para a profissão do magistério e, em 1922, recebeu o certificado.

Em 1938, mudou-se para São José dos Campos em companhia do marido e sete filhos, vindo morar em uma fazenda onde havia a Escola Mista Municipal do Bairro Ribeirão Descoberto, cuja professora precisou-se mudar para outra cidade, por ter sido nomeada professora estadual.

A professora Vera Babo foi nomeada para substituir a professora já ausente e, por volta de 1949, no bairro Alto da Ponte localizado na Zona Norte, foi instalada a escola mista de Vila Nossa Senhora das Graças e então transferiu-se para esta escola, onde trabalhou até a sua aposentadoria que se deu em 1967. Faleceu em 27 de junho de 1987, aos 83 anos de idade, deixando 10 filhos, vinte e três netos e três bisnetos.

1.3 O DISCURSO DA ÉPOCA: integração x segregação

No início da década de 90, de acordo com a Coordenadoria de Educação Especial do município a Educação Especial era orientada por uma política de integração que condicionava o acesso ao ensino regular àqueles que possuíam condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares no ritmo similar ao ritmo dos alunos óditos normais. Não havia uma proposta de reformulação das práticas educacionais de maneira que as diferenças de potencial de aprendizagem fossem acolhidas e valorizadas.

A concepção da época era apenas de integrar no sentido de acolhimento ao deficiente no contexto educacional, de início não havia possibilidade do estudante com deficiência estar

em sala comum, tornando e reforçando ainda mais a responsabilidade da educação dos alunos deficientes ser exclusiva e única do âmbito da Educação Especial. .

Mazzotta (1997) afirma que a história da Educação Especial foi marcada pelos cuidados destinados às pessoas com deficiência, sendo caracterizado pela segregação, acompanhados, conseqüentemente de gradativa exclusão, sob diferentes argumentos e sentimentos, como preconceito, intolerância, religiosidade, assistencialismo, dependendo do momento e o contexto histórico focalizado.

É importante destacar que a nova LDB reservou um capítulo à Educação Especial, revelando assim o reconhecimento social dos trabalhos realizados na área, sendo fruto das lutas pelos avanços e conquistas de direitos para as pessoas com deficiências, historicamente discriminadas na sociedade.

No âmbito da integração e segregação, está no seu interior o alunado que é evidenciado de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação, suas necessidades educacionais especiais. Os estudantes que apresentam essas necessidades não necessariamente vinculadas a uma causa específica, suas dificuldades estão acentuadas na aprendizagem ou limitações para acompanhar as atividades curriculares.

Vale lembrar também que condições de comunicação, como uso de linguagem de sinais (libras) demandando uso de linguagens e códigos aplicáveis também foram alunos que fizeram parte do quadro assim chamado na época: necessidades educativas especiais, sob o discurso da integração e, atualmente, é denominado pessoa com deficiência, no discurso da inclusão.

Olhando para o passado, o processo de segregação não surgiu agora, e sim é consequência de uma dimensão histórica marcada de diferenças discriminatórias que se fizeram presente por vários aspectos, podendo ser estes motivos crenças religiosas, culturais, etnias, sexuais, entre demais fatores causadores de segregação.

Historicamente a Inclusão escolar ganhou destaque aqui no Brasil em meados da década de 90 surgindo como ideais mais amplos em relação a Integração.

Como vimos, a Educação Especial abrange desde ao atendimento reabilitacional até educacional de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas. Mantoan (2006) afirma que a Educação Inclusiva é um processo em que se amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino

regular e ressalta que é preciso haver uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos.

No primeiro momento encontramos várias denominações para o verbo incluir e destacamos duas palavras, pois consideramos fundamentais no discurso inclusivo, sendo elas: compreender e pertencer. Esses dois verbos precisam estar presentes e atuantes no processo inclusivo. Neste primeiro momento, para que o discurso inclusivo seja realmente efetivado na sociedade é preciso primeiramente haver compreensão por parte de todos, seja nos aspectos sociais, culturais e educacionais. Para isso, é preciso ampliar o leque de discussões, pesquisas e estudos a respeito do tema por todos na sociedade, para que, de fato, seja inclusiva.

Em um segundo momento, é preciso que as pessoas com deficiência sintam que fazem parte da sociedade, pertencendo a esse campo e que sejam capazes de expressar suas ideias e opiniões. Que sigam exemplos de pessoas que superaram suas dificuldades, como é o caso do cantor Herbert Viana (deficiente físico cadeirante) e o cantor Steve Wonder (deficiente visual). Aproveitando esse momento, a inclusão não diz respeito somente às pessoas com deficiência; envolve também grupos que se sentem prejudicados e excluídos da sociedade.

O discurso inclusivo não está destinado exclusivamente ao contexto educacional, abrangendo, também, o contexto social embora, através da escola, considerada como primeiro local de acessibilidade para que a pessoa com deficiência tenha as mesmas oportunidades de igualdade para se desenvolver e ser incluída na sociedade. Neste contexto, a escola é considerada como espaço de grande responsabilidade para o discurso inclusivo.

Mazzotta (2007 a) ao discutir o sentido da inclusão com responsabilidade e o seu oposto a que denomina ãinclusão selvagemö salienta que a inclusão, ou seja, a convivência respeitosa de uns com os outros, é essencial para que cada indivíduo possa se constituir como pessoa ou sujeito. Neste sentido, contribui:

[...] aquele que fica separado dos demais, isolado, privado de sua capacidade de agir, está socialmente morto. É precisamente em razão disso que o respeito à diversidade e a prática de cooperação e solidariedade devem se os sólidos pilares de edificação de uma ordem social que prioriza a construção de outro como sujeito e cidadão (MAZZOTTA, 2007, p.45).

Como vimos, Mazzotta (1997 b) convida a sociedade para que também exerça seu papel assumindo sua responsabilidade no discurso inclusivo, não sendo exclusividade do contexto educacional. Ambas precisam caminhar juntas, nesse debate. Já Bourdieu (1989 a)

para que possamos compreender a relação entre os indivíduos e a sociedade, vem com sua teoria colaborando também nos aspectos relacionados à família, na qual menciona a importância da família como fator influente e determinante no processo histórico social na constituição do indivíduo, não restringindo apenas ao contexto educativo formal.

Segundo Bourdieu(1989 b) é preciso estabelecer mais diálogo entre a escola e a família. Nesse sentido acreditamos que ambas precisam achar um caminho e sendo parceiras entre si , havendo muito respeito e disciplina diante suas limitações nos papéis articulados e representados.

2 QUESTÃO METODOLÓGICA

A partir do momento que conseguimos autorização para a pesquisa junto a Secretaria Municipal de Educação do município de São José dos Campos, iniciamos nossa pesquisa por intermédio da Coordenadora de Educação Especial e, após o levantamento de materiais e alguns dados fomos pesquisar no arquivo central e público.

Iniciamos a pesquisa com as entrevistas que ocorreu de abril a novembro de 2013, sendo esta a data da última entrevista. Os contatos e o retorno demoraram um pouco para serem ajustados e se estenderam por meses, mas procuramos nos organizar para que houvesse tempo hábil para nosso trabalho ser apresentado, sem qualquer prejuízo.

No início das entrevistas tivemos certo direcionamento por boa parte das professoras entrevistadas. Iniciamos com a professora Carmen Lúcia; após alguns meses marcamos com a professora Cláudia Braz, em seguida com nossa terceira entrevistada, a professora Eliana Turquetto; depois nossa quarta entrevistada a professora Eliana Sodré, prosseguindo com a quinta entrevistada que foi a professora Ana Lee, e a última entrevistada compondo o grupo das professoras pioneiras, foi a professora Cláudia Valéria.

O instrumento de maior relevância para a coleta de dados foi composto pelas entrevistas que tiveram duraram em média 31 minutos a 2 horas.

Neste viés, elaboramos quinze questões que nortearam o trabalho sendo um guião, carro chefe no espaço de discussão e análise da trajetória histórica da Educação Especial no município de São José dos Campos. Todas as entrevistas foram feitas pessoalmente por nós e gravadas, entretanto as transcrições foram realizadas por uma técnica em informática, contribuindo assim com nosso trabalho, no aspecto da organização.

Fizemos a análise das entrevista proposta por Bardin (1977) conforme a categoria de análise qualitativa proposta pela assistência ou a ausência de um determinada característica de conteúdo ou de um conjunto de caracterização numa determinada fração da mensagem, que é uma conquista pelo respeito no viés do raciocínio. Tratamos a análise das entrevistas relativas ao modo como as professoras concebiam a Educação Especial por meio de seus olhares.

Esta análise foi essencial temática e qualitativa, constituindo registros os próprios representantes da história. Analisamos os dados privilegiando a essência e a riqueza das ideias trazidas através da análise de conteúdo, lembrando de que:

[...] é o método das categorias, espécie de gavetas ou rúbricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É portanto um método taxionômico bem concedido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem , segundo certos critérios , na desordem aparentemente (BARDIN,1977,p.37).

Realizado as etapas das transcrições das entrevistas, selecionamos os eixos temáticos com o direcionamento da cronologia dos fatos ocorridos de acordo com os discursos das professoras pioneiras, totalizando em cinco categorias, subdivididas em 18 unidades temáticas de acordo com o eixo gerador de cada discurso e cada um dos temas teve o envolvimento e a participação das seis professoras pioneiras.

De acordo com as características trazidas no conjunto das falas, buscamos elaborar de acordo com a lógica das questões respondidas, fazendo um recorte das falas das pioneiras utilizando uma determinada lógica na tentativa de uma melhor compreensão para o momento histórico vivenciado no contexto educacional das professoras.

2.1 O campo inclusivo em São José dos Campos

O presente estudo compreendeu um grupo de professoras da Educação Especial que, segundo a coordenadoria da Educação Especial, iniciou o trabalho com uma professora vinda de São Paulo, com experiência na Associação Assistencial a Criança Defeituosa (AACD) e, a partir daí foram surgindo outros professores. Embora não tenham sido encontrados registros oficiais do número exato de professores que iniciaram o trabalho na educação especial no município de São José dos Campos, constatamos durante as entrevistas com as professoras que a partir do momento que inaugurou a primeira sala especial na EMEF Prof^a Leonor Pereira Galvão conseqüentemente, expandiu o número de Salas Especiais nas demais escolas que já mencionamos.

Observamos que o quadro de professores que compunham a educação especial foi surgindo progressivamente, iniciando com um número bem reduzido de professores, em torno mais ou menos, de umas três e com o passar dos anos esse quadro foi aumentando. Nessa mesma linha, exceto na EMEF.Prof^a Leonor Pereira Galvão, também não encontramos registros oficiais que constataam a inauguração posteriormente em outras escolas das Salas de Apoio Pedagógico (Salas Especiais, Salas de Reeducação⁸, Salas de Recursos e Laboratório de Aprendizagem).

De acordo com a Coordenadoria de Educação Especial havia muitas dificuldades de encontrar profissionais com formação específica em Educação Especial e, aos poucos, o quadro foi se ampliando. Atualmente, há 40 professores do Laboratório de Aprendizagem, 45 professores de Sala de Recursos e 3 de Salas Especiais.

Tivemos uma tarefa árdua ao localizarmos as seis pioneiras as quais foram citadas e de outros nomes de professoras, mas a localização e as entrevistas com cada uma foi nos direcionando e, assim, ao longo do processo das entrevistas, fomos caminhando de um jeito que correspondeu a todas as nossas expectativas em relação aos anseios e objetivos da pesquisa.

Decidimos fechar o grupo com as seis professoras escolhidas de acordo com o direcionamento das entrevistas de cada uma e, a partir dos apontamentos das próprias entrevistadas, foi construída uma representação do grupo das pioneiras que atuaram no campo de Educação Especial no município de São José dos Campos, entre 1989 a 1998.

O grupo das professoras pioneiras representou todo o percurso vivenciado por elas que contribuíram com o debate sobre integração dos estudantes com deficiência física na Rede Municipal de Educação, portanto o enfoque de nossa pesquisa esteve concentrado na ótica das seis pioneiras profissionais da Sala de Apoio Pedagógico.

No final da década de 80 a Integração estava no cerne da Educação, marcando sua trajetória histórica e ganhando repercussão nacional. O tema é originário da Constituição de 1988 (Artigo 208, inciso III) e São José dos Campos se destaca sendo um dos primeiros municípios do Vale do Paraíba Paulo a promover o trabalho com a questão, inaugurando uma Sala de Educação Especial no ano seguinte, após a Constituição ser assinada.

⁸ Salas de Reeducação: De acordo com os registros localizados no arquivo da Secretaria Municipal de Educação, tinham como o objetivo de preparar os alunos das salas especiais para uma possível integração com os alunos das salas regulares.

A partir de 1989 até 1998 houve constantes mudanças no cenário educacional, no que diz respeito ao contexto da integração dos estudantes com deficiência, ampliando-se o número de escolas, iniciando-se apenas em uma escola em 89. Partindo desta data e nos anos seguintes entre 1990 e 1998, surgiu nas demais escolas, ampliando-se a possibilidade de haver em todas as outras escolas da Rede municipal de Educação.

Olhando para a Rede Municipal de Educação, nos dias de hoje, o quadro de professores conta com escolas, sendo três Salas Especiais, quarenta Salas de Recursos, quarenta e cinco Laboratórios de Aprendizagem, totalizando 475 alunos beneficiados pelos serviços de Apoio Educacional Especializado. É a semente de um fruto de toda uma história constitucional⁹, que ainda se encontra em processo de evolução no município de São José dos Campos.

Em síntese, a questão inicial era atender alunos com deficiência física, consequentemente atendendo outras deficiências que viessem a aparecer. Passados nove anos, em 1998, o município lançou um projeto inédito por Psicopedagogos para atender crianças com dificuldade de aprendizagem não decorrente de uma deficiência, mas em decorrência provável do aspecto psicológico ou emocional, em caráter provisório.

Durante o processo de identificação do grupo das professoras pioneiras, tivemos a impressão de estarmos montando um quebra-cabeça, pois havíamos começado a pesquisar de um determinado ponto, começando na Secretaria Municipal da Educação e, a partir daí tivemos trabalho árduo em localizarmos as seis professoras. Dessas seis, três delas continuam no trabalho com a Educação Especial até os dias atuais, enquanto que, as outras três, uma está aposentada, a outra mudou de função há mais de cinco anos e atua com assessoria de políticas públicas e a outra que, por sinal foi uma das primeiras atuantes, veio de São Paulo para São José dos Campos.

⁹ Emenda Constitucional nº 65.2010 questão tratada anteriormente vem sendo ampliada, o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino, foi novamente retomado pela Constituição no Artigo 227, inciso II, recomendando-se a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante ao treinamento para o trabalho, a convivência, a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, eliminando-se barreiras arquitetônicas, todas as formas de discriminação e preconceito.

Ao entrevistarmos as professoras pioneiras, a maioria delas citava o nome de uma mãe de aluna, a Sra. Maria do Carmo e então resolvemos entrar em contato com ela, cuja fala serviu para endossar, ainda mais nosso trabalho.

A integração foi um projeto inicial que traçou muitas lutas e conquistas, sendo interessante desvendar esse início, pois tivemos muitas barreiras e obstáculos ao localizarmos os documentos e registros, talvez pela própria estrutura na época da Rede municipal de Educação, que era vinculada com a Secretaria do Estado¹⁰ que não tinha autonomia para administrar e também não havia o arquivo público central, inaugurado em 2002; por isso, contamos com os aspectos da história oral.

A pesquisa teve riqueza de informações e contamos com a boa memória de todas as nossas entrevistadas. Foram entrevistas surpreendentes e muito interessantes que contribuíram e trouxeram lembranças ricas e importantes que vivenciaram na luta pelo movimento do direito da pessoa com deficiência nas escolas municipais. Lembranças essas trazidas de experiências e que vieram contribuir ainda mais com riquezas em detalhes e sentimentos revelados, os quais não conseguiríamos localizar em nenhuma fonte documental.

2.2 A história das professoras (grupo de pioneiras)

Neste item, serão apresentadas as seis professoras que compuseram o grupo das pioneiras, começando por ordem alfabética que, por coincidência, foi a primeira professora Ana Lee que veio de São Paulo, com experiência da AACD para trabalhar, convidada pela professora Sônia Lima¹¹, com crianças que apresentavam deficiência física. A professora

¹⁰ Secretaria do Estado de São Paulo muitos documentos na época eram incinerados nas escolas ou mantidos nos diversos setores da Secretaria Municipal de Educação. Observamos que foram muitos projetos interessantes, mais a maioria não se colocavam datas e nem os participantes do projeto, vale a pena estudar essa rede, constatei também um trabalho de Roque (2007) onde fez uma pesquisa no cotidiano escolar em São José dos Campos durante as primeiras décadas do século XX. Hoje muita coisa já se mudou a velha prática de incineração de documentação não existe mais. O arquivo público central na SME zela pelo acervo dos documentos relacionados ao contexto escolar da rede municipal de educação.

¹¹ A professora Sônia Lima na época foi para a Secretaria Municipal de Educação coordenar o Projeto com crianças especiais. Valeparaibano 08/08/1989.

Ana Lee permaneceu por algum tempo, mas com o passar dos anos, por motivos pessoais, decidiu não fazer mais parte do trabalho com a Educação Especial do município.

Em 1989, a cidade não tinha professores com habilitação para trabalhar com crianças com deficiência e, a partir daí, nos anos seguintes, foram chegando as professoras, especializando-se em Educação Especial, no curso de graduação de Pedagogia em Educação Especial¹² ou pós em Psicopedagogia.

Como a chegada da primeira professora no município, vindo com experiência da AACD de São Paulo, a Ana Lee que foi a primeira pioneira em São José dos Campos para atuar em classe especial.

Seguindo uma sequência alfabética de acordo com os nomes de cada professora entrevistada, apresentamos a professora Cláudia Braz, que atuou por um bom tempo na Educação Especial como professora e também como parte integrante da equipe, representando a Coordenadoria de Educação Especial. Hoje, trabalha com assessoria de políticas públicas no município.

A próxima de nossa lista foi a professora Cláudia Valéria que trabalha na Educação Especial por mais de 20 anos, já atuou com Sala Especial e continua até hoje (2013) seu trabalho em Sala de Recursos.

A quarta da lista entrevistada foi a professora Carmen Lúcia atuante há mais de 23 anos, iniciando em Sala Especial trabalhando com Sala de Recursos e hoje atua como Psicopedagoga em uma escola da Rede Municipal no projeto do Laboratório de Aprendizagem.

Na sequência, a quinta professora foi Eliana Sodré que atua há mais de 20 anos. Iniciou sua carreira com a Educação Infantil e depois passou para a Educação Especial e trabalhou com Sala de Recursos; atualmente (2013) é a Coordenadora da Equipe de Educação Especial.

A última de nossa lista que coincidentemente é a professora que desenvolveu seu trabalho em 1998, data que o recorte da pesquisa foi finalizado, a professora Eliana Turquetto, graduada em artes plásticas pós graduada em Psicopedagogia, veio ser convidada

¹² De acordo com a Resolução CNE nº 01/2006 (BRASIL, 2006) que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCNs) definiu no artigo 10 que as habilitações nos cursos de Pedagogia entraram em regime de extinção, a partir do período letivo seguinte à publicação da mesma, ou seja, a partir de 2007.

para compor a equipe em 98 quando iniciou-se o Projeto de Laboratório de Aprendizagem, sendo inédito na Rede Municipal de Educação. Agora Eliana Turquetto está aposentada.

Nossas entrevistadas foram todas professoras com mais de 20 anos de experiência em Educação Especial, inicialmente com formação no antigo Curso de Habilitação Específica para o Ensino de 1º e 2º grau (magistério). Posteriormente vieram fazer outros cursos na área da Educação Especial, inclusive pós-graduação.

Como já mencionamos através das entrevistas, foram citadas diversas vezes o nome da Maria do Carmo, uma das mães mais lembradas pelas entrevistadas, que se empenhou no movimento pelo direito à matrícula de sua filha na escola e não poderíamos deixar de conferir de perto essa história.

2.3 A história da Maria do Carmo

O discurso da Maria do Carmo, mãe da Flávia Fuga, que havia nascido com paralisia cerebral e, na época, em 1989 com sete anos de idade não conseguia ter acesso a nenhuma escola pela suas condições físicas, veio contribuir com nossos estudos, auxiliando ainda mais nossa interpretação no momento histórico narrado por ela. Optamos por deixá-la a vontade e nos contar como foi o início do debate da Educação Especial no município, sendo que a participação dessa mãe é um momento muito interessante pois representou o movimento pelo direito dos deficientes à educação, atuando em prol e fazendo prevalecer seus direitos, como ela nos disse, fazendo valer o seu voto.

Recém chegada ao município, vinda de Campinas, lutava em prol da filha que havia tido uma paralisia cerebral no nascimento, acreditando no potencial de sua filha que pudesse desenvolver assim como outras crianças ôditas normaisö mas, para isto, precisaria de ter as mesmas oportunidades que as demais crianças. E então, já na fase escolar por volta dos 7 anos de idade quis matricular sua filha em alguma escola, mas nenhuma a aceitava pela sua condição física, pois fazia uso de cadeira de rodas. Resolveu se unir com algumas mães de crianças com deficiência física, que acabou conhecendo e que também não conseguiam matricular seus filhos nas redes pública (Estadual/Municipal) de São José dos Campos e procuraram o prefeito que havia acabado de tomar posse em 1989. Desde então, foi cobrado

pelo movimento de lutas das mães, tendo que cumprir diante a determinação da lei, que coincidentemente teve sua participação, quando era deputado em 88.

A História de vida da Maria do Carmo e sua filha Flávia Fuga é muito interessante e mereceria um capítulo a parte, se assim fosse nosso objeto do estudo desde o início do trabalho, mas que não poderia de fazer um breve relato pois naquela época pela fala da mãe, observamos muito sofrimento, angústia e lutas por estar procurando o melhor para a Flávia, mas que, hoje em dia, foi tudo compensado, pois a Flávia tornou-se a primeira advogada do Brasil com paralisia cerebral e na eleição de 2012, foi candidata a vereadora de São José dos Campos.

Ela é muito dinâmica e nos dias que não está no fórum está trabalhando em casa e, nas horas de folga, procura se dedicar às suas pinturas em tela, que por sinal, são muito interessantes de apreciar.

3 ANÁLISE DO DISCURSO

3.1 As Representações e as Histórias de Vida das Professoras Pioneiras em Educação Especial

As Pioneiras e suas Trajetórias na Educação Especial

Nessa categoria temática, elencam-se as variadas situações vivenciadas no transcorrer no processo pela escolha profissional das professoras que representam o grupo de pioneiras, registrados nos seus discursos. Tais situações remetem ao início de carreira onde cada uma das professoras vivenciou sua trajetória profissional, trazendo a tona muitas recordações, lembranças, brilho nos olhares e sorrisos nos lábios, demonstrando entusiasmo e esforço na busca pela memória de suas histórias no decorrer do percurso profissional. Nesse viés procuramos também entender como as pioneiras concebiam a questão sobre a deficiência no contexto social e no educacional, trazendo detalhes e particularidades em cada narrativa.

Passa o tempo, passam os anos e a construção da história da humanidade vai se consolidando, transformando-se aos poucos, sendo algo pertencente a um determinado grupo de acordo com as suas vivências e experiências, sejam profissionais ou pessoais. Nessa etapa, vai sendo construída uma identidade própria, modelada por cada grupo. Assim, essa categoria traz a vivências das professoras pioneiras no tocante às suas trajetórias na Educação Especial, bem como suas concepções em relação aos alunos deficientes frente ao contexto social e educacional, buscando razões e sentidos para iniciarem suas atividades na Educação, sendo autoras na construção da História da Educação Especial no município de São José dos Campos.

A história oral é um recurso muito interessante e também gratificante, pois resgata o passado, aflorando sensações, sentimentos como se fosse vivenciado nos dias de hoje pelas pessoas que foram nossas entrevistadas. Segundo Thompson (1992) geralmente o processo da memória depende da percepção, o que significa que para haver a aprendizagem é necessário haver antes o exercício desta compreensão, dentre as quais entendemos:

[...] se não pudéssemos organizar nossas percepções, só teríamos consciência daquilo que nos tivesse acontecido mais recentemente. Imediatamente após um evento, parece de fato que podemos lembrar muito mais coisas do que mais tarde. (THOMPSON, 1992, p.150).

Eu Tinha Jeitinho

Quando saí do magistério, fui lecionar... cheguei na escola e a diretora começou a encaminhar as crianças ...disse que eu tinha jeitinho para receber essas crianças...sem saber e começou a me incomodar o que era esse jeitinho... aí eu fui... falei: jeitinho não! tem que estudar... conhecer melhor... (informação verbal)¹³.

No segundo ano na Rede tinha um aluno surdo que usava o aparelho, mas além da surdez apresentava um transtorno de comportamento... Eu inventava maneiras de brincar... nunca fui de estranhar com a estranheza...e então a orientadora pedagógica me incentivou, dizendo que eu tinha jeito (informação verbal)¹⁴.

Está presente na fala dessas duas professoras o reforço positivo que receberam frente às necessidades pedagógicas de seus alunos e a visão que tinham ao lidar com as questões relativas ao diferente. Talvez pelo próprio ideal de educação que estava emergindo na sociedade pela Constituição de 1988, fundamentando a construção de uma nova sociedade, justa, democrática e igualitária. A representação das professoras reflete a História da Educação Especial no país, pois não havia formação no magistério, era só a nível de cursos de graduação ou especialização. Mesmo sem um preparo técnico e científico, tinham flexibilidade e disponibilidade e, ao serem motivadas, foram se sentindo incomodadas, levando-as a descobrirem o que estava por trás de suas condutas e posturas frente aos alunos que pudessem fugir dos padrões normais, chamando a atenção em relação a algum tipo de necessidades especiais, sejam sensoriais ou comportamentais.

Ao revelarem a sensibilidade de lidar com as questões sobre diferenças, eram perceptíveis aos olhos da equipe gestora, destacando-se dos demais professores, despertando nessa equipe a tomada de atenção e responsabilidade para o artigo constitucional da época que já sinalizava de acordo com os marcos políticos legais da Educação Especial (2010)

¹³ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

¹⁴ Entrevista concedida pela Eliana Sodré.

evidenciando no artigo 208,III sinalizando para a implementação, no nosso país, da educação inclusiva, no qual prescreve:õ O dever do Estado com a educação será efetivado aos portadores de deficiência na rede regular de ensinoõ.

A representação das professoras pode estar revelando que foram levadas para a Educação Especial, talvez por uma identificação em comum, antes mesmo de receberem um conhecimento científico foram levadas a praticarem pela crença em que lhes foram depositada. Observa-se essa prática surgiu à medida que se fez necessário para ao cumprimento da lei .

Cláudia Braz diz que começou a se incomodar quando ouvia a expressão: õjeitinhoõ para lidar com crianças que eram diferentes. Recém formada, primeiro emprego na escola e a diretora começou a encaminhar crianças que apresentavam comportamentos diferentes e sempre quem era diferente ia para a sua sala. Ela acolhia, fazia o trabalho, sem saber e começou a incomodá-la o que era esse jeitinho. Ficou evidenciado que houve uma necessidade em buscar uma bagagem técnica e teórica para subsidiar a sua prática pedagógica.

A aposta e a crença pela questão do õjeitinhoõ foi o primeiro passo, fomentando o desejo e a inspiração das professoras a seguirem em frente, rumo à Educação Especial assim que foi iniciada no município de São José dos Campos.

Olha, nunca tinha assim, pensado em ser professora ... eu queria trabalhar com criança em educação especial, pensava em fazer terapia ocupacional ou fisioterapia, mas na época...tinha que sair da cidade[...] Ai perdi meu pai, ai que a vida da gente vira do avesso... ai pensei então na educação, que podia trabalhar com criança especial e Pedagogia tinha em São José (informação verbal)¹⁶.

Cláudia Valéria demonstra em sua fala a escolha já feita na atuação com crianças especiais, antecipadamente a área do ingresso na graduação. Pensava-se em outras áreas, mas que devido às circunstâncias da vida, buscou a área da Educação. Vale lembrar que a metodologia aqui empregada busca resgatar o que levou as professoras a escolherem a educação especial e os motivos pelas suas escolhas. Por isso que as ocupantes desse cenário apresentam suas particularidades, dentro de seus próprios

¹⁶ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria

contextos, embora com uma diversidade de ideias trazidas por elas, todas caminham para uma mesma direção, rumo a educação especial . Algumas coincidências em relação as suas histórias, mas que não são marcadas por um acaso, estão fundamentadas e embasadas dentro de um contexto de acordo com suas vivências pessoais, na qual descortinam suas janelas revelando suas trajetórias no âmbito pessoal e profissional.

Foi por acaso, Deus faz as cristocidências dele [...]comecei a trabalhar na AACD[...]na época a minha família desaconselhou tremendamente, falou: você não tem estrutura para isso[...] mas eu vou, fui e amei! (informação verbal)¹⁷.

No contexto das histórias relatadas, percebe-se que as professoras traziam para a cena da representação suas opiniões, atitudes e crenças enquanto sujeitos no campo de atuação profissional e pessoal, pertencentes a um contexto, sendo flexíveis, capazes de adaptarem e adequarem suas práticas pedagógicas à nova realidade educacional que estava tomando dimensão.

A história oral é um recurso interessante e gratificante pois proporciona momentos reflexivos resgatando e valorizando as vivências percorridas, sendo um exercício revelado pelas lembranças e recordações que estão muito presentes no discurso das pessoas. Para isso ã... aparece também neste estudo como um excelente recurso na construção de uma história, por meio da memória, que é recorrentemente solicitada, a partir das reflexões que o sujeito faz quando lhe é perguntado sobre um determinado assunto. (SOUZA, 2008, p.41). Neste sentido, no interior de cada história, percorremos caminhos trilhados na narrativa das professoras pioneiras diante suas trajetórias profissionais.

Quando comecei na Rede Estadual sempre trabalhei com alunos que tinham dificuldades de aprendizagem.... E, paralelo na Rede Municipal eu já estava trabalhando com alfabetização de jovens e adultos (informação verbal)¹⁸.

Terminado a formação em Psicopedagogia e como orientadora de artes do município, eu já tinha uma visão voltada para a área especial, sendo assim minha coordenadora me convidou para iniciar um trabalho novo de acolhimento às crianças com a dificuldade de aprendizagem (informação verbal)¹⁹.

¹⁷ Entrevista concedida pela Professora Ana Lee

¹⁸ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

¹⁹ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

Podemos notar no discurso dessas pioneiras, duas questões interligadas que é o ensino e a aprendizagem. Quando falam sobre a iniciativa no trabalho lidando com as questões de dificuldades de aprendizagem, já revelam suas experiências aos desafios nos diversos contextos frente as necessidades dos alunos. E a relação entre ensino e aprendizagem representava para as professoras como algo prazeroso e satisfatório.

Por outro lado, a história na educação especial para uma das pioneiras começa exatamente após o término do curso de pós graduação em Psicopedagogia, esteve à frente da coordenação do Projeto de Laboratório de Aprendizagem (L.A.) iniciada ao trabalho de orientadora de Educação Especial ,paralelamente exercendo a função como psicopedagoga ao orientar outros professores psicopedagogos que atuavam nas escolas, deparando-se com as questões de dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças ,não decorrentes de deficiência.

O contexto educacional da época estava vinculado a questão entre ensino e aprendizagem como se o ensino fosse dissociado da aprendizagem para os alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem, ou seja, o professor ensinava, mas se o aluno não aprendesse da forma como ensinou ou não desse uma resposta considerada satisfatória pelo professor, esse aluno não teria sucesso, sendo considerado o fracassado da escola. A aposta entre o ensino e aprendizagem era feita e debitada apenas no enfoque do ensino e quem não aprendesse era considerado como um aluno diferente, diante aos olhares de quem ensina e quem obtinha sucessos eram considerado como os vencedores e melhores alunos da escola.

O discurso no contexto escolar não era favorável e não se interessava pelas questões trazidas pelos alunos; de suas histórias, da relação do aluno com o professor, do aluno com seu meio, aluno com a sua cultura e o professor não estava acostumado ou habituado a lidar com as questões de dificuldades de aprendizagem, até mesmo porque não tinha consciência e preparo para trabalhar com a heterogeneidade sendo muito diferente daquela história de sempre trabalhei com dificuldades de aprendizagem. Na ocasião é oportuno salientar que por meio dessa metodologia a história oral da trajetória profissional das professoras pioneiras conscientizaram-se ainda mais , reforçando a ideia sobre suas atuações frente ao encarar os desafios , colaborando com a Educação Especial no município por nós estudado.

Discursos: Social , Educacional e Familiar

A identidade de uma sociedade é construída através de suas vivências, cultura, linguagem, crenças e valores que vão sendo transmitidos a cada renovação da geração. Em sua dimensão, ao estabelecer relações entre os indivíduos cria a possibilidade de mudanças e transformações, moldando-se e sendo modelada por ela por meio de uma dimensão educacional. Essas duas dimensões são representadas em uma esfera central que é a família, sendo a base sólida e que deveria ser mais acolhida no contexto educacional, devido ao seu potencial representativo, participativo com movimentos de lutas e participações em diversos setores da sociedade.

A família deixava na redoma, ou iam para alguma escola especial[...]as escolas que começaram a ter alguns alunos com dificuldades, necessidades[...]era aquela salinha isolada, aquele cantinho[...] e o que mais doía era assim, achar que nossos alunos eram os coitadinhos[...] (informação verbal)²⁰.

Ele não tinha um lugar, a família muitas vezes também não dava um lugar para essa pessoa [...]o contexto educacional era excludente, você tinha que ser o melhor[...]ia fazer estágio em escolas, via que tinha a divisão dentro da própria sala de aula tinha fileiras que eram os melhores[...]bons[...]ruinzinhos, os que não aprendiam mesmo[...]aonde ficaria o deficiente nessa divisão?(informação verbal)²¹.

Como podemos notar na fala das professoras, a segregação aparece como um elemento evidente e nítido no contexto educacional, que não teve preparo e planejamento anterior para receber as crianças que apresentavam deficiência. Apresentam o contexto familiar como um dos principais responsáveis pela segregação sob forma de proteção, talvez pelo fato em não querer expor seus filhos que tinham deficiência com receio de preconceito, ou talvez por não aceitarem as condições orgânicas ou físicas ,negando seus próprios filhos, não acreditando em uma reabilitação e muito menos sua inserção no contextos social e educacional. A representação das mesmas pode estar revelando que até elas tivessem um certo temor em relação ao acesso das crianças deficientes na escola, no ensino regular, talvez por ser algo novo, em que estava começando a ser estruturado.

²⁰ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia

²¹ Entrevista concedida a Professora Cláudia Braz.

A professora Carmen Lúcia respondeu intrinsecamente às duas questões, resumindo os dois contextos, de um lado a descrença dos familiares e pais em acreditar no potencial de seus filhos, muitas vezes acabavam optando por deixarem as crianças com deficiência em casa ou procuravam uma entidade filantrópica oferecendo o serviço de educação especial que os acabavam segregando no contexto educacional. De outro lado, a pioneira enfatiza que a sociedade não estava preparada para aceitar aquilo que era diferente, a sensação de piedade por parte dos outros professores está escancarado em sua fala.

Frequentavam... mais eram escolas especiais...achavam que eles seriam melhor atendidos as necessidades deles, ficando separado numa escola especial, numa sala com professor só pra eles, com colegas ali, deficientes também (informação verbal)²².

Cláudia Valéria fala que os alunos com necessidades especiais frequentavam as escolas especiais devido a crença de suas famílias em acreditar que seriam melhores assistidos em suas necessidades. A representação em sua fala pode revelar também sua própria crença na época; a prática segregativa dos alunos que ficavam em classes especiais , sendo um grupo mínimo de crianças, todas apresentando deficiências, sendo assistidos por uma professora, uma auxiliar de professora e uma enfermeira .Por outro lado, a concepção das pioneiras frente aos alunos com necessidades especiais nas escolas de ensino regular nem sempre estiveram marcadas pelo contexto social. Talvez pela própria visão ou momento que iniciaram seus trabalhos.

Nesta época, acho que tinha muito dessa do professor [...] missionário, acho que a sociedade esperava isso, do professor[...] aquele que abraça, que acolhe, que tem a docência como uma missão[...] de verdade não sei se na época estava tão ligada para perceber que o discurso circulava, acho que não tinha tanta consciência assim não, para ter ouvidos para isso na época. Hoje olhando para trás, imagino que era (informação verbal)²³.

Neste ponto, a professora Eliana Sodré demonstrava enxergar o seu trabalho como algo vocacional, pois também acreditava que tinha que ter vocação, dom e talento para

²² Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria

²³ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

trabalhar com a educação especial. Também demonstra em sua fala que não tinha certeza sobre o discurso da sociedade, talvez pelo envolvimento muito grande com o trabalho na escola e que de uma certa forma, ao longo do processo foi observando no contexto educacional, e possivelmente apesar de acreditar em seu trabalho, de uma forma ou de outra, sentia preconceito e descrenças por parte de outros professores que não faziam parte da educação especial.

Os discursos das professoras apresentam em comum a ideia de que somente os professores especializados eram os profissionais mais competentes e habilitados ao lidar com as questões de deficiência e aprendizagem dos alunos pelo fato de também acreditarem de estar desenvolvendo um trabalho assistencialista e caridoso. E nessa linha de raciocínio é que Mantoan (2006) vem discutir a falta de competência, formação e preparação técnica levavam a maioria dos professores do ensino regular a acreditarem que não tinham competência para trabalharem com as crianças deficientes. Com isso muitos acreditavam de que somente os colegas, os professores especializados em educação especial é quem tinham a capacidade de trabalhar com os alunos deficientes. E segundo ela, muitos desses professores especializados, acabavam exagerando em suas práticas, frente ao trabalho na educação especial, chamando a atenção dos demais professores.

Neste viés, quando iniciado o debate sobre a educação especial na época, o discurso no contexto educacional representado pelo grupo das professoras pioneiras reascendeu questões que até hoje assombram o contexto social.

Em 98, o discurso da educação era a implantação da nova LDB 96/ que previa também o estudo dos ciclos[...] na Rede o ensino era muito pautado na linha do sócio construtivismo[...]só que percebemos que muitas crianças estavam ficando pelo caminho[...] teria necessidade de outros projetos, de outras ações que viessem auxiliá-lo (informação verbal) ²⁴.

O principal discurso do contexto social era assim, volto na Maria do Carmo, ela havia [...] conhecia muitas pessoas portadoras de deficiência que ficavam dentro de casa escondidas e as pessoas tinham vergonha, e a pessoa ficava realmente entregue ali, esperando a morte, não saía de casa, não tinha escola, não tinha nada e a Maria do Carmo, uma mulher muito batalhadora (informação verbal) ²⁵.

²⁴ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

²⁵ Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

Nos discursos, as professoras demonstraram que cada uma, mesmo estando em contextos diferentes, apresenta aspectos em comum no ponto de vista conforme suas perspectivas e atuação no cotidiano. E, ambas eram movidas pelos interesses ao trabalho de apoio e acolhimento aos alunos que já apresentavam necessidades educacionais.

A professora Eliana Turquetto em sua fala apresenta um discurso dentro de um contexto em outra dimensão, mediante o trabalho que fazia na Rede Municipal de Educação, mas que estava muito atrelado nas necessidades educacionais dos alunos, em que o professor tinha que dar conta do conhecimento dos alunos, a todo o custo. Não era levado em consideração o contexto social e cultural do aluno e o professor tinha que dar conta da aprendizagem com responsabilidade total para os que não conseguissem aprender como os demais da sala de aula. A realidade familiar dos alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem não atreladas a uma deficiência eram insignificantes para o contexto educacional. E então, como seria esse contexto educacional para as crianças que apresentam deficiência?

A professora Ana Lee demonstrou lembranças que também presenciou enquanto professora no contexto educacional. Entretanto, para ilustrar o que realmente vivenciou, fomos honrados na entrevista com a Maria do Carmo, mãe da Flávia que veio para endossar ainda mais o discurso das professoras pioneiras com o seu depoimento:

“Eu vou falar como foi nosso trabalho desde o início” [...] a Flávia é portadora de paralisia cerebral [...] o médico falava [...] a questão intelectual está preservada [...] tive sorte, no primeiro diagnóstico [...] deu direcionamento para toda a sua vida [...] então você passa a acreditar no seu filho [...] nós ficamos lá em Campinas até ela completar 1 ano e meio [...] eu vim pra cá [...] a gente já sabia de sua capacidade [...] no início de 88, a Flávia fez 7 anos e, para mim, era muito natural que fosse para a escola [...] e nós fomos buscar... nenhuma escola aceitou [...] “ôah! sua filha não pode ir para a escola”, e assim... “ôah! não, ela usa cadeira de rodas” [...] então eu procurei por várias escolas, daí foi muito decepcionante essa questão de ninguém aceitar... por conta da cadeira de rodas. Acabei não desistindo, na época a gente buscava todos os meios, fizeram uma propaganda muito grande na televisão, a Constituição, a Carta Magna do Brasil [...] aquela curiosidade.. vi que tinha um artigo na Constituição [...] a gente estava numa época de campanha política [...] acabei conhecendo outras mães na fisioterapia, que tinham a mesma questão [...] fomos então conversar com o candidato [...] em umas de suas promessas de campanha... iria colocar em São José dos Campos uma sala de aula especial dentro de uma escola municipal, porque esse era o nosso pedido, não importa que as crianças não vão estar na mesma sala [...] em 89 [...] ao tomar posse, fomos lá [...] eu e mais três mães [...] acho que ele nem imaginou que nós íamos cobrar, falou: “ôah!

eu faço promessa de campanha, 1500 promessasö[...]cobramos pelo fato de ter assinado a constituição federal, porque era uma dos constituintes, quando falei com ele [...] primeiras vezes que eu tive contato [...] falei :õnão, mas o senhor garantiu quando assinou a constituiçãoö, ele falou: õMaria do Carmo eu vou lá saber o que eu assinei naquela Constituição, aquela constituição é imensa, tem coisa lá que não acaba mais, você acha que nós lemos todos os artigosö[...] assinei porque estava lá como deputado[...] mas eu vou, o que der pra fazer a gente vai fazer[...] começamos novamente a cobrar [...] e fomos informada que não teria nenhuma sala de aula, aí falei: õPrefeito, não tá acontecendo? não tem sala de aulaö? ele respondeu: õ não tenho nenhuma sala, nem pra atender os alunos da Rede normal, quanto mais uma sala para pessoa com deficiência, perguntei: posso ir procurando nas escolas uma sala de aula? e ele respondeu: õse você encontrar uma sala de aula você volta aqui, e eu formo a sala de aula especial [...] realmente, fomos em todas as escolas, aí uma pessoa falou pra mim õolha, tem uma escola que está desativada [...]consegui uma escola que está abandonada, desativada, ai ele reformou, foi a primeira sala de aula em São José dos Campos[...] inaugurada em agosto de 89[...]] iniciou-se um processo de reforma e fez uma rampa e na secretaria da Educação fizeram um contato com a AACD e estava vindo a professora Ana Lee, que era professora lá[...] então eram 6 crianças que começaram com essa primeira sala de aula , que nos foi proposto. O prefeito nos chamou, inaugurou a sala de aula, ai foi tudo muito bonito[.] abraçou, beijou as crianças, tudo, mas ele fez a seguinte proposta: õolha a gente espera até dezembro, se até dezembro você não provar que essas crianças conseguem ser alfabetizada a gente desativa a sala de aulaö! e continuou [...] não tenho ninguém pra auxiliar, se você defende tanto as crianças especiais, se você acha que eles tem capacidade[...] se você acredita na capacidade deles[...] porque cada família tem seus problemas, eu tenho os meus também na minha casa, cada um torce para o seu lado[...] venha trabalhar como voluntária, porque a única coisa que vou fazer é ceder a sala de aula e a professora [...] porque tinha crianças que usavam fraldas , tinha que dar alimentação na boca[...] nós ficamos ali de agosto de 89 até o final do ano sozinhas com as crianças, aquela escola todinha abandonada[...] parecia que a gente estava num museu, numa casa mal assombrada[...] felizmente tive a oportunidade de entregar o convite de formatura da Flávia para a esposa dele (informação verbal) ²⁶.

A questão central de todo o contexto discutido na época através da representação da Ana Lee e da Maria do Carmo é fundamentada pela segregação sendo um primeiro passo na trajetória da educação especial no município. Sob esse viés inicia-se a integração sendo um processo concomitante ao anterior.

²⁶ Depoimento concedido pela Maria do Carmo, mãe da Flávia Fuga.

Através de todos os discursos, observa-se que o grau de maior relevância era atribuído ao contexto familiar que tinha a responsabilidade e a vontade de ter seus direitos garantidos em relação ao nascimento de um filho com deficiência, caberia a ela decidir se desejaria uma educação que viesse atender as necessidades educacionais de seu filho, mas que tivessem total apoio terapêutico. A crença pela superação e os desafios vencidos revelam o quanto foram imprescindíveis na história da filha da Maria do Carmo, a Flávia Fuga.

Outro ponto importante também que é preciso destacar é sobre a questão do contexto escolar há falta do preparado pois, muitas vezes, não sabia como lidar com as questões da pessoa com deficiência, começando pela falta de acessibilidade. E os sentimentos marcantes nos discursos das pioneiras demonstraram piedade, fragilidade e impotência frente aos novos desafios da educação especial. O discurso no contexto educacional representado pelo grupo das professoras pioneiras reascendeu questões que até hoje estão muito presentes nos dias de hoje, com a inclusão escolar.

Como vimos, essa categoria envolveu as professoras pioneiras na rede de significados presentes na inúmeras relações sociais que os tornam sujeitos na história da educação, resgatando e valorizando suas participações e contribuições para o processo educacional no município. Assim, na próxima categoria discutiremos como o grupo de professoras especializadas percebia o contexto social educacional frente à integração dos alunos com deficiência física.

3.2 Expectativas e Concepções das Professoras Pioneiras frente à Educação Especial

Os Pais e as Professoras

Nesta categoria discutiremos como o grupo de professoras especializadas em Educação Especial concebiam as questões frente à integração dos alunos com a deficiência física sob duas perspectivas: primeiro a dos familiares assistidos pela educação especial, como eram suas expectativas e concepções em relação ao contexto trazido do sistema regular do ensino público municipal. Segundo, quais eram as expectativas e sentimentos do grupo de professoras pioneiras frente às questões diretamente ligadas a inserção dos deficientes na educação. Levantamos também alguns apontamentos instigando o contexto, inclusive sob os

olhares permissíveis da história e memória de nossas queridas pioneiras colaboradoras, que acreditaram e tiveram sensibilidade para com as questões sobre diferenças.

Os Pais Queriam uma Tábua de Salvação que Desse uma Luz de Esperança

Qualquer um esperava que viesse a ler e escrever [...] trabalhávamos para a alfabetização[...] que era o que os pais esperavam., escrever o próprio nome [...] o dos pais, uma lista de compras básica, a ver horas [...] (informação verbal)²⁷.

[...] será que eu vou conseguir vaga nessa escola.. de repente meu filho não vai passar no teste, porque ai para começar o trabalho, precisava fazer uma triagem [...] cada caso[...] por onde começaríamos[...] cria-se uma sala de aula dentro de uma escola[...] com minha formação de AACD, bastante científica [...] técnica [...] programei anamnese com cada pai [...] a partir [...] os pais queriam uma tábua de salvação que desse uma luz de esperança[...] nem que fosse um farolete[...] lanterninha, mas eles queriam uma luz (informação verbal)²⁸.

Está presente na fala dessas duas pioneiras o que elas viam frente as expectativas dos pais dos alunos com deficiência física; em relação a aprendizagem e a matrícula pela questão da triagem que era realizada na época. A representação das mesmas pode estar revelando que o modo de ver a educação especial para os pais eram influenciado pelo modo de organização do sistema educacional especial, que ainda estava sendo estruturado para atender as expectativas de aprendizagem dos alunos, a princípio com um currículo muito básico, centralizado na alfabetização e atividades vividas diariamente (AVD).

Ana Lee diz que após a triagem de cada aluno, os pais queriam um direcionamento para melhor auxiliar seus filhos. Observa-se as situações desafiadoras encontrada na fala dessa professora em relação à pressão dos pais que estavam lutando para uma escola adequada para seu filho portador de deficiência.

²⁷ Entrevista concedida pela professora Eliana Sodré.

²⁸ Entrevista concedida pela professora Ana Lee.

[...] mas era feito uma triagem da criança pela Rede Municipal, que teria mais característica da deficiência física e o restante ficava a margem para as instituições (informação verbal) ²⁹.

Eliana também revela como a questão da triagem era muito complicada para as pessoas envolvidas, sendo uma responsabilidade muito grande, pois a criança com deficiência tinha que corresponder as expectativas dos testes para que fosse matriculado nas salas especiais, tinha que ter apenas deficiência física, demais deficiências eram encaminhados para outras instituições do município.

[...] então os pais, se não fosse por esse movimento, não teria começado a educação especial em 89/90 (informação verbal) ³⁰.

No contexto das histórias contadas, percebi que as professoras traziam para o discurso suas angústias, anseios e expectativas diante a uma situação que tinha que ter muita cautela, flexibilidade e ética ao lidar com as pessoas, principalmente para atender as expectativas dos familiares das crianças participantes da anamnese.

Os filhos tinham o direito de estar tendo a mesma informação e formação dos outros alunos [...] que o filho aprenda, de que seja atendido como o outro, que não tem uma deficiência (informação verbal) ³¹.

As mães ficavam contentes de ver que os filhos estavam começando a tomar o lugar dentro da escola...viam mais assim, pelo avanço social mesmo [...] e tinha mães que tinha consciência que a criança ia demorar para aprender ou que talvez não aprenderia[...] tinham aquelas que achavam que o filho ia sair lendo e escrevendo[...] (informação verbal) ³².

²⁹ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

³⁰ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

³¹ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria.

³² Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

Na fala das duas professoras fica evidente a expectativa dos familiares das crianças com deficiência estarem inseridas no contexto educacional, tendo as mesmas oportunidades de aprendizagem do que as demais crianças. Mas, que não está tão evidente é que o discurso das professoras pode estar revelando suas frustrações e anseios ao se depararem com as expectativas criada por esses familiares, ao inserir a criança com deficiência nas salas especiais. Nesse sentido a alfabetização teria que ser oferecida e garantida para todos os alunos, não todo custo.

Educação Especial: Conceitos, Ideias e Conhecimentos

Esta categoria discute os aspectos relativos ao conhecimento das professoras pioneiras em relação ao processo histórico da educação especial no município josenense. Assim, também como suas ideias e informações que tiveram na época em relação ao surgimento sobre o debate da educação especial. A categoria apresenta a ideia que se tinha sobre a educação especial na época sob os olhares das professoras pioneiras, demonstrando a avaliação dessas professoras, já vivenciado na educação especial, marcado por suas memórias. Também apresenta a posição crítica de cada pioneira frente ao percurso enfrentado durante o momento que estavam na educação especial.

Por ser um trabalho pioneiro, pela falta de fontes bibliográficas e publicações a respeito do processo histórico da Educação Especial na rede municipal não é uma tarefa tão fácil assim de estabelecermos com propriedade dentro de um cronologia exata e pontual. A nossa proposta foi através dos discursos das professoras juntamente com a pesquisa de campo de encontrar um eixo norteador para caminharmos na direção percorrendo os passos da educação especial conforme o fio condutor da pesquisa. Procuramos mostrar o esforço e lutas da sociedade para conseguirem salas especiais para as crianças que estavam à mercê da educação. O processo é dinâmico e muito interessante de revivê-lo no discurso das professoras pioneiras.

Achava que tinha que ficar todo mundo em classe especial [...] que só nós sabíamos cuidar bem, que só nós sabíamos fazer um plano de ensino individual [...] tinha uma visão muito protetora e de muita assistência (informação verbal)³³.

Eu falava aí deficiência física eu não trabalho, não eu... trabalho com auditivo [...] com síndrome de Down... mas física? eu nunca trabalhei [...] a chefia falou: vai conhecer algumas crianças, conheça! Eu falo isso para ela até hoje: Você deu um diferencial na minha vida [...] o que era impossível, não é impossível, você tem que estar aberta Porque se relacionar com pessoas tudo é possível, com a deficiência você não vai conseguir nunca (informação verbal)³⁴.

As professoras, em suas falas refletem alguns pontos que consideram relevantes sobre o percurso histórico na educação especial, suas memórias e lembranças, assim como conceberam o sentido da educação especial diante ao contexto educacional.

Eliana Sodré e Cláudia Braz, em suas falas demonstram uma visão reducionista da época que se tinha sobre a educação especial. Ao identificar como o seu papel desenvolvido na educação especial, estando emocionalmente muito envolvida, Eliana, acreditava que tinha que proteger seus alunos, mantendo-os em classes especiais. Já a Cláudia tinha um certo receio em trabalhar com crianças com deficiência física, pela questão de não ter tido ainda a possibilidade de trabalhar com esse tipo de deficiência.

A concepção que se tinham na época sobre a educação especial é variável, porém apontam para o mesmo direcionamento. A riqueza e variedades de ideias e concepções que se tinham para a época é fundamental para interpretarmos de uma certa forma como o contexto educacional foi consolidado pelas questões trazidas em decorrência dos alunos com deficiência.

³³ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré

³⁴ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz

Reconheço bastante tecnicista..não quero uma classe dentro da escola[...] quero um grupo bem formado de profissionais para trabalhar o melhor possível essas crianças [...] vai ter capacidade de perceber o melhor caminho para isso...teria que ter uma fono, uma psicopedagoga, uma professora, uma psicóloga, uma assistente social, uma equipe[...] fisioterapeuta[...] porque ai você vai trabalhar essa criança e não vai dizer simplesmente que ela está dentro de uma escola ali, sabe[...] acho São José progressista, porque fez isso, e na época que começou muitas cidades não tinham, muitas (informação verbal)³⁵.

Ana Lee, em sua fala, diz que a educação era voltada para o tecnicismo pois era essa a visão e o preparo que teve pela AACD trazendo para o município essa ideia que procurou lutar para que fosse garantido o trabalho reabilitacional os alunos. Essa professora acreditava que era preciso manter ,dando continuidade e sequência num trabalho terapêutico voltado para o aluno com deficiência.

De acordo com Mazzotta (1997 a) o atendimento educacional oferecido através da escola especial, tem sido objeto de severas críticas, especialmente pelo fato de reduzir ou mesmo eliminar as oportunidades de convívio do aluno excepcional com a sua família e seus vizinhos. Em outras palavras é uma prática segregacionista.

Interessante assim [...] sempre fui levada para aluno difícil... não sabia que existia a educação Especial no município [...] fiquei sabendo pela APAE que existia a Educação Especial [...] achei que seria bem diferente da APAE e mais tarde pude conhecer que realmente era bem diferente (informação verbal)³⁶.

Teve uma época que pensamos esses alunos ficarem em um lugar só, ter atendimento de fisioterapeuta, terapeuta[....]veio gente de fora [...]começando a inclusão, em outras cidades, em outros países [...].revendo a história [...] ia acabar segregando esses alunos numa instituição[...] foi uma porta que se abriu depois pra outras deficiências[...] que foi um passo muito importante[...]vejo como positivo (informação verbal)³⁷.

³⁵ Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

³⁶ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

³⁷ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria.

As professoras consideram esse momento muito importante para o município, pois a pesquisa vem justamente resgatar, dando voz ao silêncio que se fez calar ao longo desses anos todos, sendo um trabalho de valorização histórica sobre as memórias vividas pelo grupo de representantes das professoras pioneiras em educação especial no município joseense.

No decorrer do tempo quando a Secretaria Municipal de Educação do município de São José decidiu investir na educação especial, procurou fazer um bom trabalho [...] acho que nós tivemos uma excelente evolução em termos de Brasil, ainda São José dos Campos tem uma metodologia de ponta [...] nós saímos do não fazer parte para poder você alugar o espaço dentro de uma escola, vamos dizer assim emprestado, o por favor, olha nós emprestamos ali tá, só isso aí, daqui pra cá, então disso pra nós chegarmos hoje, as crianças estarem nas escolas fazerem o mesmo processo de inscrição que é direito, todos tem direito a estar na escola (informação verbal) ³⁸.

Acho que sempre foi de muito boa intenção de ter um serviço de qualidade [...] houve alguns equívocos no percurso [...] a gente não pode perder o foco do acerto [...] também não pode ter medo, vergonha, de dizer: pessoal, não está dando certo [...] Essa educação municipal...é muito pautada pelo tempo político [...] se o grupo tiver esse olhar de dois em dois anos, embasando o que é que está efetivamente sendo rico e for mantendo aquilo pode ser que de quatro em quatro anos, pode mudar governo, pode mudar proposta, mas o grupo vai mantendo a unidade do trabalho (informação verbal) ³⁹.

No dizer das professoras é enquanto pertencente a uma coordenação, onde suas percepções estavam vinculadas de acordo com o lugar que exerciam enquanto membros da equipe de educação especial. A professora Cláudia Braz demonstra em sua fala que é preciso haver uma proposta mais precisa e fortalecida no que diz respeito ao papel desempenhado pela educação especial no município.

Mazzotta (1997 b) diz que as classes especiais são instaladas em escolas comuns, sendo constituídas pelo agrupamento de alunos classificados de acordo com seus tipos de deficiência. Esse tipo de trabalho pode ser classificado como auxílio ou serviço de educação

³⁸ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

³⁹ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

especial, dependendo de como é organizado, se for através de um atendimento contrário ao de sala comum (ensino regular) em que está inserido ou se for de um trabalho que somente o aluno frequenta sendo amparado pelo professor especializado, ela se configura, no dizer do autor, como um serviço especial.

As classes de educação especial inaugurada no município de São José dos Campos conforme demonstra na fala das professoras foram criadas sob o aspecto dimensional assistencialista, oferecendo um serviço especial muito restrito.

É um objeto de muita reflexão[...] pensando muito nisso, porque nós ainda temos classes especiais, para deficiência [...]de uma coisa sou convicta, tem que estar dentro da Escola, não consigo ter dúvidas sobre isso (informação verbal)⁴⁰.

Quando fui fazer a pós-graduação vi que o nosso município estava bem avançado, não porque era bonzinho não, mas porque estava apenas cumprindo a lei [...] o nascimento de salas especiais, as mudanças [...] as cadeiras de madeira, carrinho de caixote, São José investiu bem na educação especial, foi uma iniciativa que deu certo (informação verbal)⁴¹.

Olhando hoje[...] tudo o que aconteceu, foi um processo bastante progressista [...] Mas acolheu, abriu espaço, juntou com a sociedade que estava cobrando uma posição da prefeitura[...] muitas lutas, muitos não, muitas decepções, muitos jogos de ego[...] mas valeu a pena!(informação verbal)⁴².

As duas professoras dizem que o processo histórico da educação especial a princípio sob o ponto de vista imediatista, apesar de ser progressista, ambas consideram positivo nesse primeiro instante, que buscou atender aos anseios e necessidades da sociedade.

A professora Cláudia Valéria atribui o atendimento dos alunos nas salas especiais não ser o ideal ,por não terem recursos suficientes diante as necessidades educacionais dos alunos, mas que pelo menos de alguma forma, os alunos recebiam algum estímulo.

⁴⁰ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

⁴¹ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

⁴² Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

Ana Lee teve uma vivência diretamente ligada ao contexto do cerne da educação especial, presenciando situações e desafios no âmbito da política trazendo marcas e deixando também um pouquinho de sua concepção pessoal, enraizadas em seu discurso.

Historicamente, a educação especial nasceu do movimento de uma repressão dos pais na sociedade, e aos poucos foi incorporando ao processo educacional no município traçando desafios constituindo ao longo dos anos.

[...] historicamente, os pais têm sido uma importante força para as mudanças no atendimento aos portadores de deficiência. Os grupos de pressão por eles organizados têm em seu poder político concretizado na obtenção de serviços e recursos especiais para grupos de deficientes, particularmente para deficientes mentais e deficientes auditivos (MAZZOTTA, 1997, p.64).

A princípio a educação especial veio como uma necessidade pela pressão dos pais, mas no decorrer do tempo a Secretaria Municipal de Educação do município decidiu investir na educação especial [...] procurou fazer um bom trabalho, com assessoria de peso[...] (informação verbal)⁴³.

Nós estamos crescendo e avançando [...] antes era uma sala, emprestada dentro de uma escola, a criança não tinha matrícula na escola [...] nós não fazíamos parte de um grupo [...] a equipe de educação especial não fazia parte da secretaria de educação, tudo era a parte (informação verbal)⁴⁴.

Essas são afirmações mostram que a princípio a educação especial foi traçada para atender uma necessidade que surgia na sociedade e, por meio de pressões e despertando olhares e vontade política na garantia de recursos tornou viável o acesso do deficiente físico nas escolas municipais joseenses. Demonstram, assim, que no contexto social, alguns pais de crianças com deficiência física já estavam começando a ter novos olhares, estando atentos pelas questões de direitos de seus filhos na educação e de certa forma, exerceu seu papel enquanto sujeitos no processo histórico educacional, garantindo o cumprimento e o exercício da LDB traçadas pela Constituição de 88.

⁴³ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

⁴⁴ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

Lembro que já estava na Sala de Recursos, já não era mais a necessidade só de ler e escrever [...] Pensava em desenvolvimento de cidadania, para além de saber ler e escrever, ou independente da leitura e da escrita, já se pensava em direitos (informação verbal) ⁴⁵.

Na fala da professora Eliana Sodré, a luta dos pais não era somente no aspecto educacional, era bem mais amplo, relacionados aos direitos adquiridos e garantidos por meio de uma lei. As expectativas dos pais em relação à aprendizagem de seus filhos estava muito além da alfabetização; nesse sentido, a conquista pelo acesso à escola seria um passo inicial de muitos outros desafios a serem conquistados pelas crianças que apresentavam deficiência física.

É uma faca de dois gumes [...] tem um lado bom e tem o lado ruim, tem alunos que tinham condições de estar na escola comum e que isso para ele é benéfico... mas para alunos múltiplos [...] prendo bem naquela parte que preferencialmente em sala comum mais, não é obrigatoriamente (informação verbal) ⁴⁶.

No discurso da professora Carmen Lúcia, a educação especial tem duas situações e que ambas não dialogam com o artigo 208 da constituição federal no que diz respeito ao ensino para os deficientes deverá ser preferencialmente em sala comum. De um lado os alunos que apresentavam só deficiência física mas com o cognitivo preservado, o acesso a escola foi benéfico. Já os alunos que apresentavam deficiências múltiplas, segundo ela, eram necessários uma melhor reflexão sobre a necessidade de se pensar sobre as condições físicas, biológicas, psicológicas dos alunos deficientes que apresentavam mais de uma deficiência; deficientes múltiplos, sendo integrados no ensino regular por forças de uma lei, sem um diálogo com o contexto educacional .

⁴⁵ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

⁴⁶ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

Concepção de outros Educadores

Os professores não acreditavam muito, que esse aluno pudesse estar ali e que esse trabalho de apoio, uma sala de recurso, ou mesmo quem trabalhava numa sala especial [...] considerava a gente como folgado, que tinha pouco aluno[...] o professor de sala de recursos que atende individual ou em grupo[...] até hoje alguns pensam assim: que é um trabalho folgado! (informação verbal)⁴⁷.

Eles se assustaram, tinham medo porque era uma coisa nova e nós tínhamos o problema cultural de rejeição da deficiência [...] O susto era do professor, mas que não podia falar isso, profissionalmente ele não podia [...] as crianças e a família viraram bode expiatório [...] tinha muita briga, minando o campo, até assim inconscientemente[...] (informação verbal)⁴⁸.

No discurso das professoras pioneiras a forma que os outros professores concebiam seus trabalhos era de um total desrespeito, não valorizando o profissionalismo, desempenhado por elas, achavam que era um trabalho insignificante, talvez pela descrença, no potencial das crianças que apresentavam deficiência ou até pela rejeição marcada pelo preconceito ou falta de conhecimento sobre as questões em educação especial.

É uma bola de neve, assim como às vezes a equipe na secretaria reclama de falta de apoio, o professor da escola, de sala de aula reclama [...] até porque ele tem medo do novo, esse aluno diferente, com necessidades e metodologias diferenciadas mexe com aquela base da escola, um giz e uma lousa, trás a necessidade de um olhar particularizado (informação verbal)⁴⁹.

Segundo essa pioneira as queixas relacionadas ao lidar com as questões sobre as necessidades especiais educacionais dos alunos não é uma via de mão dupla, faz repensar em toda a estrutura e organização da Rede Municipal até chegarmos às escolas, no trabalho integrativo com os alunos com deficiência no ensino regular. Nesse sentido é um caminhar muito dinâmico, buscando o olhar reflexivo.

⁴⁷ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria.

⁴⁸ Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

⁴⁹ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

Eu não estou preparado para atender criança com deficiência [...] não fui formado para isso [...] eles aprendem? [...] Essa criança trazia questões de uma reflexão muito mais profunda para esse professor enquanto educador tinha que mudar realmente o olhar para questão da diversidade na sala (informação verbal)⁵⁰.

[...] os professores nos viam como pessoas privilegiadas, pessoas do bem... missionárias, pessoas que teriam o lugarzinho garantido no céu! (informação verbal)⁵¹.

A professora da sala especial era aquela [...] a abençoada por Deus! (informação verbal)⁵².

No discurso da professora Cláudia Braz diz que há uma certa resistência e descrença dos professores do ensino regular ao se depararem com questões relacionadas com a realidade das crianças que estavam nas classes especiais, apresentavam uma certa curiosidade, mais que mantinham o distanciamento da classe.

Já os discursos das outras pioneiras os professores as viam como as missionárias talvez pela questão do reforço, sendo assim inconscientemente manteriam essas professoras exercendo um papel que também poderia ser assumido por eles, desde que se houvesse desejo, identificação e vontade de enfrentar desafios bem diferentes do que já estavam acostumados a enfrentarem no conjunto das ações educacionais.

Esta categoria discutiu, portanto sob o ponto de vista das pioneiras como percebiam o modo de como eram vistas pelos outros professores do ensino regular em relação as suas práticas, concluindo que haviam muito preconceito, falta de empenho e interesse por parte de muitos professores que estavam no contexto educacional, e que se sentiam no direito de fazer um pré-julgamento, sem ao menos, procurarem conhecerem o que de fato essas pioneiras representavam para a educação especial. Talvez as pioneiras fossem inconscientemente seduzidas pelo discurso do papel desenvolvido sob o viés doutrinário, neste sentido, seriam mantidas nesse trabalho, poupando um possível envolvimento dos outros professores, com as crianças com deficiência.

⁵⁰ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

⁵¹ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

⁵² Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

Na próxima categoria, verificaremos o que e como as professoras pioneiras souberam sobre as razões do surgimento da educação especial na rede municipal em São José dos Campos.

3.3 O Nascimento da Educação Especial

Estão relacionadas nesta categoria de análise como as professoras pioneiras conceberam, a história da educação especial no município, assim como suas razões. A categoria avalia também o grau de relevância de cada pioneira em relação ao conhecimento sobre o processo histórico da educação especial municipal joseense, demonstrando também os aspectos semelhantes e diferenciados vivenciados por cada uma delas.

Coragem, determinação e conquista

É importante saber, porque se antes não tinha, da onde surgiu essa ideia de que agora vamos atender esses alunos [...] foi um grupo de mães, tinha a professora da rede que tinha essa vontade de estar fazendo esse trabalho, não sei bem como foi nesse início, sei desse grupo [...] reuniram as forças [...] mas é importante estar sabendo, conhecer a história (informação verbal)⁵³.

Foram as mães[...] se não fosse a Maria do Carmo levantar a bandeira[...]pegava a filha e corria essa cidade o dia inteiro...mulher batalhadora, tudo que aconteceu aqui foi por ela[...]por acreditar na filha [...]o cognitivo[...] acima da média e as pessoas, confundiam. Com o físico, com o social [...] Agora é uma advogada com OAB, não teria chegado nisso, se não tivesse capacidade (informação verbal)⁵⁴.

[...] graças ao movimento politizado dos pais (informação verbal)⁵⁵.

⁵⁴ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria.

⁵⁵ Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

⁵⁶ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

Cláudia Valéria e Ana Lee, em suas falas, lembram a luta da família para conquistar uma vaga para a pessoa com deficiência na rede municipal de ensino. Lembram sobre a importância da união e determinação da sociedade pela conquista de seus direitos exercendo o papel de cidadãos.

Para Eliana Turquetto a educação especial só começou a existir no município devido a cobrança pelos pais das crianças que apresentavam deficiência. Eles tinham plena consciência de lutar pelos direitos de seus filhos que apresentavam deficiência, garantindo o acesso a educação.

Como vimos na fala das pioneiras, foi um momento muito interessante o que estava acontecendo na sociedade tanto no cenário mundial como no interior no município joseense, no que se refere ao direito dos portadores com necessidades especiais frequentarem as escolas do ensino regular nas escolas municipais. Sem dúvida é um marco que aconteceu e que jamais poderá ficar no esquecimento da história da educação especial nesta cidade!

Por todo esse histórico, foram momentos marcantes[...] Buscamos estratégias e uma delas era o seminário que nós tínhamos [...] nós trouxemos profissionais para troca [...]o objetivo era , levar esse debate para a educação como um todo[...] porque senão só fica no ã grupo e no meio que já vivemõ (informação verbal) ⁵⁷.

Não tinha entidades que ofereciam serviço para deficiência física múltipla [...] as escolas estaduais [...]o padrão arquitetônico [...] de dois, três andares e as escolas da prefeitura já era comum não ter andar, já eram planas [...] foi a pressão da sociedade[...] e na Rede foram já entrando qualquer uma das deficiências (informação verbal) ⁵⁸.

A vontade, o empenho e a persistência são resultados da crença das professoras pioneiras que tinham na época diante ao contexto educacional por forças de uma lei que também repercutiu socialmente, ganhando mais forças para que de certa maneira fosse cumprida. Neste sentido, compreendemos que:

⁵⁷ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

⁵⁸ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

[...] fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la, sumariamente, às situações discriminadoras. O assunto merece um entendimento mais profundo da questão da justiça (MANTOAN,2006,p.16).

Foi uma questão política! [...] (informação verbal) ⁵⁹.

A professora Carmen Lúcia, em sua fala diz que a questão da educação especial foi uma situação que despertou a atenção da sociedade, centralizado e enraizado nas questões sob o ponto de vista e viés político. Desde a assinatura da constituição até sair do papel, foi uma questão muito bem planejada e pensada pelos representantes políticos na época que deram início ao debate sobre a integração dos portadores de deficiência que, só mais tarde, receberam outra denominação, ou seja, necessidades educacionais especiais. A ideia que se tinha com a nova abordagem é que o foco da deficiência não estava exclusivamente mais voltado para as questões orgânicas e biológicas, consideravam demais dificuldades, sejam de origem psicológica, comportamentais e psicomotoras em que os alunos eram excluídos ou negligenciados dos apoios escolares.

Acolhimento pelos outros professores

Nunca fui assim [...] mal recebida [...] aqui foi uma das escolas que começou a sala especial [...] o que se aproximava mais [...] podia conversar mais, se interessava [...] sempre vinha perguntar do trabalho (informação verbal) ⁶¹.

Super bem recebida, senti assim muito querida [...] foi um tempo gostoso [...] podia falar uma coisa [...] sempre na minha cabeça e no meu coração [...] encontrei espaço [...] acredito neles, isso podia falar, sem problema nenhum [...] podia chegar para os professores [...] essas crianças podem se tornar pessoas produtivas! (informação verbal) ⁶².

⁵⁹ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

⁶⁰ No parecer 17/01 (Brasil, parecer CNE/CEB) vem especificar com a adoção do conceito de necessidades educacionais especiais, afirma-se o compromisso com uma nova abordagem, que tem como horizonte a inclusão.

⁶¹ Entrevistas concedida pela Professora Cláudia Valéria.

⁶² Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

Cláudia Valéria e Ana Lee representam em suas histórias o sentimento de pertença enquanto profissionais de educação especial e que, apesar de se sentirem queridas como profissionais em educação especial, sempre estavam dispostas para o diálogo com outros professores como trocar ideias e experiências. Ana Lee demonstra em sua fala a convicção de acreditar no potencial e sucesso na aprendizagem de seus alunos, passando a ideia de segurança e competência de seu trabalho.

Observando a narrativa das professoras podemos dizer que sentiram confiança e empenho em estar conversando conosco a respeito do assunto discutido, nesse viés refletimos que:

Uma entrevista é uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la. Fundamentalmente, espera-se que o entrevistador demonstre interesse pelo informante, permitindo-lhe falar o que tem a dizer sem interrupções constantes, e que necessário, proporcione ao mesmo tempo alguma orientação sobre o que discorrer. Por baixo, disso tudo está uma ideia de cooperação, confiança e respeito mútuos (THOMPSON, 1992, p.271).

Nesse sentido, a Educação de um modo geral, deverá trabalhar sob o viés da cooperação e respeito mútuos, independente de suas especificações e termos; é um processo dinâmico e que exige esforços e empenho por parte de seus idealizadores, ou seja, tanto de educador como o do educando. Vale ressaltar que :õ a educação deve buscar suas fontes de apoio nos recursos da pessoa ,por mais escassos que eles sejam, mediante a consideração de suas necessidades e fraquezas, suas forças e esperançasö (MAZZOTTA, 1997. p.15).

Portanto, encontramos nos discursos das pioneiras algumas divergências em relação aos sentimentos frente aos outros professores que não faziam parte diretamente da educação especial.

No início éramos rotuladas, as pessoas que trabalhavam na educação especial [...] quando ía para uma sala procurar alguém, falavam: lá vem o problema [...] nós também éramos colocadas de lado, não éramos aceitas por um grupo, dentro da própria Secretaria [...] vistas como diferentes também, as deficientes sabe, então nós tivemos que começar a fazer um movimento de estar junto, entendeu! (informação verbal) ⁶³.

⁶³ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

Na escola, a primeira impressão que a gente tem é que as pessoas olhavam para a nós como quem diz: lá vem a boazinha, era a sensação que a gente tinha [...] graças a Deus existe quem faça esse serviço, essa era a noção [...] imagem do professor de Educação Especial (informação verbal) ⁶⁴.

Está presente na fala da Cláudia Braz o sentimento de preconceito e negação por algo que é novo, diferente e que foge dos padrões convencionais. Em sua fala é expressado desabafos de situações que foi preciso resistência e insistência para continuar o trabalho, assim como a importância de fortalecimento e estreitamento de laços e vínculos na garantia pela luta de um trabalho que estava começando a nascer no município de São José dos Campos. Essa relação de valorização enquanto profissional de educação especial foi essencial e fundamental para o processo educacional.

No final do discurso da professora Cláudia Braz ao dizer: *õentendeuõ...* compreendemos que ela queria chamar a nossa atenção para sua difícil tarefa enquanto esteve à frente da educação especial, fazendo parte da equipe de educação especial, falando um pouquinho de suas experiências e do lugar que ocupou no transcorrer no início da educação especial da rede municipal de educação.

Eliana Sodré disse que tinha a impressão de ser vista exercendo sua profissão como um trabalho de caráter missionário, pessoa do bem e com isso era alimentada e convencida a continuar desempenhando o seu papel. Talvez fosse uma forma dos demais professores mascararem a falta de vontade e empenho para trabalhar com o novo tipo de clientela de estudantes que estaria por vir. Consequentemente, a falta de mão de obra para o trabalho em educação especial era escassa, pois estava em ascensão na educação no município, mas aos poucos foram surgindo professores que queriam trabalhar na área e dispostos a terem cursos e formação para trabalhar com estudantes que apresentavam deficiência.

Muito mal [...] os professores não tinham educação especial, eram professores que caíram de paraquedas [...] não tinha troca de experiências [...]aterrorizava em alguns momentos e acontecia com algumas colegas [...]troquei de escola [...] foi muito bacana! (informação verbal) ⁶⁵.

⁶⁴ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

⁶⁵ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

Então, as minhas expectativas eram de realmente conseguir colocar um pouquinho de mudança de postura, de visão e de possibilidades para o professor [...] nós precisamos de muita formação antes disso, para o professor de sala de aula, não é para o professor de sala especial ou de educação especial (informação verbal) ⁶⁶.

Está presente na fala de Carmen Lúcia que em uma determinada escola há falta de diálogo, solidariedade e respeito mútuos entre os professores que foram chegando para trabalhar com a educação especial e a partir do momento da troca de escola, sua experiência foi muito mais produtiva e positiva, sentindo-se melhor, mais acolhida e aceita pelo grupo, pois encontrou respeito entre seus pares.

Na fala de Eliana Turquetto somos convidados a compreender sobre o lugar que ela ocupa do momento, onde é de extrema responsabilidade todos os professores refletirem sobre suas práticas e metodologias, não cabendo exclusivamente ao professor de educação especial ou de sala especial. Neste sentido, compreendemos que a educação sob o viés de uma rede de dimensão ampla apresenta diversidades e divergências, mas que aponta exclusivamente um único resultado, valorizando a dimensão humana, tendo como um dos objetivos mais importantes a serem alcançados: o que isto faz com que possamos afirmar que a educação consiste em um trabalho racional de favorecer, pela diversidade de oportunidades, cada indivíduo para que venha a ser uma pessoa, no mais alto significado que se possa atribuir ao termo (MAZZOTTA,1997,p.16).

Acolhimento pelos demais alunos

Estão presentes as representações das professoras pioneiras referentes ao acolhimento de outros alunos que não faziam parte da educação especial, assim como os olhares que se tinham em relação a um novo perfil de alunado no contexto educacional na rede municipal. É bom lembrar que o enfoque maior era a oferta nas classes especiais, concomitante a integração dos mesmos, em salas regulares de ensino.

66 Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

Nunca vi discriminação de aluno para aluno... na educação infantil... as crianças são muito companheiras [...] os maiores não tem assim, essa troca tão grande! Mas, eles não são maltratados, nem discriminados [...] tem uma aceitação boa entre as crianças (informação verbal) ⁶⁷.

Foram bem recebidos pelos outros alunos... aceitaram muito bem [...] não presenciei nenhuma rejeição de aluno [...] (informação verbal) ⁶⁸.

Quando eram integrados e iam para a sala regular era na mesma escola em que a gente estava. [...]as crianças cuidavam, meio que incorporavam esse lugar que elas viam a gente fazendo !(informação verbal) ⁶⁹.

Está presente na fala das pioneiras a ideia de que seus alunos foram bem aceitos por outros alunos nas escolas, não havendo rejeição ou qualquer forma de discriminação ou preconceito. Talvez pela própria dinâmica e organização das professoras que contribuísem para que não ocorressem situações ou momentos de desconforto aos seus alunos. Eliana Sodré também demonstra em sua fala que seus alunos eram bem respeitados pelos outros alunos, talvez por observarem sua prática ao atuar na sala especial.

Muito equivocadamente [...] existe aquela história de quem conta um conto aumenta um ponto, e é verdade em todos os sentidos, por quê? Porque a educação especial, ela lá no centro nervoso [...] você não está com uma sala de aula inteira [...] você está trabalhando com um ou dois alunos, no máximo cada[...] ele tem em sala de aula e que aluno diferente para ele é um problema a princípio e que é seu, não é dele, e aí o serviço de apoio passa a ser uma mula! (informação verbal) ⁷⁰.

Como podemos notar na fala de Eliana Turquetto, o trabalho na sala de apoio pedagógico especificamente no Laboratório de Aprendizagem, foi mal interpretado sendo que a ideia inicial era para atender, sendo um apoio para crianças com dificuldades de aprendizagem junto ao professor de sala de aula, visto que esse aluno é dele também e não exclusivamente do professor psicopedagogo e que acaba servindo de uma escora ao professor da sala regular. Neste sentido compreendemos que não há trocas de experiências entre os pares.

⁶⁷ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria

⁶⁸ Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

⁶⁹ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

⁷⁰ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

Essas crianças no início da educação especial, eles não eram alunos da escola, então a troca entre eles era educação especial, alunos da educação especial troca alunos da educação especial, então teve todo um processo (informação verbal)⁷¹.

A minha escola era de vidro, parecia que estávamos num aquário![...] coloquei um papel na porta [...] Joutros professores ficavam olhando [...] e os outros alunos perguntavam: seus alunos são aleijados? Aqui é hospital? (informação verbal)⁷².

Como podemos notar na fala dessas pioneiras, a exclusão aparece evidente no interior das escolas sob dois aspectos: no primeiro atua sob a uma forma de proteção, anulação das crianças deficientes como alunos integrantes da escola, talvez pela crença de evitar preconceitos e discriminações diante aos demais alunos e professores da escola. Já no segundo aspecto os alunos são vistos como algo diferente, objeto de apreciação, despertando a curiosidade e espanto de todos na escola, talvez com sentimentos de piedade ou até culpa e que precisam serem vistos e contemplados por uma visitinha ou até uma espiadinha de vez em quando, virando um centro de exposição ou até mesmo um laboratório de pesquisa.

[...] os caminhos propostos por nossas políticas de educação continuam insistindo em apagar incêndios. Elas não avançam com o deveriam, não acompanham as inovações e não questionam a produção da identidade e da diferença nas escolas. Continuam mantendo um distanciamento das verdadeiras questões que levam à exclusão escolar (MANTOAN, 2006,p.31).

Momento Relevante das Pioneiras

No tocante ao momento relevante em relação a história vividas pelo grupo das professoras, revelam pontos em comuns em suas histórias, pois dizem considerar importante ter conhecimentos sobre a história da educação especial e a maioria das pioneiras acharam muito interessante o objetivo da pesquisa e demonstraram interesse e empenho na colaboração da pesquisa pois nunca haviam tido a experiência de refletirem sobre a história da educação especial ao qual foram personagens principais.

⁷¹ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

⁷² Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

Eu acho que esse caminhar todo... o início, como as coisas vinham acontecendo... acho importante porque...faz a gente pensar, refletir no trabalho, considerar o que é positivo, que precisa ser melhorado (informação verbal) ⁷³.

Quando a gente vai colocando os alunos como heróis [...] capazes de vencer... à medida que eles vão saindo das escolas núcleos [...]tinha as classes especiais e vão para as escolas próximas da sua comunidade, as dificuldades começaram a parecer, há necessidade de mais professores [...]São José foi se tornando uma cidade inclusiva, a comunidade foi se preocupando com a acessibilidade !(informação verbal) ⁷⁴.

Todo esse processo, do começo... o movimento de pais repensando a educação como um todo e a educação especial faz parte da educação[...] nunca perder que ela tem seu específico, tem o saber da educação especial [...] os especialistas em educação especial, pontuarem [...] as estratégias que precisam muitas vezes que vai contribuir não é com a criança só com deficiência, vai contribuir com a educação, é o repensar da educação (informação verbal) ⁷⁵.

Neste contexto, a professora Cláudia Valéria demonstra que é preciso repensar na história da educação especial do município para poder compreender os aspectos positivos e também negativos para que seja possivelmente avaliado e melhorado no dia a dia no trabalho da educação especial. Já Eliana Sodré relembra os momentos importantes de expansão da educação especial no município e suas dificuldades em encontrar professores especializados para o serviço e também diz que houve uma mudança de mentalidade na sociedade, as questões de acessibilidade foram despontando, conforme as necessidades das pessoas que apresentavam deficiência.

A professora Cláudia Braz diz que é preciso não perder de vista o caráter do saber específico que a educação especial proporciona não somente aos alunos com deficiência assim também para outros alunos que não apresentam deficiência. Compreendemos que em sua fala quis dizer que é preciso todos os educadores ter um olhar diferenciado e especial aos seus alunos, o repensar nas estratégias didáticas para atingir os objetivos de aprendizagem com seus alunos é uma maneira de repensar na educação de uma forma geral.

⁷³ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria.

⁷⁴ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

⁷⁵ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

A pergunta é muito boa [...] aliás todas elas muito inteligentes [...] faz pensar [...] uma coisa acho importante falar aqui [...] conceitualizar bem inclusão, não é fazer um depósito, não é separar totalmente [...] então tá vamos incluir só numa área, não [...] inclusão é, dar toda possibilidade possível para o ser humano se desenvolver de forma integral! (informação verbal) ⁷⁶.

O tempo todo que eu recebi assessoria, batiam na mesa e diziam: a escola inclusiva, qualquer nível de deficiência e qualquer professor deve trabalhar com essa criança [...] não sei se algum esteve no chão da sala de aula no dia a dia [...] se frequentasse uma sala de aula, com aluno autista de 15, 16 anos, que já é um homem, com a força [...] batendo e arrebatando tudo e não tendo possibilidades neuropsíquicas de sentar em uma cadeira atrás de uma carteira [...] na realidade que temos hoje, trinta e sete e trinta e oito com um professor em sala de aula, prestando atenção nesse professor, verificaria a impossibilidade dessa inclusão 100% (informação verbal) ⁷⁷.

Na época era integrar o aluno quando estava em cadeiras de rodas e ia para a sala comum [...] até que ponto é benéfico estar na sala comum ou sala especial? [...] não pode ser decidido, assim [...] é uma questão séria, principalmente um aluno múltiplo que não comunica, enfiá-lo em sala comum? (informação verbal) ⁷⁸.

Como podemos notar, o principal discurso na fala dessas professoras pioneiras é sobre a questão da inclusão. Elas questionam sobre a maneira como foi implantada a inclusão e que até nos dias de hoje continua sendo feita da mesma forma. Como vimos, compreendemos que falta mais um debate mais efetivo e um diálogo nas ações e questões que envolvem a inclusão, principalmente promovendo a reflexão de todos os interessados sobre o assunto. Neste percurso, observamos que é preciso mais interesse e vontade política no sentido de caminhar com uma proposta eficaz e que de fato vise os interesses e as necessidades de todos os envolvidos diretamente com a educação especial:

[...] ainda que infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para esses novos rumos, seja por outras razões menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores. Falta muito vontade de virar a mesa, ou melhor, de virar a escola do avesso (MANTOAN, 2006, p.39)

⁷⁶ Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

⁷⁷ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

⁷⁸ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

Essa categoria resgatou o significado da representação da história da educação especial ocorrida no município sob os olhares e observações onde cada uma das professoras entrevistadas pôde contribuir com suas narrativas e experiências históricas. Neste sentido, a categoria proporcionou momentos de reflexão e análise sobre a história de um passado que vem ao encontro de nossos dias atuais, possibilitando um olhar atento e apurado sobre as questões que envolvem a inclusão. Através dessa categoria pudemos resgatar as memórias e detalhes em cada fala das pioneiras no que se referiu ao conhecimento sobre a história traçada por lutas e empenho, construindo assim a história da educação especial do município de São José dos Campos.

Enfim essa categoria envolveu as professoras pioneiras na teia de significados presentes nos inúmeros contextos educacionais que tornaram atrizes principais da história da educação especial joseense, enfatizando que é pela sua participação em diferentes momentos construindo assim as faces e a identidade de uma história que estava esquecida e que acreditamos que é de uma riqueza patrimonial, tornando-se fundamental para o domínio intelectual, contribuindo assim com a evolução da história da educação na cidade de São José dos Campos. Assim, na próxima categoria veremos como as professoras pioneiras falaram sobre suas principais lembranças sobre o contexto educacional na época em que iniciaram seus trabalhos na Rede Municipal de Educação.

3.4 O Contexto Educacional da Educação Especial no final da década de 80, início da década de 90

Nessa categoria vamos encontrar os aspectos relativos as principais lembranças e memórias relativas ao contexto educacional das professoras pioneiras no que se refere a atuação, a prática,, aos sentimentos, ações, medidas tomadas pela política educacional e percepções enquanto atrizes principais da história da educação no solo joseense. Vale ressaltar como essas professoras conceberam a educação especial na época, assim como expressavam suas ideias e opiniões a respeito da educação especial entre o final da década de 80 e início de 90.

Concepções e Lembranças sobre a Educação Especial

O grupo representante das professoras pioneiras que fizeram parte desse trabalho de estudo tentaram mostrar as diferentes experiências e lembranças que tiveram frente ao trabalho no decorrer da educação especial. Entre as professoras, algumas delas relembrou momentos vividos na trajetória profissional bem antes de iniciarem a carreira na educação especial.

Observa-se ainda que o trabalho profissional desempenhado pelas professoras pioneiras em sua maioria foram atribuídas as experiências anteriores ao ensino na rede regular sendo levadas mais tarde a educação especial.

Comecei na APAE [...] ai um ano depois vim para rede, ai era uma sala de suplência que tinha deficiência física [...].eram duas professoras na sala, as professoras se dividiam.[...]via um grupinho que tinha dificuldades parecidas e ela fazia um trabalho e outro grupo era outra professora que trabalhava[...] mas, sempre a primeira era responsável pela sala[...] quando comecei com esse grupo, auxiliava nessa sala de suplência, a gente estava iniciando um trabalho de alfabetização com esses alunos (informação verbal)⁷⁹.

Foi sofrido, foi uma luta [...] a diretora foi imposta pra ela, então...não aceitava, mas a coordenadora aceitava e é, a gente ficava isolado, até a sala era isolada sabe, eu acredito nas salas, nas crianças especiais, acho que colocar qualquer criança dentro de uma sala normal [...] não vai resolver, mas depois que você dá o ponta pé inicial, as coisas vão acontecendo e eles podem ir se integrando, nem todas, mas a maioria pode ir se integrando nas salas normais, mas foi assim a gente ficava separado e tal! (informação verbal)⁸⁰.

Cláudia Valéria vem lembrar que antes de atuar na rede municipal teve experiência em educação especial em uma instituição do município. Diz que o trabalho desenvolvido na educação especial na rede municipal era realizado por dois professores, sendo que iniciou como auxiliar, aprendiz da professora responsável pela sala de aula.

⁷⁹ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria.

⁸⁰ Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

As trocas de experiências entre a professora responsável e a auxiliar foram importantes e preciosos momentos para ambas as profissionais, tornando-se uma experiência rica e muito positiva, e mais tarde subsidiando o caminhar pioneiro desta professora.

Ana Lee traz aspectos importantes em sua fala diz que inicialmente foi difícil o trabalho com a educação especial, pois as pessoas envolvidas não aceitavam as crianças especiais, mas que aos poucos foi encontrando outras pessoas que acreditavam, automaticamente encontrando apoio, ela acreditava no potencial de seus alunos e também no trabalho desenvolvido nas salas especiais. Para ela, nem todas as crianças tinham condições de serem integrados, sendo colocados em sala comum, não concordava, embora não tivesse jeito pois era imposto a integração desses alunos que considerava incapazes de frequentarem o ensino regular com os demais alunos.

O primeiro grupo que acompanhei na Secretaria em termos de Educação Especial [...] das necessidades [...] foram os professores do laboratório de aprendizagem. [...] um grupo que veio com muita expectativa, muita vontade de estudar e aprender, que encontrou muitas [...] barreiras na escola, porque foi um trabalho considerado de elite no sentido de quem indica e não de um apoio à escola, parece que foi um trabalho criado pra privilegiar alguns professores, quando na verdade o trabalho foi criado para auxiliar os professores de sala de aula (informação verbal)⁸¹.

[...] era uma escola extremamente bem conceituada, ainda é, mas já era... rígida, tinha a diretora era do tempo que professora entrava de meia fina, salto alto e saia pelo menos se não estivesse em cima do joelho, tinha que estar somente dois dedos acima do joelho, nada além disso[...] perfil de escola tradicional, muito conteudista [...] foi lá que eu comecei, então é muito contraditório mesmo, parece até antagônico, essa coisa de que crianças que não faziam avaliações, crianças com uma defasagem enorme em relação a questão da idade e do que elas sabiam e do ano em que elas estavam matriculadas, mas foram para uma escola desse nível, como diz a criança, foi um choque, um choque de cultura dentro da escola!(informação verbal)⁸².

⁸¹ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

⁸² Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

Eliana Turquetto diz em sua fala estar convicta sobre o que realmente as professoras psicopedagogas deveriam desempenhar nas escolas da rede municipal de educação, sendo um trabalho destinado ao apoio pedagógico aos professores atuantes em salas do Ensino Regular do município joesense.

Eliana Sodré vem trazer em suas lembranças detalhes do momento em que vivenciou na educação especial, detalhes esses que provocaram muitos espantos no contexto educativo onde as contradições entre a realidade da época e ao contexto educacional eram evidenciadas o que causou motivo de reflexões pois era um momento da escola repensar sobre suas práticas e sua função social para atender as necessidades de seus alunos e principalmente qual era o seu papel diante a sociedade.

[...] então essa escola tinha sido toda reformada [...] primeiro quem foi pra lá a sala da educação especial, então tudo ali era essa salinha, tudo dependia de nós da Coordenadoria, queimava chuveiro, aluno não ia, professor não ia, algum problema, a criança passava mal, era lá, nós tínhamos que correr, então ele era apenas o apêndice da escola, não fazia parte inicialmente! (informação verbal)⁸³.

Cláudia Braz diz em sua fala que inicialmente a educação especial não tinha apoio de uma escola como um todo, ficando na dependência diretamente da equipe de educação especial na secretaria de educação, percebia que não fazia parte da educação, sendo um trabalho paralelo e aos poucos foi se fortalecendo e findando-se.

Meus primeiros alunos especiais eram do Estado... naquela época não tinha conhecimento era aluno que puxava a perna [...] que babava .era alunos de CB não ia nem para frente, nem para trás, eu tinha um aluno que tinha distrofia muscular, a minha sala era especial, não tinha essa denominação ainda [...] na Rede Municipal, trabalhei como professora volante, dois meses, depois fui para a escola Elza Regina uma das escolas pioneira, a gente via que era uma escola que respeitava as diferenças! (informação verbal) 84.

⁸³ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Bráz.

⁸⁴ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

Está presente na fala da Carmen Lúcia que antes de iniciar na rede municipal já tinha experiência na Rede Estadual com alunos portadores de deficiências, mesmo não tendo ainda clareza sobre os termos e denominações usados para classificações de determinadas deficiências. A professora Carmen Lúcia fala sobre o respeito para com os alunos que apresentavam deficiência na escola em que iniciou o trabalho ao ingressar na rede municipal de educação, deixando claro que a Rede Estadual de educação foi a pioneira em oferecer os serviços de educação especial aos alunos que tinham deficiência.

Nesse sentido,

à medida que a função da educação escolar for sendo mais bem compreendida e explicada pela e para a sociedade (civil e política), o entendimento do sentido da educação comum ou regular e da educação especial irá se tornando mais claro e generalizado. Em consequência, as políticas públicas de educação tenderão a avançar no sentido de melhor atender as necessidades de aprendizagem de todos os brasileiros (MAZZOTTA, 2003, p.124).

Ações e Medidas no Contexto Educacional

A secretaria sempre teve esse trabalho de assessoria, de estar vindo na escola, estar orientando enquanto planejamento, apoiando quando necessidade de tentar conscientizar professor, equipe [...] que acaba procurando o caminho, solução pra os problemas que vão aparecendo [...] os cursos que a Secretaria sempre promoveu, ajudou (informação verbal) ⁸⁵.

Houve um investimento bom por parte da secretaria em termos de viabilizar espaço na escola, espaço físico e espaço humano de entradas nos δ HTC ϕ s de conscientização dos professores e pelas equipes das escola ϕ (informação verbal) ⁸⁶.

Providenciou mobiliário, contratou as pessoas que precisavam para ajudar [...] porque embora fosse uma classe para 10 ou 12 [...] se quer ir há um banheiro, tem que providenciar alguém que vá ao banheiro [...] se você vai dar uma alimentação na hora do lanche [...] tinha poucos que tinha autonomia para se alimentar, o trabalho era bem individual [...] providenciaram essas pessoas, o mobiliário, que foi mais ou menos [...] vim com o desenho das cadeiras, mas eles erraram todos os desenhos, eram o que eles podiam fazer [...] providenciaram uma escola que fosse perto da secretaria para ter todo o suporte se eventualmente precisasse (informação verbal) ⁸⁷.

⁸⁵ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria.

⁸⁶ Entrevista Concedida pela Professora Eliana Turquetto.

⁸⁷ Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

Essas são as afirmações em que as representantes do grupo das professoras pioneiras frente ao trabalho desenvolvido pela secretaria municipal de educação, considerando que tiveram apoio diante ao percurso de suas necessidades, estando convictas no apoio e na parceria que recebiam.

Ana Lee, ao lembrar dos mobiliários, disse que trouxe ao município os desenhos das cadeiras, mas que não conseguiu que saísse de acordo com os padrões conforme o croqui trazido por ela da associação de assistência a criança defeituosa (AACD) de São Paulo, e diante a essa situação a sala especial foi inaugurada próximo a secretaria de educação onde acreditou ter todo o suporte se caso eventualmente precisasse.

Quando iniciei o trabalho com a coordenadoria de educação infantil mais diretamente a formação, foi o que? um ganho muito grande, um marco[...] e um grupo discutisse a educação [...] sobre as diferenças, a diversidade [...] trabalhar com todo esse grupo para que essas crianças chegassem como as outras na escola [...] mães fossem acolhidas [...] não tem diferenciação[...] aprendi muito com o grupo, com as coordenadoras, com a equipe todas das escolas[...]a Educação Especial tem que sair um pouco do lugar fechado, acomodado[...]mas, falando do que é específico do que não ser engolida pelo que é geral, o olhar da diversidade, do olhar que[...] tem sim que entender do que é do geral e participar, estudar, mas eu tenho que ter esse olhar diferenciado que eu vou ter que falar, aonde eu tiverö! (informação verbal) ⁸⁸.

No dizer de Cláudia Braz ãeu vou ter que falar, aonde eu tiverö, um olhar diferenciado, da diversidade onde é preciso que a educação especial encontre e ocupe um espaço de reflexões e discussões a todos os segmentos e setores desde a secretaria municipal de educação até as escolas, como um todo. Para isso, enfatiza que é preciso muito estudo para ter essa possibilidade, não permitindo que fique no silêncio ou até no faz de conta que há inclusão no interior das escolas.

⁸⁸ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

Neste sentido compreendemos que:

[...] o conhecimento sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns especialistas, e sim apropriado pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos. Todavia, se considerarmos que o atendimento do referido alunado em classes comuns é a determinação privilegiada nos últimos anos, podemos afirmar que ainda há muitos professores dos sistemas de ensino com pouca familiaridade teórica e prática sobre o assunto [...] Contudo, o conhecimento dos domínios teóricos e práticos dos professores é essencial para subsidiar a formulação de políticas para a sua continuada formação pelos sistemas de ensino (MANTOAN, 2006, p.58).

[...] acessibilidade, banheiros acessíveis, rampas, corrimão por toda a escola...um piso apropriado para não escorregar [...] uma coisa que sempre era discutido, não era assim imposto [...] colocar uma criança da classe especial no ensino regular, existia a possibilidade da direção junto com a equipe da Educação Especial, discutir qual sala, o perfil de qual professor, o perfil do grupo de alunos então esse cuidado era possível, porque não tinha muitos (informação verbal)⁸⁹.

No dizer de Eliana Sodré ãera possível, porque não tinha muitos, era possível refletir e avaliar qual era a melhor sala adequada e o professor que poderia receber os alunos das salas especiais devido ao número de alunos com deficiência, que eram poucos. Nesse sentido, a aceitação pela criança com deficiência no contexto educacional era realizada de uma forma mais tranquila e consciente pois estava na condição do desejo, não sendo algo já determinado e nem imposto aos professores.

Mantoan (2006) diz que no Brasil a implantação da integração escolar sofreu críticas pois o atendimento nas classes especiais especificamente para o atendimento dos alunos que apresentavam deficiência intelectual não era justificado pelas necessidades dos alunos, mas sim por não ser aceito na classe comum. O resultado desse modelo é a permanência do aluno em instituições especializadas ou em classes especiais.

⁸⁹ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

Sou uma professora muito festeira, gosto de teatro, de por o aluno para dramatizar e uma das coisas que eu via era que todas as salas participavam, mas as salas especiais não faziam nada !(informação verbal) ⁹⁰.

Para Carmen Lúcia, o fato de trabalhar com as salas especiais não significava deixar de participar dos eventos da escola, pelo contrário procura participar, embora as outras salas especiais não participassem, procurava colocar seus alunos para participar. Assim, apesar de outras salas não participarem, tinha toda uma animação em participar, pois gostava dos eventos. Compreendemos que a participação e seu envolvimento em eventos, tem tanto valor social quanto cultural, e que a não participação das salas especiais ficavam em evidência diante aos olhares no contexto educacional.

Lembranças marcantes

As professoras que representaram o grupo de pioneiras da rede municipal de educação especial do município de São José dos Campos tentam demonstrar suas principais lembranças que foram muito significativas e marcantes no percurso de atuação no interior das escolas em que trabalhavam.

Quando esses alunos começaram a ser integrados[...] o professor falando do avanço desse aluno, nas trocas que tínhamos, assim a surpresa que os professores ficavam, e começaram a acreditar no potencial dessas crianças [...] isso são lembranças boas!ö (informação verbal) ⁹¹.

Cláudia Valéria fala do momento em que os alunos saíram das classes especiais e foram integrados no ensino regular, onde os professores ficaram surpreendidos com os novos desafios, mas que aos poucos na possibilidade de aprendizagem de seus alunos.

⁹⁰ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

⁹¹ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Valéria

A Ana Lee fala que não se esquece das coisas boas que vivenciou na educação especial, mas que passou por muitos problemas profissionais, divergências de opiniões e falta de apoio fizeram com que desistisse do trabalho, decidindo trabalhar em clínica, como psicopedagoga.

[...] das coisas mais gostosas...de realização! [...] tivemos percalços [...] mudou o prefeito[...] tinha problemas políticos [...] ficamos um ano só em reuniões, a educação especial parou [...] e as coisas já estavam acontecendo [...]estavam pagando professores e profissionais por um ano pra ficar sentado[...] a gente fazia, repensava, discutia o projeto [...] Não é bem assim: voltem pra repensarõ, mas não dava uma orientação [...].politicamente não interessava, sabe[...] fui para a õ clinica e deixei a prefeituraõ ! (informação verbal) ⁹².

Toda a formação do laboratório, muito estudo, relato de prática [...] visita as escolas das colegas, aos laboratórios, as formações, as oficinas e os cursos que ministrei[.]. foi a possibilidade de visualizar] e mais que também a aprendizagem no ser humano, o conhecimento não se desenvolve marcado, agora você vai conhecer isso, aquilo [...] (informação verbal) ⁹³.

No curso que fazia na AACD e minha supervisora, atendia crianças lá e ela falou assim pra mim: senta na sua mão, em cima da sua mão e permita que a criança faça por ela o que ela pode porque, nós enquanto professores, enquanto pessoas e eu tenho uma questão: que eu vou lá e faço, vou fazer, eu levei isso assim, senta em cima da sua mão e deixa o outro no seu tempo, deixa o outro construir o seu saber [...] levei isso para mim [...] respeitando o tempo do professor, da família [...]trazer questões para a pessoa pensar[...] levar um texto para contribuir [...] pensar sobre e falar do seu lugar de profissional de especialista na área (informação verbal) ⁹⁴.

Eliana Turquetto disse que tem como principal lembrança os momentos marcados pelos estudos, formação e trocas de experiências entre os professores. Eliana também defende a ideia que o conhecimento acontece a qualquer momento indeterminado, sem previsão e determinação.

⁹² Entrevista concedida pela Professora Ana Lee.

⁹³ Entrevista concedida pela Professora Eliana Turquetto.

⁹⁴ Entrevista concedida pela Professora Cláudia Braz.

Para a Cláudia Braz suas principais lembranças da época foram: momentos das experiências adquiridas em cursos de formação, na crença depositada frente as possibilidades de aprendizagem de seus alunos e no exercício reflexivo sobre seu papel enquanto profissional de educação especial.

Tem alguns alunos que marcaram [...]os que morreram que marcou muito[...] Tem aqueles que ao descobrir que tinha se alfabetizado [...] uma aluna Flávia, foi minha e quando estive com ela [...]estava na fase da alfabetização [...] não dá para esquecer, dos alunos, da relação com os alunos, dos passeios que a gente fazia !(informação verbal) ⁹⁵.

Eliana Sodré fala sobre algumas situações marcantes desde as negativas como o falecimento de alguns alunos e as positivas ,como a descoberta de seus alunos em relação a alfabetização, da interação e dos passeios realizados com seus alunos do decorrer de todo o trabalho desenvolvido nas escolas por onde passou.

Olha!foram três momentos assim marcantes: estava no Leonor quando precisei colocar meu aluno para fora da sala porque está aprontando, era múltiplo e adora aprontar com os outros [...].chamava sua atenção e nada [...]viu que estava me irritando,.não parou, então falei::vou colocar você. para fora da sala, e ele riu com deboche, coloquei e a mãe quando chegou para buscá-lo ficou emocionada [...] e eu mais ainda[...]ela agradeceu [...] você tratou meu filho como aluno normal, outro momento foram dois meninos, um fazia birra e o outro era terrível não parava, eu era apaixonada por eles, o outro vivia preso na cadeira, começou a andar...juntaram as mãos e fizeram uma ã explosão de amor ,uma baita de uma festa para mimö,.foi um momento gratificante! Outro momento ,foi quando descobri que um aluno não fazia uso da cadeira de rodas em sua casa e na escola usava [...] quando a professora anterior viu, disse: olha! ele está andando, eu disse: ele sempre andou, você é que não sabia!(informação verbal) ⁹⁶.

⁹⁵ Entrevista concedida pela Professora Eliana Sodré.

⁹⁶ Entrevista concedida pela Professora Carmen Lúcia.

Carmen Lúcia fala bastante de sua prática e atuação em sala de aula frente aos alunos que trabalhava. Não tinha dúvidas que o melhor caminho de trabalho era encarar sua sala que era especial como uma sala regular, quando precisava chamar a atenção para os comportamentos indesejáveis de seus alunos. Percebe-se que a professora procurava trabalhar investindo nas possibilidades de seus alunos .

As salas especiais constituem num verdadeiro palco para o cenário educacional e a partir delas que iniciou-se a possibilidade dos alunos com deficiência poderem ter acesso a escola, mesmo que sendo de forma segregatória, foi a partir de então que mais tarde com muitas reflexões e estudos amparados e traçados por lei foi lançado um novo modelo de educação especial, contrário ao modelo original. As novas práticas integrativas vieram para a ruptura da existência, mas que ainda é vista na educação especial, ou seja, as õvelhas classes especiaisõ que trabalham com alunos com deficiências múltiplas até conquistarem a maioria.

Por fim, as professoras pioneiras se identificaram com o trabalho, tinham vontade e empenho na realização de seus trabalhos, percebemos que no início de suas carreiras não foi imposto o ingresso para a educação especial. Realmente, houve questões de identificação com o alunado que apresentavam necessidades educacionais especiais, onde as pioneiras escolheram trabalhar, enfrentando desafios.

Uma dúvida que pairou no ar com as histórias contadas por elas e que nos resta descobrir se a educação especial escolheu elas ou se elas é quem escolheram a educação especial, pois acreditaram na capacidade humana de seus alunos que participaram politicamente da história da educação especial de nosso país, fazendo valer seus direitos enquanto pessoa humana! Não resta dúvidas de que a exclusão do deficiente ao conhecimento e a cultura é uma prática de violação aos direitos humanos!

Essa categoria resgatou o significado da representação da história da educação especial ocorrida no município sob os olhares e observações onde cada uma das professoras entrevistadas puderam contribuir com suas narrativas e experiências históricas. Neste sentido, a categoria proporcionou momentos de reflexão e análise sobre a história de um passado que vem ao encontro de nossos dias atuais, possibilitando um olhar atento e apurado sobre as questões que envolvem a inclusão. Através dessa categoria pudemos resgatar as memórias e detalhes em cada fala das pioneiras no que se referiu ao conhecimento sobre a história traçada

por lutas e empenho, construindo assim a história da educação especial do município de São José dos Campos.

Enfim, essa categoria envolveu as professoras pioneiras na teia de significados presentes nos inúmeros contextos educacionais que tornaram atrizes principais da história da educação especial joseense, enfatizando que é pela sua participação em diferentes momentos construindo assim as faces e a identidade de uma história que estava esquecida e que acreditamos que é de uma riqueza patrimonial, tornando-se fundamental para o domínio intelectual, contribuindo assim com a evolução da história da educação na cidade de São José dos Campos. Assim na próxima categoria veremos como as professoras pioneiras falaram sobre suas principais lembranças sobre o contexto educacional na época em que iniciaram seus trabalhos na Rede Municipal de Educação.

4 ANÁLISE DE FONTES HISTÓRICAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DE 1989 A 1998

Neste capítulo, elegemos as principais reportagens veiculadas pela imprensa escrita que se preocuparam em retratar ou interpretar a realidade social de São José dos Campos durante os anos de 1989 a 1998 enfocando nossos olhares nos acontecimentos ocorridos no campo da educação. Neste sentido, buscamos reproduzir os conteúdos das fontes citando fragmentos do jornal *ValeParaibano* o qual foi de extrema importância nos permitindo apoio para compreendermos como era o contexto educacional da época quanto as questões mais relevantes para o contexto educacional e como a sociedade percebia o deficiente físico na perspectiva inclusiva. Diante esse levantamento de estudos observamos a riqueza trazida da imprensa como fonte de pesquisa.

Ao iniciarmos nessa etapa investigativa nos deparamos com uma primeira reportagem que acreditamos ser muito interessante para abordarmos, pois abrange o contexto educacional da rede municipal joseense, onde se discutia a educação física na rede municipal tema esse que encontramos *“Melhoria na Educação Física”*⁹⁷. O assunto trazia para a discussão como sendo *“um trabalho aprimorado”*. E a finalidade dessa reportagem é de melhorias no nível técnico do trabalho na educação física nas escolas municipais com o intuito de conseguir resultados práticos de aprendizagem. Neste sentido, como trás a reportagem, o que muda são os conceitos da iniciação esportiva que serão repassados com maior sensibilidade, procurando fazer com que o aluno realmente se identifique com aquilo que está sendo ensinado e, ao mesmo tempo, ganhe gosto pela coisa.

De acordo com Roque (2007 a) no Município de São José dos Campos começaram a surgir as escolas públicas mantidas pelo governo estadual em meados da década de 1910. Podemos ver que Roque assim se expressa com relação ao que estamos expondo:

⁹⁷ Jornal Valeparaibano, 18/05/1989

A educação pública durante as duas primeiras décadas da república foi marcada por contrastes, a educação preliminar poderia ser ministrada em vários tipos de escola; sendo que cada uma delas imprimia status à sua clientela, dentro de uma hierarquia onde o grupo escolar representava o topo. Antes do primeiro Grupo Escolar, existiam em São José dos Campos algumas Escolas Isoladas que praticamente são desconhecidas pela população joseense (2007,p.31).

De acordo com Roque (2007 b) a memória da cidade, no que diz respeito à escola, estava vinculada quase que exclusivamente aos Grupos Escolares. Compreender quais eram as outras escolas que estavam no cenário urbano e em que circunstâncias as mesmas apareceram era também uma maneira de entender as relações de poder além do limite urbano, pois São José era quase toda rural.

A Rede de Ensino Municipal foi criada somente em 1970 de acordo com a análise de documentos, visto que no final da década dos anos 80 a realidade social e educacional do município de São José dos Campos trazia inúmeras sequelas vivenciadas pela fase sanatorial na década de 20:

[...] construir as cidades sanatoriais foi uma maneira encontrada para livrar a capital do caos em que estava no que se refere à dispersão da população física. Isso permitiu com que São José dos Campos recebesse verbas para sua infra-estrutura, o que exigiu do poder público municipal, educar a população para essa emergente vocação do município... Foi necessário educar o povo para a vivência nas cidades e para o estabelecimento da ordem. Os serviços públicos (saúde, higiene, educação e segurança) faziam parte de planos estratégicos destinados a racionalizar o espaço urbano. Podemos compreender que todos eles foram estudados pelo poder público e refletiram em políticas pedagógicas diretas ou indiretas promovendo a ordenação desejada, desde o aspecto físico, passando pelo moral e pelos comportamentais... No caso de São José dos Campos, a infra-estrutura recebida sem a educação da população para essa missão saneadora teria sido em vão (ROQUE,2007,p.33).

De acordo com Roque (2007 c) uma das estratégias para mudar a realidade vivenciada no contexto social na década de 20 era o investimento na educação das crianças, visto que as esperanças para o futuro da nação eram depositadas nas mãos dos pequeninos, pois :

[...] pretendia-se ter um novo tipo de trabalhador, sem os vícios do elemento servil, um novo tipo de habitante da cidade, acostumado com os símbolos da modernidade para colocar o país, o mais próximo possível, dos padrões estrangeiros (ROQUE,2007,p.33).

No decorrer de nossos estudos verificamos que as ofertas de escolas municipais iam crescendo aos poucos. O Jornal Valeparaibano apresentava algumas de suas manchetes

relacionadas à Educação ,como um aumento bem significativo de vagas, sendo que em 1990 foi inaugurado mais duas escolas municipais de primeiro grau , totalizando 12, e outras 10 salas em unidades escolares. “Escolas triplicam vagas”⁹⁸. A intenção dessa reportagem era a tomada de atenção para a atual gestão política, que tinha como objetivo de mudar os holofotes para o campo da educação. Com a criação das novas escolas em 1990 sendo mantidas pela município joseense, significava um aumento triplo de vagas às primeiras séries.

Como vimos, o início da década dos anos 90 ainda não tinha escolas suficientes para atender a demanda da população que crescia constantemente.

A realidade social é expressa através de “Servidores devem parar amanhã, menos a Saúde”⁹⁹. Nesse percurso, os servidores municipais de São José dos Campos anunciam o início de uma greve por tempo indeterminado, reivindicando, melhores condições de trabalho, reposição salarial e reconhecimento do seu sindicato pela atual administração municipal. Essa reportagem expressa um momento de lutas e reivindicações dos servidores públicos municipais que buscam melhores condições salariais e de trabalho.

Caminhando com a pesquisa encontramos no Jornal ValeParaibano uma manchete intitulada “Sala para deficientes é a novidade na volta às aulas”¹⁰⁰. Essa publicação oficializa nossa pesquisa, pois não havíamos encontrado ainda nenhuma forma de publicação anterior .A matéria está bem centralizada no jornal chamando a atenção de seus leitores para a novidade no volta às aulas, depois do recesso escolar no mês de julho, dizendo que o município poderá contar com a primeira classe de educação especial para deficientes físicos.

De acordo com a responsável pelo programa de educação especial, da Secretaria de Educação, Sônia Regina de Lima, a instalação dessa classe estava sendo estudada desde o começo do ano e com o apoio da Prefeitura, “agora é realidade”, diz ela.

⁹⁸ Jornal ValeParaibano 18/05/1989

⁹⁹ Jornal ValeParaibano 12/06/1989

¹⁰⁰ Jornal ValeParaibano 23/08/1989

Encontramos ainda, no final do ano de 89, a questão sobre a municipalização intitulada no jornal Valeparaibano: "Municipalização do ensino provocou debates"¹⁰¹, a matéria discutia sobre a viabilidade que embora não tivesse sido iniciada, a maioria das entidades ligadas à educação desconhecia na íntegra o projeto e com isso o programa de municipalização já estava gerando polêmicas. O objetivo dessa reportagem era levar a sociedade a refletir e discutir melhor sobre a questão da municipalização, convidando a sociedade a participar das tomadas de decisões que acreditamos não estar sendo expressadas com tanta transparência pelos gestores municipais da época.

Na busca pelo objeto de estudo encontramos no Jornal ValeParaibano "Pais propõem um mutirão para a escola sair"¹⁰². Nesta matéria traz um grupo de quarenta pais de estudantes que buscam reivindicar seus direitos para a continuação das obras na escola de um bairro periférico, na zona Sul de São José dos Campos, onde se encontrava paradas as obras. A intenção do jornal era chamar a atenção para a retomada das obras que permaneceram paradas durante dois meses.

O início da década de 90 o município foi marcado por pressões sociais nos quais em 91 uma nova greve municipal aconteceu, encontramos na matéria publicado no Jornal ValeParaibano que dizia: "Professores municipais entram em estado de greve por aumento"¹⁰³ A categoria exigia 100% de reajuste salarial e decidiram pelo estado de greve até que a reivindicação fosse atendida. Na opinião do jornal, essa reportagem enfatiza com exclusividade a categoria dos professores servidores municipais.

Neste empenho de apresentar os principais acontecimentos ocorridos no contexto educacional no município joseense, encontramos no Jornal ValeParaibano uma matéria retratando a situação caótica enfrentadas por uma das escolas municipais intitulada como: "Escola põe os alunos para estudar dentro da cozinha"¹⁰⁴ O objetivo da reportagem é chamativa de atenção para a realidade de uma das escolas municipais do município joseense, cuja escola para atender a demanda de alunos, teve que fazer uma improvisação do seu espaço físico, transformando a cozinha em sala de aula.

¹⁰¹ Jornal ValeParaibano 30/08/1989

¹⁰² Jornal ValeParaibano 13/10/1989

¹⁰³ Jornal ValeParaibano 21/04/1991

¹⁰⁴ Jornal ValeParaibano 22/05/1991

Como vimos, em São José dos Campos em pleno início da década de 90, na realidade educacional ainda havia as improvisações, ou seja, buscavam-se outras estratégias para suprir a falta de infraestrutura adequada e suficiente para atender aos seus munícipes.

Com a nova gestão administrativa encontramos no jornal ValeParaibano: "Nova secretária de Yves quer humanizar o ensino"¹⁰⁵. O objetivo da publicação é resgatar a qualidade do ensino de São José dos Campos, executando um projeto educacional voltado, para a tecnologia sem prejuízo do humano. O jornal ValeParaibano reforça a concepção adotada pela nova Secretaria da educação frente aos problemas enfrentados na educação na época e ressalta a ideia de que sem a valorização dos professores a educação também não será de qualidade.

Refletindo sobre as questões sobre a conscientização da população joseense a respeito da integração da pessoa com deficiência, encontramos uma matéria¹⁰⁶ que chamava a atenção do público leitor para as questões sobre a potencialidade das pessoas com deficiência e que podem ser desenvolvidas. São deficientes, mas podem ser integrados à sociedade e este é o trabalho que as entidades procuram realizar com um grande número de crianças e adultos excepcionais.

O número de excepcionais que recebe assistência no entanto, era pequeno se comparado com os 15 milhões existentes no Brasil. Nesta perspectiva, encontramos outra reportagem a respeito da educação especial, conseguimos localizar uma matéria do jornal ValeParaibano "Dia de Luta e de cadastro de deficientes no centro"¹⁰⁷, neste dia de publicação da matéria vem explicar sobre a conscientização da sociedade para com as pessoas com deficiência, sendo o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, promovido por dez entidades assistenciais da cidade. As entidades com esse movimento, queriam cadastrar todas as pessoas que tinham deficiência para oferecer um melhor atendimento e redimensionar o trabalho já realizado na cidade, com o slogan: "O deficiente precisa de oportunidade e não de piedade".

¹⁰⁵ Jornal ValeParaibano 15/06/91

¹⁰⁶ Jornal ValeParaibano 22/05/91

¹⁰⁷ Jornal Valeparaibano 15/09/91

Encontramos também no Jornal ValeParaibano uma outra matéria de conscientização sobre o deficiente, porém voltada mais para o público infantil intitulada: "Crianças aprendem a respeitar deficiente através de teatro"¹⁰⁸, de acordo com a matéria aconteceu uma apresentação abordando a questão do deficiente e foi dirigida aos alunos do Infantil II do Núcleo de Educação Infantil Vidoca, na Dede da Sorri. A apresentação dos bonecos que traziam portadores de deficiências físicas, sensorial e mental tinham como objetivo a conscientização das crianças sobre as capacidades de um deficiente. "Acabar com o preconceito da sociedade, que acredita na inutilidade dos serviços de um deficiente... essa é uma das metas de uma das instituições mantidas pelos pais de pessoas com deficiência.

Dados do IBGE a respeito da pessoa deficiente no Brasil em 1992 de acordo com a publicação no jornal ValeParaibano diz que o "nosso país tem 21 milhões de deficientes"¹⁰⁹, de acordo com a pesquisa existiam em 1992 21.043 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental no país.

De acordo com nossa pesquisa em meados de 92 ainda não se falava de acessibilidade, mas, segundo o Jornal ValeParaibano foi vivenciado na Câmara dos vereadores uma situação pioneira, intitulada como: Câmara não tem acesso para deficiente eleito vereador¹¹⁰. Para o candidato eleito Sérgio de Alencar Pereira, conhecido como Serginho do Fórum, a batalha apenas tinha começado no dia 03 de outubro, com os 954 votos conquistados que lhe deram direito a uma cadeira na Câmara. "Pela primeira vez na história de São José dos Campos, um deficiente físico entrou na casa como vereador, no entanto para Serginho a luta apenas recomeça. Podemos observar que o município ainda não pensava sobre as questões de acessibilidade ao deficiente físico em meados de 92 e de acordo com o Jornal ValeParaibano: "LBA não paga e Apaes vivem o drama de fechar as portas no Vale"¹¹¹. A reportagem veiculava o drama vivenciado pelos familiares das crianças deficientes que recebiam atendimento especial nas entidades e que no momento as verbas mantidas pela Legião Brasileira de Assistência já estavam com seis meses em atraso, prejudicando assim o caminhar das instituições .

¹⁰⁸ Jornal ValeParaibano 05/03/92

¹⁰⁹ Jornal ValeParaibano 12/09/92

¹¹⁰ Jornal ValeParaibano 12/10/1992

¹¹¹ Jornal ValeParaibano 13/11/1992

Diante ao contexto conseguimos no Jornal ValeParaibano: ã Deficientes e seus direitosö ¹¹². A publicação desta matéria de acordo com Chuster (2011), revelam que cerca de três por cento da população joseense apresenta problemas de locomoção devido a deficiência físico-motora. Pensando nesta questão, encontramos mais adiante : ã Uma reunião na Câmara discute como facilitar a vida para os deficientesö. Diversos representantes de entidades que prestavam assistência aos deficientes físicos , mentais, auditivos e visuais reuniram na Câmara municipal para fazer o encaminhamento de propostas para serem apresentadas à Prefeitura, visando a melhoria na qualidade de vida dos deficientes. No jornal ValeParaibano vem escancarar a situação do sistema educacional da época, trazendo uma matéria intitulada:ã Apenas 15% do dinheiro investido na educação chega às salas de aulaö ¹¹³, de cada CR\$100,00 destinados à educação , apenas CR\$ 15 chegam às salas de aula. Quem garante isso é o secretário municipal de Educação Moacyr Pinto da Silva ilustrando o desperdício de recursos na área. Em São José, o quadro é desanimador, segundo denúncias da União de Diretores e Especialistas de magistério Oficial escolas funcionam em até 7 períodos, fazendo com que os alunos tenham menos aulas de duas horas diárias, salas de aula improvisadas em contêineres, nada prático, nem adequados a esse fim, escolas mal estruturadas e sem os equipamentos e instalações necessárias. A intenção dessa reportagem é justamente alfinetar a administração pública para a situação precária da educação que se encontrava no município joseense. A reportagem destaca os pontos que precisavam melhorar, tais como; a falta de uma política salarial, ao mesmo tempo em que existem parâmetros diferentes para professores de escola padrão e as demais , traz ainda mais consequências, estas relacionadas aos recursos humanos: há evasão de professores da rede pública: há estudantes e universitários, sem formação específica, atuando como professores e registra-se uma procura cada vez menor nos cursos de magistério. Neste viés, encontramos no Jornal ValeParaibano: ãSeminário discute a integração de deficientes junto a sociedadeö ¹¹⁴ , com a promessa de a partir de agora muita coisa irá mudar para o deficiente em São José dos Campos, com essa declaração a vereadora Amélia Naomi resumiu o I Seminário sobre o Portador de Deficiência realizado ontem durante todo o dia, na Câmara Municipal .

¹¹² Jornal ValeParaibano 10/12/1992

¹¹³ Jornal ValeParaibano 18/09/1993

¹¹⁴ Jornal Valeparaibano 21/10/1993

Ela é uma das realizadoras do encontro e disse que a partir de hoje deverão ser formadas comissões de representantes para cada tipo de deficiência. As comissões irão atuar junto aos próximos programas a serem desenvolvidos no município, no sentido de integrar o deficiente a sociedade.

Nossos olhares diante ao contexto educacional estiveram atentos em relação a matéria intitulada: "Prefeitura combate evasão escolar e escolas municipais ganham programa especial para evitar repetência e abandono de estudo"¹¹⁵, classes aceleradas é a última novidade criada pela secretaria municipal de educação no município de São José dos Campos para combater a repetência e a evasão escolar nas escolas da cidade. Esse projeto de classes aceleradas foi elaborado após um levantamento estatístico feito no município, onde constatava-se que nas 22 escolas municipais de São José dos Campos, 923 alunos apresentavam defasagem de idade com relação à série que estavam cursando, levando ao desinteresse dos alunos e até mesmo contribuindo com a evasão escolar. Neste projeto os alunos eram reduzidos em turmas, sendo um número bem menor em salas de aulas e atendidos conforme suas dificuldades e interesses. Segundo nossa pesquisa no arquivo público central da SME esse projeto foi substituído em 1998 com a implantação do Laboratório de Aprendizagem (L.A.).

Caminhamos com a pesquisa e chegamos a uma informação muito interessante que segundo o jornal ValeParaibano: "Cerca de 10% da população joseense possui alguma deficiência física"¹¹⁶. Esse quadro é alarmante, muito mais é dizer que apenas 3% desses deficientes recebem atendimento especializado em entidades que visam seu futuro e integração social.

A questão sobre a deficiência também abordou ao portador de doença mental e conseguimos analisar quando localizamos no Jornal ValeParaibano intitulado: "Prefeitura inaugura Uaism em São José"¹¹⁷ com o objetivo de integrar o doente mental junto à comunidade e a família, nessa perspectiva a Prefeitura de São José dos Campos inaugurou a Unidade de Atenção Integral à saúde mental.

¹¹⁵ Jornal ValeParaibano 05/07/1995

¹¹⁶ Jornal ValeParaibano 16/04/1995

¹¹⁷ Jornal ValeParaibano 05/08/1995

Em meados de 95 observamos que a questão sobre a deficiência era marcada pelo preconceito e discriminação como vimos no jornal intitulado: "Deficientes ainda sofrem preconceito"¹¹⁸, a matéria trata-se de uma instituição filantrópica a APAE do município de São José dos Campos que busca conscientizar a população, abrindo suas portas para visitas. Na perspectiva da educação especial localizamos em meados de 96 uma matéria intitulada: "Salas especiais são insuficientes: falta de profissionais especializados dificulta trabalho com portadores de deficiências"¹¹⁹, nesta matéria diz respeito há falta de profissionais especializados para trabalhar com crianças portadoras de deficiência física ou mental, sendo uma realidade no sistema educacional, sendo um dos principais problemas enfrentados pelo ensino público joseense. No decorrer de nossa pesquisa encontramos uma matéria no jornal intitulada: "Interdição afeta crianças excepcionais"¹²⁰. Na reportagem diz que a defesa civil solicitou a reforma de prédio e os alunos portadores de deficiências poderiam ficar sem atendimento no ano de 1997, desde a interdição realizada que identificou vários pontos de rachaduras no prédio onde funcionava uma instituição filantrópica.

Chegamos em 1997 e segundo as fontes jornalísticas veiculadas no principal jornal da região o ValeParaibano, trazendo a seguinte matéria: "Adaptações beneficiam deficientes"¹²¹. O assunto abordado diz respeito aos grandes centros urbanos de compras de São José dos Campos que estão fazendo adaptações para atender também o consumidor portador de deficiência física, adaptando banheiros, estacionamentos exclusivos facilitando assim o acesso aos deficientes físicos que circulam no município joseense. No início de 97 o jornal ValeParaibano já apontava para que no ano seguinte em 1998 aconteceriam as municipalizações no ensino básico de 1ª a 4ª série: "Ensino básico será municipalizado"¹²². A grande expectativa é com a municipalização espera-se uma mudança e melhoria na qualidade do ensino público municipal de São José dos Campos. A reportagem diz que o município adotará o ensino de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Essa matéria ocupou a metade do jornal, sendo uma das primeiras páginas em destaque para o público leitor, sendo um marco político.

¹¹⁸ Jornal ValeParaibano 22/08/1995.

¹¹⁹ Jornal ValeParaibano 29/03/1996.

¹²⁰ Jornal ValeParaibano 26/12/1996.

¹²¹ Jornal ValeParaibano 12/05/1997.

¹²² Jornal Valeparaibano 12/02/1997.

Em relação a educação especial o silêncio paira no ar, continuamos em busca sobre os indícios de como está a educação especial refletida na realidade educacional do município joseense. É uma busca que nos move e nos inquieta para pesquisarmos cada vez mais...é uma ação desafiadora!

Caminhamos com nossos olhares nesses jornais que carinhosamente foram preciosas riquezas para nós e através de várias reportagens observamos que ao longo desses nove anos pesquisados a ideia de segregação era muito presente no contexto social e conseqüentemente refletia no contexto educacional.

Segundo o Jornal ValeParaibano "Mudanças buscam evitar formas de exclusão na escola com a LDB"¹²³, os alunos passaram a ser avaliados pelo seu progresso de aprendizagem ao longo do ano letivo e não apenas pelo resultado de provas finais. Essa prática revela que a exclusão não é somente para com a criança com deficiência em si só, também a escola exclui o aluno que tem certo rendimento mais lento do que os outros, prova que a escola é seletista e excludente, valorizando sempre os melhores alunos, sem problemas de aprendizagem ou quaisquer dificuldades que o estudante possa encontrar no percurso dos seus estudos.

Ainda em 97, encontramos "Escola agrupa séries diversas"¹²⁴, a reportagem continua trazendo a falta de escolas para atender a todos os municípios e na ocasião tiveram como estratégia de agrupamentos de alunos de 1ª e 2ª séries numa mesma sala de aula. O título do jornal ValeParaibano encontra-se com letras em destaque e diz que a escola agrupa séries diversas, mas em seguida com letras menores, vem dizer que a escola agrupou os alunos da 1ª com a 2ª série. Na ocasião as mães protestaram contra essa medida do sistema educacional no município de São José dos Campos.

O início do ano letivo de 97 ficou estampado em uma das primeiras páginas do jornal ValeParaibano "Caos marca início do ano letivo na cidade"¹²⁵. A intenção do jornal era chamar a atenção da sociedade para o sistema educacional que não estava indo muito bem, de acordo com o que vimos nos anos seguintes.

¹²³ Jornal ValeParaibano 18/02/1997.

¹²⁴ Jornal ValeParaibano 21/02/1997.

¹²⁵ Jornal ValeParaibano 23/02/1997.

No penúltimo ano de nossa pesquisa ainda nos deparamos com situações de má remuneração para os professores com baixos salários salas superlotados e déficit de 500 vagas, conseqüentemente há um aumento de crise no ensino. Encontramos outra reportagem que reflete a mesma situação caótica sobre a falta de vagas nas escolas públicas municipais de São José dos Campos e segundo o Jornal ValeParaibano "Emanuel aluga para alunos" ¹²⁶. Para sanar a falta de vagas nas 1ª séries em uma das escolas municipais, o novo gestor do município alugou uma casa para atender 48 crianças que se encontravam fora das escolas, na zona leste de São José dos Campos, mas as mães protestam indo na Câmara dos vereadores para pedirem solução para o problema. A situação no sistema de educação estava tão complicada no município que um vereador resolveu propor participação mais precisa dos pais das crianças nas tomadas de decisões sobre o ensino público "Povo pode definir educação" ¹²⁷. A intenção dessa reportagem é de enfrentamento político cujo vereador vem questionando a Secretaria de educação para prestação de esclarecimentos sobre a situação caótica que se encontra a Rede municipal joseense sobre os inúmeros problemas enfrentados pela sociedade. Em março de 97 o jornal ValeParaibano trás "Profissionais discutem educação" ¹²⁸. A reportagem sendo destacada em uma das principais páginas do jornal, trás a ideia sobre a necessidade da reflexão sobre o contexto educacional vivenciado ao longo das décadas em que não era valorizado essa prática de debates e estudos sobre a educação. Segundo o jornal ValeParaibano "Proposta de integração desafia sociedade" ¹²⁹. De acordo com o jornal a ideia vai além de inserir a pessoa com deficiência na sociedade, vem propor uma nova filosofia de aceitação da igualdade de direitos da pessoa com necessidades especiais.

¹²⁶ Jornal ValeParaibano 26/02/1997

¹²⁷ Jornal ValeParaibano 01/03/1997.

¹²⁸ Jornal ValeParaibano 08/03/ 1997.

¹²⁹ Jornal ValeParaibano 03/07/1997.

Segundo o jornal ValeParaibano "Projeto acaba com reprovação escolar"¹³⁰ a reportagem é referente as escolas estaduais que passaram a ter um projeto de implantação de ciclos, não havendo mais a repetência. A intenção da reportagem é mascarar a realidade caótica enfrentada no contexto educacional. A reportagem não expõe em nenhum momento as situações críticas enfrentadas na educação. O leitor leigo que não fosse da área da educação, certamente iria achar inédito e depositar toda a sua credibilidade na notícia que foi estrategicamente escrita para convencer ao grande público leitor.

Segundo o jornal ValeParaibano "São José prevê cinco novas escolas"¹³¹. Com essa reportagem observamos que o contexto educacional ainda estava se ajustando para atender a demanda populacional. A intenção da reportagem é apresentar ao munícipe leitor sobre os aspectos positivos que a atual gestão pública está realizando em São José dos Campos.

Ao caminharmos com nossa pesquisa encontramos em 98 "Pesquisas tenta revelar origem de São José"¹³². O município joseense passou a ter um projeto inédito na busca por sua origem histórica que até então no presente ano não estava concluído sua origem. Os estudos evidenciam que o povoamento criado por Jesuítas para a catequese de índios Guaianazes no século 16 seria o embrião da maior cidade do Vale.

De acordo com nossos olhares atentos sobre a educação especial no contexto social e educacional apresentados no principal jornal do município joseense encontramos "Promotora cria projetos para deficientes"¹³³. A intenção da reportagem é expor a escassez da falta de rampas que torna difícil o acesso dos portadores de deficiência física a frequentarem locais públicos.

Segundo o jornal ValeParaibano há faltas de infraestrutura adequada dificultando assim o acesso do deficiente físico ao contexto social e público, necessitando assim de uma intervenção judiciária na criação de projetos em busca de parcerias ,efetivando assim a acessibilidade para as pessoas que eram impedidas pelas barreiras arquitetônicas a determinados locais que antes eram difíceis ou até mesmo impossíveis de serem frequentados.

¹³⁰ Jornal Valepraibano 01/08/1997.

¹³¹ Jornal ValeParaibano 01/10/1997.

¹³² Jornal Valeparaibano 03/05/1998.

¹³³ Jornal Valeparaibano 30/08/1998.

No percurso final de nossa pesquisa encontramos no Jornal da Educação o Alunos com dificuldades de aprendizagem têm atendimento especial¹³⁴. De acordo com o jornal informativo o serviço é inédito na região e no Estado de São Paulo. A intenção da reportagem é despertar e apresentar para a população sobre o trabalho desenvolvido sendo o pioneiro em oferecer o trabalho realizado por professores psicopedagogos atuando com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em caráter transitório no Laboratório de Aprendizagem.

¹³⁴ Folha de São Paulo 20/08/98.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo contribuir com a história da educação especial no município de São José dos Campos e em caráter especial a busca pela compreensão de como foi esse campo inclusivo e como o grupo de professoras conceberam a educação especial. Estudar esse passado vivenciado pelas pioneiras foi um desafio tornando esse trabalho muito animador e prazeroso para todos os envolvidos. Contribuímos também com o estudo e reflexões sobre o processo de inclusão no âmbito escolar, analisando desde o início onde fomos lançados a um desafio: compreendermos de que campo inclusivo estamos falando, diante ao recorte temporal ao qual nos propusemos estudar.

Para atingir os objetivos propostos trabalhei com a categorias temáticas, que surgiram do próprio corpo das entrevistas semiestruturadas, sendo definidas como: as representações e histórias de vida das professoras pioneiras em educação especial, expectativas e concepções das professoras pioneiras frente a educação especial, o nascimento de educação especial e, o contexto educacional de educação especial entre os finais da década de 80 e início da década de 90. Nesse sentido, os discursos trazidos pelas professoras pioneiras foram uma das maneiras que encontramos para compreendermos a realidade de cada uma em sua especificidade, servindo também de um precioso momento oportuno para que as mesmas pudessem se expressar, relatando suas vivências e experiências em educação especial. Enquanto arcabouço teórico, contribuíram para explicar e exemplificar a riqueza resgatada através da memória do grupo das pioneiras em educação especial do município de São José dos Campos.

No contexto metodológico da representação das histórias de vida, um dos aspectos relevantes foi descobrir quem foram as professoras que trabalharam nesse período entre o final da década de 80 e início da década de 90. Desta forma tornou-se assim algo valioso e produtivo para nós onde ao caminharmos com a pesquisa descobrimos que estávamos diante a um desafio: a descoberta das primeiras professoras atuantes em educação especial no município joseense. Após a aproximação de uma das professoras que iniciou na educação especial, começamos a trilhar metodologicamente sob a luz das fontes trazidas pelas pioneiras, que graças ao exercício de suas memórias, seguimos em frente com a pesquisa, através das histórias de vida. A partir da identificação da primeira professora de educação especial vinda para o município de São José dos Campos é que fomos identificar as demais,

embora nosso primeiro contato não foi de acordo com a ordem em que identificamos essas professoras e sim foram a partir de cada uma, ou seja, de acordo com os apontamentos dos nomes citados por cada uma de nossas entrevistadas. Foram citados também outros nomes de professoras que tiveram a frente na educação especial no período estudado por nós, de 1989 a 1998 e que certamente seus relatos de experiências e suas histórias mereceriam também a nossa atenção. Sob o ponto de vista histórico, seriam de extrema riqueza para nós estudarmos, mas que optamos por fechar no grupo de seis professoras pois já havia contemplado nossos objetivos e expectativas.

Procuramos buscar também nos jornais as reportagens sobre educação para entendermos um pouco de como o município era em relação a educação, enfocando nossos olhares na educação especial.

De acordo com nossa compreensão, a história oral trazida pelo grupo representativo de professoras pioneiras, evidenciou a concepção segregacionista que justamente originou-se a ideia da educação especial em São José dos Campos. Desta forma, esclarecemos que os discursos trazidos pelo exercício da memória das pioneiras foram libertados sendo lídimos de acordo com suas narrativas, os traços marcantes no trabalho com a educação especial evidenciaram a questão da identificação com o perfil do alunado assistido pela educação especial. Nesse viés, compreendemos que é a partir daí é que se inicia a crença pela segregação, ou melhor, as professoras foram conduzidas e levadas a terem esse olhar, alimentando-se dessa fonte por um determinado período, talvez pela situação que São José encontrava-se: mudança de governo atrelado às resistências políticas e até filosóficas.

Nessa perspectiva a questão do acesso da pessoa com deficiência no campo educacional na rede municipal joseense tornou-se uma luta efetiva dos familiares que tinham alguém na família que estava sendo impedido de alguma forma de ter o acesso no campo da educação, sendo esta responsabilidade pública municipal. Compreendemos também que a falta de recursos de materiais e até de profissionais habilitados em educação especial ocorreu de uma forma precária pois conseguimos identificar que houve um certo jogo político, pois houve uma promessa que não foi cumprida.

Acreditamos também que a educação especial na rede municipal joseense só começou a caminhar graças ao empenho das professoras pioneiras que muito se dedicaram e estiveram a frente do trabalho, partindo da concepção segregacionista mas que, aos poucos, foram ampliando seus conhecimentos. Segundo os documentos analisados na Coordenadoria

de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação teóricas como: Amaral (1992) e Carvalho (1996) foram as responsáveis diante a reestruturação do trabalho no município, trazendo as reflexões sobre a questão dos atendimentos em sala de recursos para os alunos já atendidos em salas especiais. A princípio, eram oferecidas salas de Reeducação para os alunos que já estavam nas Classes Especiais, reforçando ainda mais a ideia de que esses alunos precisavam de atendimento especializado para que a partir daí tivessem condições pedagógicas para que pudessem ser integrados nas salas regulares do município.

Procuramos também compreender o que as professoras pioneiras ouviam dos colegas professores não especializados, através da análise do discurso, visto que muitos diziam que não tinham condições psicológicas pois tinham compaixão de ver os alunos nas cadeiras de rodas.

Mantoan (2006) diz que há um discurso frágil e fragmentado por parte dos professores que não são especializados em Educação Especial e que atuam no ensino regular, diz que mantêm um discurso em comum o de serem incompetentes ao lidar com as diferenças em sala de aula e que acreditam que os professores especializados, tem mais habilidade devido as suas experiências com a Educação Especial.

Na Visão de Mantoan (2006) todos os professores, sem exceção, precisam saber sobre a importância de se eliminar a exclusão seja no interior ou exterior das escolas, e afirma:

[...] os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos é mais fácil ainda encaminhar os alunos com dificuldades de aprendizagem, sejam deficientes ou não, para as classes e as escolas especiais ou para os programas de reforço e aceleração (MANTOAN, 2006, p. 22).

Diante ao contexto no qual pesquisamos, observamos que inicialmente, os estudantes portadores de necessidades especiais, eram segregados em Salas Especiais, mantendo-os isolados dos demais estudantes que não tinham deficiência, sob a perspectiva da reabilitação, preparando-os futuramente para uma possível integração em Salas comuns do ensino Regular.

Goffman (1990) diz que toda instituição, quer seja para cuidar de pessoas com deficiência visual, idoso ou órfão tem uma tendência a manter o isolamento social das pessoas em relação ao ambiente externo. Nesse sentido, contribui::

[...] toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de fechamento (GOFFMAN, 1990, p.16)

De acordo com o referencial elaborado pela Coordenadoria de Educação Especial, os alunos portadores de deficiência física recebiam o mesmo apoio nas duas modalidades de ensino, ou seja, na sala especial e nos atendimentos nas salas de reeducação. Nesse sentido Goffman (1990) diz que a tendência de toda a instituição é manter-se fechada para o diálogo, estudos e reflexões para repensar essa prática, mas que só com o passar do tempo foi sendo reestruturado, chegando na dimensão de nossos dias atuais. Não encontramos uma data em específico explicando esse momento, mas que de acordo com o discurso de uma das professoras pioneiras a concepção da época mudou e as chamadas Salas de Reeducação passaram a ser Salas de Recursos e até nos dias de hoje prevalecem, com o objetivo dos atendimentos aos alunos que foram integrados nas salas regulares.

Nos dias de hoje o atendimento educacional especializado (AEE) em Sala de Recursos tem o objetivo de trabalhar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência e que estão incluídos nas salas regulares, também esse serviço tem como missão de orientar os professores não especializados em Educação Especial e todos os membros no contexto escolar do ensino regular em Educação Especial, a buscarem melhores estratégias e metodologias auxiliando os estudantes diante as dificuldades encontradas de aprendizagem, marcadas pela presença da deficiência.

No trabalho do AEE no Laboratório de Aprendizagem, como vimos, criado em 1998 com a missão de trabalhar com as dificuldades psicopedagógicas dos estudantes que apresentam dificuldades de caráter transitório, ou seja, não vinculada a alguma deficiência, os atendimentos são realizados pelo grupo de professores especializados em psicopedagogia. Esses psicopedagogos além de trabalhar com os estudantes têm a missão de assessorar e orientar os demais professores não especializados, a atuarem no ensino regular, com o objetivo de melhor adequar metodologias de ensino para o estudante que apresenta dificuldades de aprendizagem.

Ao longo da pesquisa pudemos observar que o trabalho desenvolvido pelo AEE no município de São José dos Campos é dividido em duas modalidades, se assim nos for permitido denominar, o atendimento em Sala de Recursos e o atendimento no Laboratório de

Aprendizagem, mas que ambas atuam no mesmo campo, ou seja, no campo da Educação Especial.

Na visão de Bourdieu (1989) a ideia de campo está centralizada como um espaço social apresentando certa preocupação simultânea sendo um espaço estruturado de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes. Nesse sentido compreendemos que no campo da educação, nesse caso, na educação especial a figura de um professor especializado dentro de um contexto educacional do ensino regular, é enxergado ou até se vê com um certo poder, neste caso simbólico, representativo aos outros professores não especializados. Pois, conseqüentemente ao longo de sua trajetória social e educacional vai adquirindo características próprias, como; crença na educação especial, modo de conceber as dificuldades de aprendizagem dos estudantes que apresentam ou não alguma deficiência, sensibilidade as questões que geram algum desconforto ou estranheza a comunidade escolar e a interação com os demais professores. Diante ao trabalho desenvolvido criaram-se a possibilidade para construção da própria identidade profissional do grupo de professores de educação especial diante as expectativas, crença e controle emocional ao longo de suas histórias, aqui representadas.

Neste viés podemos dizer que o campo da educação especial aqui estudado por nós como uma representação simbólica do espaço social significou considerarmos que as posições deste foram de uma certa forma estáveis e dependeram muito mais do empenho das relações dos participantes nesse processo. E na medida que a demanda da educação especial iam crescendo a sociedade joesense por meio de lutas e pressões foram repensando nesse campo, de acordo com seus interesses, dentro da lógica da educação, nesse sentido refletimos todo campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo (BOURDIEU, 1989, p.27).

Olhando para o passado de acordo com as histórias trazidas pelas professoras pioneiras observamos que o campo da educação especial inicialmente surgiu na perspectiva segregacionista, conseqüentemente caminhando para o campo da integração. Nessa perspectiva, interpretamos que esse foi um momento de relações sociais entre agentes que compartilharam interesses em comum, disputavam ideias e interesses próprios, sendo um espaço marcado por muitas batalhas. De uma certa forma compreendemos também que a educação especial em São José dos Campos ao iniciar-se no campo segregador mantiveram-

se as salas especiais, sendo o berço da educação, e passado algum tempo, por volta de 1992 foi se reconfigurando esse campo. Após as discussões e reflexões frente a constituição federal trazendo em seu artigo que o ensino na educação especial deverá ser ministrado preferencialmente na comum ou regular de ensino a integração passou a existir, onde surgiram as Salas de Recursos e em seguida por volta de 1998 com as Salas de Laboratório de Aprendizagem, concepção essa contrária a ideia inicial. Retomando a ideia de campo Marchi diz claramente que:

[...] pode ser entendido como o espaço em que ocorre a interposição social, no qual as posições dos agentes são a priori fixadas, ou seja, o campo se define como o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão (MARCHI,2001,p.55).

As disputas foram traçadas no campo da educação especial que a partir do poder público concedido através da Constituição Federal de 88, marcando território nacional, expandindo-se de uma forma intensa, mas que na realidade o contexto educacional do município não havia uma certa estrutura adequada para oferecer aos seus alunos. Como vimos nas reportagens as questões sobre a improvisação e as necessidades de construção e ampliação das escolas para atender a demanda do município que estavam crescendo demograficamente.

As intervenções entre um campo e outro revelaram pontos e princípios de conservação em cada dimensão, ou seja, de um lado inicialmente as pioneiras aceitaram a ideia da segregação e aos poucos foi se remodelando a ideia, e as que não aceitaram procuraram ir buscar outros caminhos. Como vimos a história da primeira pioneira a Ana Lee, no qual não aceitando a ideia da integração, procurou trilhar seus passos profissionais procurando outros caminhos, sendo a estratégia que encontrou para o momento. Já as outras professoras pioneiras procuravam aceitar estudando e discutindo sobre as questões de integração, buscando formas de atuação, indo para as Salas de Recursos e Laboratório de Aprendizagem, procurando também uma estratégia na luta a favor da integração dos alunos deficientes físicos no contexto do ensino regular, construindo assim a história da educação especial no final da década de 80 e início da década de 90.

Desta forma podemos dizer que a estrutura do campo inclusivo no município foi marcada pela transição entre o campo segregativo e o campo integrativo entre os participantes desse processo.

O presente tema o campo inclusivo da educação especial no município de São José dos Campos, tornou-se um grande desafio para nós diante a compreensão pois tínhamos assumido desde o início o compromisso com o recorte temporal, compreendido de 1989 a 1998 e que o discurso sobre a inclusão, indo posteriormente a esse período pesquisado por nós no município. Ao longo da pesquisa observamos que ainda no final da década de 90 havia a discussão sobre a proposta de integração da pessoa com necessidades especiais, termo esse usado na época, nas questões de igualdade e aceitação de direitos e como então, discutiríamos a inclusão, pois ainda era muito recente no contexto educacional? O conceito estava ainda por emergir que certamente continua sendo um grande desafio para o município joseense. E então como justificaremos esse tema? Nesse sentido, compreendemos então que o campo inclusivo joseense representou sob o ponto de vista simbólico a princípio como um importante momento histórico e marcante aos munícipes com deficiência em que foram iniciados as lutas, batalhas e conquistas em busca do discurso da compreensão, envolvimento e abrangência aos direitos de acessibilidade das pessoas com deficiência no contexto da educação na rede municipal de educação. Estudarmos a história da educação especial foi um desafio o tempo todo e que diversas vezes, inclusive já dito anteriormente ,que tivemos a impressão de estarmos num jogo, onde precisaríamos descobrir inicialmente como seria o jogo e como seria nossas jogadas, assim também descobrindo suas regras e variantes, porém de um jogo onde conseguimos identificar as peças dos jogos, nesse caso , a representação do grupo de todos os envolvidos na pesquisa. Quanto ao jogo propriamente dito trata-se de uma modalidade de ação em que são travadas lutas e batalhas em decorrência da educação especial no que diz respeito aos paradigmas e concepções, assim vistos, entre os professores que atuaram na educação especial e os que eram do ensino regular. Nesse sentido, existindo no interior do campo inclusivo na educação uma ponte de um lado os professores que acreditavam na educação inclusiva e do outro os que não estavam interessados sobre a questão da inclusão, diziam que é algo próprio dos professores especializados. A proposta de estudar o campo inclusivo requer outros e novos esforços no sentido de enfoque atento aos olhares e detalhes deste campo também quanto a atuação de seus jogadores nesse campo. Afinal, a teoria inclusiva é um assunto pertinente e muito atual na educação, sendo um fenômeno, se assim podermos denominar, merecendo ser melhor estudado no município joseense. Neste viés deixemos aqui a sugestão para outras pesquisas acaso a continuação desta dissertação, concluso pela austeridade e veracidade do tempo, instigando as limitações de todos nós envolvidos nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADAPTAÇÕES beneficiam deficientes. **Valeparaibano**,26 dez.1996.

ALUNOS com dificuldades de aprendizagem têm atendimento especial. **Folha de São Paulo**,20 ago.1998.

APENAS 15% do dinheiro investido na educação chega às salas de aula. **Valeparaibano**,18 set.1993.

ARANTES, Valéria Amorim(org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. De Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo:Persona, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL.(Constituição 1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF,5 out.1988. Edição Especial. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o.htm> Acesso em: 10 julho 2013.
<http://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 25 agosto 2013.

_____ LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em:<<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996>>. Acesso em: setembro 2013.

CÂMARA não tem acesso para deficientes eleito vereador.**Valeparaibano**,12out.1992.

CAOS marca início do ano letivo na cidade. **Valeparaibano**,23 fev.1997.

CERCA de 10% da população joseense possui alguma deficiência física. **Valeparaibano**,16 abr.1995.

CHUSTER, Vitor. **São José dos Micuins**- Almanaque de curiosidades históricas de São José dos Campos no período senatorial. 1. Ed. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2011.

CLASSE especial é novidade na Rede Municipal de Educação. **Valeparaibano**, São José dos Campos, ago. 1989.

CRIANÇAS aprendem a respeitar deficiente através de teatro. **Valeparaibano**, 05 mar. 1992.

DEFICIENTES e seus direitos. **Valeparaibano**, 10 dez. 1992.

DEFICIENTES ainda sofrem preconceito. **Valeparaibano**, 22 ago. 1995.

DIA de luta e de cadastro de deficientes no centro. **Valeparaibano**, 15 ago. 1991.

EMANUEL aluga para alunos. **Valeparaibano**, 26 fev. 1997.

ENSINO básico será municipalizado. **Valeparaibano**, 12 fev. 1997.

ESCOLAS municipais contam com triplo de vagas. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 18 maio. 1989.

ESCOLA põe os alunos para estudar dentro da cozinha. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 21 maio. 1991.

ESCOLA agrupa séries diversas. **Valeparaibano**, 21 fev. 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilizações. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v.2.

_____. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GIL, Marta (org.) Educação Inclusiva: **O que o professor tem a ver com isso?** São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 2005.

GLAT, Rosana e NOGUEIRA, Mário. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-402> acessado em: 20 maio de 2013.

http://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acessado em 19 de julho de 2013.

http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_dos_Campos

<http://valesjc.com.br/sao-jose-dos-campos/> acessado em: 23 de agosto de 2013.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf> acessado em: 12 setembro 2013.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf acessado em: 13 de outubro de 2013.

http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp040376.pdf acessado em: 19 de dezembro de 2013.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acessado em :12 janeiro de 2013.

IBGE-Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INTERDIÇÃO afeta crianças excepcionais. **Valeparaibano**, 26 dez. 1996.

LBA não paga e APAEs vivem drama de fechar as portas no Vale. **Valeparaibano**. 13 nov. 1992.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2ª. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **Sacando o Voleibol-** do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000). 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil- História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Fundamentos de Educação Especial.** São Paulo: Pioneira, 1997.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desafios atuais na formação do professor de educação especial.** In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002.

MUDANÇAS buscam evitar formas de exclusão na escola com a LDB. **Valeparaibano**, 18 fev. 1997.

MUNICIPALIZAÇÃO do ensino provocou debates. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 30 ago. 1989.

NOSSO país tem 21 milhões de deficientes. **Valeparaibano**, 12 set. 1992.

NOVA secretária de Yves quer humanizar o ensino. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 15 maio. 1991.

PAIS propõem um mutirão para a escola sair. **Valeparaibano**, São José dos Campos, 13 out. 1989.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender.** São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

PESQUISA tenta revelar origem de São José. **Valeparaibano**, 03 maio. 1998.

POVO pode definir educação. **Valeparaibano**, 01 mar. 1997.

PMSJC ó Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Disponível em <<http://www.sjc.sp.gov.br/negocios/investimentos.aspx>>. Acesso em: 22 de outubro 2012.

< https://www.sjc.sp.gov.br/media/293116/sãojosemdados4_fev.pdf - Acesso em: 18 de novembro de 2012. (São José em dados- informações sobre a cidade de São José dos Campos- 2012)

PREFEITURA combate evasão escolar e escolas municipais ganham programa especial para evitar repetência e abandono de estudo. **Valeparaibano**, 05 julho. 1995.

PREFEITURA inaugura Unidade de Atenção Integral à Saúde Mental (UAISM). **Valeparaibano**,05 ago.1995.

PRIMEIRA Sala Especial. **Valeparaibano**. São José dos Campos, ago.1989.

PROFESSORES municipais entram em estado de greve por aumento. **Valeparaibano**,São José dos Campos,21abr.1991.

PROFISSIONAIS discute educação. **Valeparaibano**,08 mai.1997.

PROJETO acaba com reprovação escolar. **Valeparaibano**,01 ago.1997.

PROMOTORIA cria projetos para deficientes. **Valeparaibano**,30 ago.1998.

PROPOSTA de integração desafia sociedade. **Valeparaibano**,03 jul.1997.

RODRIGUES, David. "Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva" in *Inclusão: Revista da Educação Especial*-Secretaria de Educação Especial. V.1, nº.1 (out.2005). - Brasília:Secretaria de Educação Especial, 2005,p.34.

ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino. **Educação e Cotidiano Escolar em São José dos Campos 1889-1930**. 2007.166 f. Dissertação (Mestrado em Educação),Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,2007.

SÃO JOSÉ prevê cinco novas escolas. **Valeparaibano**,01 out.1997.

SALA para deficientes é a novidade na volta às aulas. **Valeparaibano**,São José dos Campos,13ago.1989.

SALAS especiais são insuficientes: falta de profissionais especializados dificulta trabalho com portadores de deficiências. **Valeparaibano**,29 mar.1996.

SEMINÁRIO discute a integração de deficientes junto a sociedade. **Valeparaibano**,21 out.1993.

SERVIDORES devem parar amanhã: menos a Saúde. **Valepararibano**, São José dos Campos, 12 mai. 1989.

SOUZA, Edílson Fernandes. **Representações de Afro-Brasileiros**: depoimentos de dançarinos-atores- Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

STAIMBACK, Suzan & STAIMBACK, Willian. **Um guia para educadores**. Porto Alegre, Artmed, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UMA reunião na Câmara discute como facilitar a vida para os deficientes. **Valeparaibano**, 10 dez. 1992.

VALE faz a semana do Excepcional e tenta sensibilizar a comunidade. **Valeparaibano**, 22 maio. 1991.

APÊNDICE A ó ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados do (a) Entrevistado(a)
Nome: poderá ser fictício
Formação:
1ª escola que lecionou em caráter da Educação Especial (nome da escola e ano) :
Tipo de trabalho que desempenha no município: () Sala Especial () Sala de Recursos () Laboratório de aprendizagem ()
Tempo de trabalho na Rede Municipal:

- 1) Como professor(a), por que escolheu a Educação Especial ? Quais foram os motivos?
- 2) Qual era o principal discurso do contexto social? E no contexto educacional?
- 3) Explique qual era e como era a expectativa dos pais dos alunos assistidos pela Educação Especial?
- 4) Olhando para o passado, como professor de Educação Especial como vc. analisa a ocorrência do processo histórico no município de São José dos Campos?
- 5) Como os outros educadores que não faziam parte diretamente da Educação Especial concebiam a proposta do ensino ser ministrado na Rede Regular de ensino? Qual era o discurso desses professores?
- 6) No final da década de 80 qual era o seu conceito(visão) a respeito da implantação da Educação Especial? **(questão destinada apenas aos professores que iniciaram em 1989).**
- 7) No final da década de 90 qual era o seu conceito (visão) a respeito da Implantação da Educação Especial com a implementação do Laboratório de Aprendizagem? **(questão destinada apenas aos professores que iniciaram no LA em 1998).**

- 8) Professor (a), vc. já parou para pensar sobre o processo histórico da Educação Especial no município? Explique?
- 9) Você sabe as razões que trouxeram o debate sobre a educação especial no município? Você considera importante ter conhecimento delas? Por quê?
- 10) Como você foi recebido (a) por outros professores no início de seu trabalho na Educação Especial? Quais eram suas expectativas e sentimentos?
- 11) Como seus alunos foram recebidos por outros alunos e professores no início de seu trabalho na Educação Especial? Explique.
- 12) Houve algum momento no transcorrer da Educação Especial sob seu ponto de vista que considera importante julgando contribuir com a nossa pesquisa?
- 13) Como era o cenário educacional ou fale um pouco da primeira escola em que iniciou na Educação Especial.
- 14) Quais as principais medidas e ações que a escola ou a secretaria tomou para tornar viável a Educação Especial no interior da escola trabalhada por você?
- 15) Quais as principais lembranças sobre a Educação Especial que você tem da época ?

APENDICE B 6 CONVITE PARA ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO
CONVITE PARA ENTREVISTA

Prezada Senhor(a) _____

Vimos, obediente à praxe e solicitar a sua valorosa colaboração para o desenvolvimento da pesquisa intitulada : **O campo da Educação inclusiva em São José dos Campos-SP de 1989 à 1998.**

É com grande satisfação que a convidamos para uma entrevista norteada por alguns aspectos referentes a sua experiência histórica que contribuiu com a Educação Especial no município de São José dos Campos, falando-nos acerca da maneira como a educação especial aconteceu no campo do ensino regular, dando-nos uma referência da educação especial entre os anos de 1989 à 1998, a forma como foi o debate promovido pela Educação Especial e outros aspectos que muito ajudarão em nossa leitura da realidade acerca do contexto educacional em São José dos Campos-SP.

Para maiores esclarecimentos, anexamos dados sobre a pesquisa e também ficamos à disposição para o diálogo.

Cordialmente,

Rosália Aparecida Simões Santana da Costa

s.rosaliaaparecidasimessantana@yahoo.com.br

Mestranda em Educação

São José dos Campos, ____ de agosto de 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO

DADOS SOBRE A PESQUISA (Acompanha o convite para entrevista)

Identificação

Pesquisa: **õO Campo da Educação Inclusiva no município de São José dos Camposõ.**

Pesquisador Orientador: Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza.

Pesquisadora Orientanda: Rosália Aparecida Simões Santana da Costa

E-mail: s.rosaliaaparecidasimessantana@yahoo.com.br

Local: Programa de Pós-Graduação em Educação - Núcleo de Teoria e História da Educação.

Período: 2012-2013.

Introdução

A referida pesquisa busca estudar a Educação Especial no município de São José dos Campos-SP a partir dos finais das décadas de 80 e 90 na Rede Municipal de Educação com o objetivo de resgatar destacando a importância do período para a história da educação da sociedade.

Nosso foco central é conhecer um pouco da história de como o debate sobre a Educação Especial tornou-se algo de tão relevância, destacando também os elementos

envolvidos: equipe da SME, professores e todos os elementos que contribuíram no caminhar do processo rumo a inclusão.

Tornar o debate sobre a história da Educação Especial no Município Joseense é algo de grande relevância que significa valorização de nosso bem maior que é o patrimônio cultural e social, riqueza essa que o tempo não poderá apagar.

Nesse sentido, acreditamos ser possível contribuir para a compreensão de parte de um conhecimento historicamente acumulado e socialmente relevante.

Problema de pesquisa

Como surgiu a Educação Especial na Rede municipal de Educação no município de São José dos Campos-SP? Qual foi o período marcado para o debate da Educação Especial na Rede Municipal de Educação?

Objetivos da pesquisa

Definimos como objetivo geral para esta pesquisa contribuir com o estudo sobre o processo de inclusão no âmbito escolar no município de São José dos Campos, analisando a trajetória, refletindo o processo histórico no campo inclusivo sob o contexto educacional. A investigação está inserida na Coordenadoria de Educação Especial tendo como parceria e também contando com a contribuição de entrevistas semi-estruturadas do grupo de professores pioneiros que estavam atuando entre o período de 1989 à 1998 na REM e que estiveram a frente das questões acerca da pessoa com deficiência encarando os desafios que fizeram parte da história da educação.

Objetivos específicos

- a) Conceituar a Educação Especial, suas vertentes epistemológicas e o seu histórico em São José dos Campos-SP;
- b) Contextualizar o município de São José dos Campos no período de 1989 à 1998.
- c) Identificar as escolas e professores pioneiros que contribuíram com a Educação Especial no final da década de 80 e início da década de 90.

Procedimentos teórico-metodológicos

O embasamento teórico será norteado por autores como Pierre Bourdieu, Mantoan , Rodrigues e demais autores que sustentaram e nortearam nosso trabalho.

Utilizaremos de análise dos documentos oficiais, registros, e fontes orais através de entrevistas semiestruturadas, que serão também fontes preciosas para a nossa pesquisa.

Rosália Aparecida Simões Santana da Costa

São José dos Campos, 04 de março de 2013

APÊNDICE C 6 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do(a) professor(a) entrevistado(a):

Introdução

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **O Campo da Educação Inclusiva no Município de São José dos Campos-SP**

Se decidir participar, é importante que leia estas informações sobre a pesquisa e o seu papel como participante.

Objetivo da pesquisa

Definimos como objetivo geral para esta pesquisa contribuir com o estudo sobre o processo de inclusão no âmbito escolar no município de São José dos Campos, analisando a trajetória, refletindo o processo histórico no campo inclusivo sob o contexto educacional. A investigação está inserida na Coordenadoria de Educação Especial tendo como parceria e também contando com a contribuição de entrevistas semiestruturadas do grupo de professores pioneiros que estavam atuando entre o período de 1989 à 1998 na REM e que estiveram a frente das questões acerca da pessoa com deficiência encarando os desafios que fizeram parte da história da educação .

Objetivos específicos

- a) Conceituar a Educação Especial, suas vertentes epistemológicas e o seu histórico em São José dos Campos-SP;
- b) Contextualizar o município de São José dos Campos no período de 1989 à 1998.
- c) Identificar as escolas e professores pioneiros que contribuíram com a educação Especial no final das décadas de 80 e 90.

Procedimentos

O embasamento teórico será norteado por autores como Pierre Bourdieu, Mantoan e Rodrigues como os principais teóricos que sustentaram e nortearam nosso trabalho.

Utilizaremos de análise dos documentos oficiais, registros, e fontes orais através de entrevistas semi-estruturadas, que serão também fontes preciosas para a nossa pesquisa.

Após o processo de transcrição da entrevista, o(a) senhor(a) receberá uma cópia para conferência do texto, possíveis correções e autorização da publicação com sua identidade revelada na tese e noutros possíveis formatos anteriores e/ou posteriores da pesquisa em questão (exs.: artigos, capítulos de livros, livros, comunicações orais em congressos, etc.).

Declaração de consentimento

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo.

Confirmo que recebi uma cópia deste formulário de consentimento.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade, para participar como voluntário(a), deste estudo.

Assinatura do(a) voluntário(a)

Local e data

DADOS SOBRE A PESQUISA

Título: O Campo da Educação Inclusiva no município de São José dos Campos-SP

Pesquisador Orientador: Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza.

Pesquisadora Orientanda: Rosália Aparecida Simões Santana da Costa.

E-mail: s.rosaliaaparecidasimessantana@yahoo.com.br

Local: Programa de Pós-Graduação em Educação - Núcleo de Teoria e História da Educação. Período: 2012-2014.